



Relatório de Assessoria de Imprensa

Período: 12/02/2021 a 15/02/2021





Índice

FACISC | SC

SENAC RN / DEL / DEL TURISMO

Facisc promove Seminário Internacional sobre a gestão de resíduos sólidos no dia 16/2

Notícias - 12/02/2021

7

Hilneth Correia | RN

FECOMÉRCIO RN / LUIZ LACERDA

Fecomércio RN compõe primeiro Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda

Notícias - 12/02/2021

8

Senadinho Macaíba | RN

FECOMÉRCIO RN / LUIZ LACERDA

Fecomércio RN compõe primeiro Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda

Notícias - 12/02/2021

9

Tribuna do Norte | RN

Cancelamento do carnaval diminui lucro de ambulantes

Notícias - 13/02/2021

10

Estadão | DF

Novo marco fiscal deve garantir o retorno do auxílio

Notícias - 13/02/2021

11

Estadão | DF

Agronegócios têm boas perspectivas com destaque para açúcar e etanol

Notícias - 13/02/2021

12

Estadão | DF

Bolsonaro indica mexer em LRF para reduzir diesel

Notícias - 13/02/2021

13

Estadão | DF

Prévia do PIB vê tombo de 4,05% em 2020

Notícias - 13/02/2021

14

Estadão | DF

CSN faz IPO de R\$ 5,2 bi de mineradora e promete redução de endividamento

Notícias - 13/02/2021

15

Folha de São Paulo | DF

Cúpula do Congresso cede, e auxílio terá ajuste fiscal como contrapartida

Notícias - 13/02/2021

16

Folha de São Paulo | DF

Inflação desacelera mais para baixa renda em janeiro, diz Ipea

Notícias - 13/02/2021

17

Folha de São Paulo | DF

Índice do BC que mede atividade econômica cai 4,05% em 2020

Notícias - 13/02/2021

18



Folha de São Paulo | SP

Mercado imobiliário espera expansão em 2021 mesmo que juros aumentem

Notícias - 13/02/2021

19

O Globo | DF

Ainda sob efeito do contágio do Natal, país pode ter repique da Covid

Notícias - 13/02/2021

20

O Globo | DF

Congresso e governo fecham acordo para recriar auxílio

Notícias - 13/02/2021

21

Tribuna do Norte | RN

FECOMÉRCIO RN / DEES

Turistas regionais reaquecem setor no RN

Notícias - 14/02/2021

22

Tribuna do Norte | RN

Cancelamento do carnaval 2021 afeta economia

Notícias - 14/02/2021

25

Tribuna do Norte | RN

Ocupação hoteleira no Rio Grande do Norte cai 45% em 2020

Notícias - 14/02/2021

26

Tribuna do Norte | RN

Movimento na rodoviária cai 40%

Notícias - 14/02/2021

27

Tribuna do Norte | RN

Relicitação do Aeroporto de Natal deve avançar este mês, com audiência pública, mas nova empresa só deve assumir em fevereiro de 2022

Notícias - 14/02/2021

28

Estadão | DF

Em nível recorde, dependência comercial do Brasil em relação à China deve aumentar

Notícias - 14/02/2021

29

Estadão | DF

WhatsApp se dobra ao BC para entrar em pagamentos

Notícias - 14/02/2021

30

Estadão | DF

Governo e indústria buscam saída para Troller

Notícias - 14/02/2021

31

Estadão | DF

'Será muito difícil a economia não piorar'

Notícias - 14/02/2021

32

Estadão | DF

Engajar funcionários é estratégia para reter talentos

Notícias - 14/02/2021

33



Folha de São Paulo | DF

Relações entre contágio de Covid-19 e trabalho deverá parar na Justiça

Notícias - 14/02/2021

34

Folha de São Paulo | SP

Pressão na pandemia torna urgente falar de saúde mental no trabalho

Notícias - 14/02/2021

35

Folha de São Paulo | DF

Consultores aguardam mais estrangeiros nas privatizações

Notícias - 14/02/2021

36

O Globo | DF

Na contramão da crise, crédito para casa própria baterá novo recorde em 2021

Notícias - 14/02/2021

37

Estadão | DF

Empresas deverão ter mais escritórios na mesma cidade

Notícias - 15/02/2021

39

Estadão | DF

Governo quer poupar R\$ 500 mi com imóveis

Notícias - 15/02/2021

40

Estadão | DF

Os investimentos para quando o carnaval passar

Notícias - 15/02/2021

41

Estadão | DF

'investir fora do País é expansão de horizonte'

Notícias - 15/02/2021

42

Estadão | DF

Após 'onda' de devoluções, total de escritórios disponíveis em SP sobre 50%

Notícias - 15/02/2021

43

Folha de São Paulo | DF

Dívida global bate recorde, traz risco de crise e põe crescimento em xeque

Notícias - 15/02/2021

44

Folha de São Paulo | DF

Governo mapeia críticas de empresários às propostas de reforma

Notícias - 15/02/2021

45

Folha de São Paulo | SP

Mais de 40 milhões deverão receber auxílio, calcula governo

Notícias - 15/02/2021

46

Folha de São Paulo | SP

Saiba como fugir do 'risco Brasil' e diversificar investimentos no exterior

Notícias - 15/02/2021

47



Folha de São Paulo | SP

Como o pequeno empresário pode gerir e motivar a equipe mesmo sem um RH

Notícias - 15/02/2021

48

O Globo | DF

Pandemia impulsiona consórcios

Notícias - 10/02/2021

49

RELATÓRIO

No clipping de hoje, os destaques vão para as matérias que tratam sobre a atividade econômica e turística do RN, além dos primeiros impactos do cancelamento do carnaval nesses setores. Em texto do jornal Tribuna do Norte, pesquisa do Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos da Fecomércio/RN, aponta que os turistas regionais reaqueceram o setor no primeiro mês do ano. Os dados coletados entre 05 e 20 de janeiro mostram que 96,8% dos turistas que visitaram o Rio Grande do Norte nesse período são brasileiros e cerca de 3,2% moravam em outro país. Dos turistas regionais, 71,6% vieram de outros Estados brasileiros e 25,2% de municípios potiguares. A pesquisa ainda revela dados como o gasto médio diário por turista e tendências de hospedagem. Saiba mais na página 22 do clipping.

Na página 25 do clipping, matéria do Tribuna do Norte destaca que o cancelamento do carnaval em 2021 deve afetar a economia. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima que os setores de transporte, hospedagem e alimentação serão os mais impactados com a suspensão das festividades no Brasil. No ano passado, a data movimentou aproximadamente R\$ 8 bilhões e gerou cerca de 25 mil empregos.

No Rio Grande do Norte a ocupação hoteleira cai 45% em 2020. Os dados da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis do RN (ABIH-RN) revelaram que o volume de ocupação de janeiro a dezembro do ano passado não superou os 30,5%. No mesmo período, o Turismo em todo o Brasil perdeu R\$ 274 bilhões conforme levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A matéria do Tribuna, na página 26 do clipping, aponta que para este carnaval a expectativa também é de queda na movimentação turística, já que festas públicas e privadas estão suspensas em todo o RN em decorrência da pandemia de covid-19.

O Tribuna do Norte, na página 27 do clipping, destaca que no Terminal Rodoviário da Cidade da Esperança, na capital do estado, o fluxo de embarque e desembarque de passageiros deve cair 40% em relação ao carnaval de 2020, quando a previsão era que o espaço movimentasse 75 mil passageiros. Na página 10 do clipping, o Tribuna também aborda a diminuição do lucro de ambulantes em decorrência da suspensão das festividades.



Imagens dos Clippings (a seguir)

Veículo: FACISC - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 12/02/21 - **Cidade/UF:** SC

Título: Facisc promove Seminário Internacional sobre a gestão de resíduos sólidos no dia 16/2 **Impacto:** Positivo

Link: <https://www.facisc.org.br/noticias/facisc-promove-seminario-internacional-sobre-a-gestao-de-residuos-solidos-no-dia-16-2>

Facisc promove Seminário Internacional sobre a gestão de resíduos sólidos no dia 16/2



A Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) promove na próxima semana, dia 16/2, o Seminário Internacional de Gestão de Resíduos Sólidos. O evento faz parte da diretriz de sustentabilidade da entidade e já acontece há vários anos de forma presencial. Esta será a primeira edição que acontecerá de forma on line através da plataforma Zoom.

A Facisc e os Centros de Profissionalização das Associações Empresariais da Baviera (bbw), realizarão no dia 16, o seminário sobre o tema Gestão de Resíduos. O engenheiro alemão, Martin Wahi da bbw GmbH, falará sobre exemplos práticos para a gestão e a redução de resíduos sólidos com a apresentação do case da cidade de Hirt. "A Gestão de Resíduos Sólidos na Alemanha é um exemplo para o mundo e trazemos este caso de sucesso para disseminar as boas práticas em Gestão de Resíduos em Santa Catarina e no Brasil", explica o presidente da Facisc, Sérgio Rodrigues Alves. O evento faz parte das ações de parceria entre a Facisc e as entidades alemãs envolvidas no Programa DEL Turismo.

O Programa DEL

A Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) lançou em 2012 no município de Friburgo o Programa Desenvolvimento Econômico Local (Programa DEL) atendendo a demanda de associações filiais e diversas prefeituras catarinenses de promover um programa específico para o desenvolvimento econômico local de pequenos e médios municípios. Os bons resultados, obtidos em diversos lugares nos primeiros anos do Programa, chamaram atenção de outras federações empresariais e hoje 30 municípios de Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo participam dos Programas DEL e DEL Turismo.

O Programa DEL Turismo

Motivado pelos sucessos encontrados no Sul do Brasil, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Rio Grande do Norte (SENAC RN) aderiu como terceiro parceiro em 2017 ao Programa DEL. O SENAC RN adaptou a metodologia às necessidades de muitos municípios potiguares e lançou em 2018 o Programa DEL Turismo, uma solução para municípios que têm o turismo como principal fonte de renda ou pretendem fortalecer esse setor da sua economia.

Veículo: Hilneth Correia - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 12/02/21

Título: Fecomércio RN compõe primeiro Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda **Impacto:** Positivo

Link: <http://hilnethcorreia.com.br/2021/02/12/fecomercio-rn-compoe-primeiro-conselho-municipal-do-trabalho-emprego-e-renda>

FECOMÉRCIO RN COMPÕE PRIMEIRO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Hilneth Correia
www.hilnethcorreia.com.br



A Fecomércio RN é uma das instituições que compõem o primeiro Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda (CMTER). O objetivo foi criado neste período (TE), durante a pandemia que aconteceu no apoio da Federação. O conselho também marca a chegada dos 50 representantes do CMTER, entre outros a seguinte: O representante total da Fecomércio RN é o presidente Luiz Luciani, e o representante de Representações de entidades, Luiz Eli Barão.

O Conselho é integrado à Secretaria Municipal de Trabalho Assessoria Social (SEM-TAS) e reúne várias instituições públicas do município de Natal, além de representantes de organizações da sociedade civil que têm ações públicas voltadas ao fomento da educação e qualificação profissional na região.



O novo conselho da CMTER será responsável por apoiar a estabilidade, diretrizes e prioridades para apoiar os de benefícios à geração de trabalho, emprego, renda, qualificação e socialização profissional no Município, de acordo com a Lei 1.646/2018 - O Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda e o Plano Municipal do Trabalho foram instituído em 22 de Junho de 2020.

CONSELHO TITULAR

- Adilson Duarte Araújo Neto (SEM-TAS)
- Daniel Victor Freitas Maranhão do Lenc (Secretaria de Estatística)
- Cida Viana Lopes de Sousa (SINRAPI)
- José Augusto Lima Lopes (Associação de Engenheiros do Trabalho em PTE)
- Elizabeth de Melo Brito (Fundação Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN)
- Ednaldo dos Santos Marques (Direção dos Empreendimentos Esportivos Culturais, Recreativos de Recreação Social, de Orientação e Formação Profissional do SIF)
- Valter dos Santos Marques (SINRAPI/SE-ENG)
- José Cláudio Amorim (SINRAPI/SE)
- Márcia Lucía Fernandes Foster Barquist (Conselho de Dirigentes do Trabalho de Natal)
- José Roberto Soares Lacerda (SINRAPI/SE)
- Cida Araújo Lopes Melo (SINRAPI/SE)
- José Fátima de Carvalho Torres (SINRAPI/SE)
- José Ovídio Rodrigues Junior (SINRAPI/SE)
- José Jacobina Duarte Filho (SINRAPI/SE)
- José Antônio de Souza (Força Sindical do RN)

Veículo: Senadinho Macaíba - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 12/02/21 - **Cidade/UF:** RN

Título: Fecomércio RN compõe primeiro Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda **Impacto:** Positivo

Link: <https://senadinhomacaiba.com.br/fecomercio-rn-compoe-primeiro-conselho-municipal-do-trabalho-emprego-e-renda>

Rio Grande do Norte

Fecomércio RN compõe primeiro Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda

📅 Fevereiro 12, 2021 🗨️ Administrador 💬 0 comentários 🔍 compõe, conselho, emprego, fecomércio, grande, municipal, norte, primeiro, renda, rio, trabalho,



A **Fecomércio RN** é uma das instituições que compõem o primeiro Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda (CMTER). O colegiado foi criado nesta quinta-feira (11), durante solenidade que aconteceu no auditório da Federação. O momento também marcou a diplomação dos 15 representantes do CMTER, entre titulares e suplentes. O representante titular da **Fecomércio RN** é o vice-presidente **Luiz Lacerda**, e o suplente é o diretor de Relações Institucionais da entidade, **Laumir Barrêto**.

O Conselho é vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) e reúne várias instituições públicas do município de Natal, entidades do setor privado e representantes da sociedade civil que irão propor políticas públicas no fomento ao emprego e qualificação profissional na capital.

Saiba mais [AQUI](#)

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 13/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Cancelamento do carnaval diminui lucro de ambulantes **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cancelamento-do-carnaval-diminui-lucro-de-ambulantes/502793>

Cancelamento do carnaval diminui lucro de ambulantes

Há 18 anos, a comerciante Alina Ribeiro, de 40 anos, mora sua pequena casa e vende de artigos bobos de carnaval no Av. Antônio Bezerra, em Natal. Após um ano sem lojas de fantasias em São João, outra cidade nas ruas, Alina costuma passar sua tarde, até às sete das duas horas por fora, no Carnaval, perto do comércio de seu bairro. "Já experimentei vendas boas, mas para quem estava perdido, é melhor do que nada", disse Alina na manhã desta sexta-feira (12).



Alina mensa barraca de cinco metros e consegue algumas vendas

Este ano, os comerciantes que, como ela, vendem em suas barracas nos calçadões do centro para a venda de artigos relacionados à festa com pouco tempo, foram afetados e, consequentemente, tiveram prejuízos de lucro. Normalmente, as barracas são montadas 15 dias antes do começo das festividades. Este ano, a situação de não ter as vendas esperadas até a semana passada, quando o prefeito Neto Diniz resolveu retirar o país e o resultado do cancelamento dos eventos afetou para o município.



Carlos Sérgio Borges costureira indiana fantasias para os festejos

"Foi bom mesmo em cima de hora, fomos mesmo vendidos esse ano do que costumamos ser todos os anos, e também não foi só a falta, vendemos o que era", conta Alina. Ela lembra que ela, as vendas foram cerca de 40%, um valor menor do que ela esperava. Segundo a comerciante, as poucas vendas desse ano só foram possíveis graças ao retorno das escolas, que organizaram pequenas celebrações dentro das possibilidades das regras de distanciamento social.

"As fantasias que estão sendo vendidos são as que estavam de venda, fazíamos, mas em casa todo. As vendas foram muito menores do que as esperadas, é claro, mas o que foi mesmo do que não veio no comércio", completa.

Nova estratégia

No Centro, Alina, a artista plástica e carnavalesca Carlos Sérgio Borges, tenta ajudar com a estratégia para evitar artigos durante o período de quarentena e melhorar a situação de proteção social com o comércio, já que, sobrando o que os comerciantes não conseguem a produção contra a Covid-19.

Apesar de não ter as vendas esperadas, Carlos Sérgio Borges, Carlos lembra mais de não ter a situação. "Então não se pode de nada. Foi um ano muito ruim, mas não se pode de nada porque as pessoas precisam ficar em casa e se cuidar", disse.

Embora as vendas não tenham sido boas, Carlos lembra de não ter a situação. Carlos lembra que não tem a situação para melhorar a situação do comércio e a situação de proteção social com o comércio, já que, sobrando o que os comerciantes não conseguem a produção contra a Covid-19.

"É claro que não tenho como saber o resultado por termos pouco vendas, porque não se pode de nada. Mas, se não tem nada, não se pode de nada e a situação de proteção social com o comércio, já que, sobrando o que os comerciantes não conseguem a produção contra a Covid-19.", completa.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 13/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Novo marco fiscal deve garantir o retorno do auxílio **Impacto:** Neutro

B1 | SÁBADO, 13 DE FEVEREIRO DE 2021

INCLUI CLASSIFICADOS

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Vestir a camisa da cidade é fazer o possível para torná-la um lugar melhor.

TEGRA

Socorro. Presidentes da Câmara e do Senado e o ministro Paulo Guedes se comprometem com medida que é essencial para o governo retomar a ajuda sem correr o risco de cometer crime de responsabilidade; ideia é inserir cláusula de calamidade pública dentro de PEC

Novo marco fiscal deve garantir o retorno do auxílio

Luciano Rodrigues
David Wetzstein/AGF/STZ

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e o ministro da Economia, Paulo Guedes, se comprometeram em aprovar um "novo marco fiscal" para bancar uma nova rodada de auxílio emergencial neste ano. Com essa mudança, o governo teria "respaldo jurídico" para garantir a retomada do auxílio sem correr risco de cometer crime de responsabilidade.

Conforme o Estadão mostrou, governo e liderança do Congresso negociaram negociações para a concessão de mais uma etapa do auxílio emergencial no valor de R\$ 250 em quatro parcelas, com custo total de cerca de R\$ 30 bilhões. O benefício deve começar a ser concedido em março com termo em junho.

Má há entendimento político de que a concessão do auxílio terá de ser dada por meio da aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de orçamento de gastos, semelhante, mas não igual à aprovada em 2020. Na prática, o orçamento de guerra permitiu que o governo ampliasse os gastos no combate à pandemia livre das "amarras" das regras fiscais.

Agora, as medidas de contrapartida de corte de despesas e

de renúncias fiscais, cobradas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, serão divididas em duas etapas.

Pacheco, Lira e Guedes abraçaram juntos o tema para discutir a nova rodada do auxílio emergencial e falaram com os jornalistas em seguida, mas não detalharam quais medidas de ajuste vão ser aprovadas como contrapartida à nova rodada de auxílio.

No PEC do pacto federativo está prevista a criação de um Conselho Fiscal da República, que pode decretar o estado de emergência fiscal, com acionamento de medidas de contenção de gastos, como suspensão de reajuste do funcionalismo público e a redução de jornada e salário de servidores. É o novo PEC que o conjunto do Congresso e Guedes querem incluir a cláusula de calamidade para viabilizar o pagamento do auxílio emergencial.

Calamidade. Pacheco disse que é "fundamental" que haja uma cláusula de calamidade pública na Proposta de Emenda

● **Prioridade**
"A prioridade absoluta é a vacina e o auxílio, e só deixariam de ser prioridade quando pandemia acabar."
Rodrigo Pacheco
PRESIDENTE DO SENADO

Constitucional (PEC) do pacto federativo para "fazer a flexibilização necessária para que haja o auxílio emergencial no Brasil", da forma como defende Guedes. A fala do presidente do Senado mostra uma mudança de tom em relação ao que falou na segunda-feira, de que o auxílio é urgente e não poderia estar atrelado a medidas de contenção de gastos.

Ortens, Pacheco disse ainda que o auxílio emergencial só deixará de ser prioridade quando a pandemia acabar. "A prioridade de absoluta é a vacina e o auxílio emergencial, e só deixaria de ser prioridade quando a pandemia acabar. A expectativa é que tenhamos [parcelas do auxílio emergencial] em março, abril, maio e eventualmente junho", completou.

Pacheco afirmou que as equipes trabalharão durante o carnaval que, na próxima quinta-feira, submetarão ao léigo de líderes a proposta para viabilizar o pagamento do auxílio já em março. "Mas que isso aconteça, é fundamental que o Congresso faça sua parte e assista o famoso", afirmou.

O ministro da Economia disse ainda que a reunião "marcou bastante" com o compromisso de vacinação em massa e auxílio emergencial, e o compromisso de um "novo marco fiscal" com a inclusão da cláusula de calamidade pública no pacto federativo.



No almoço. À mesa Lira, Guedes e Pacheco discutiram a retomada de auxílio emergencial

Proposta prevê figura do 'estado de emergência fiscal'

Luciano Rodrigues/AGF/STZ

A equipe econômica trabalha para incluir na PEC do orçamento de guerra a criação da figura do "estado de emergência fiscal" como medida de ajuste com prioridade para a concessão do auxílio emergencial.

Estado ou município que declarar estado de emergência fiscal, com base em critérios definidos na proposta, poderá acionar medidas de contenção de gastos automaticamente por dois anos.

O objetivo é que nesse período União, Estados e municípios respirem a saúde financeira. Na proposta original do PEC do pacto federativo, enviada em 2020, o critério para Estados e municípios acionarem mecanismos como redução de salário foi a situação de emergência fiscal. A des-

vinculação de fundos públicos é outra medida em análise para ser incluída na primeira PEC.

Em live organizada na quinta-feira à noite pelo ZDF Factual, o ministro da Economia, Paulo Guedes, usou "metáfora" a ideia de um crédito extraordinário para a concessão do auxílio (mecanismo mais rápido que permite ser feito por meio de medida provisória), ao reconhecer um público que esse auxílio ligado à pandemia não era inevitável.

Mas há a falta de certeza e, sobretudo, desconfiança, de que a parte da medidas de ajuste sobre de fora da nova versão da PEC do pacto, já que a aprovação de emenda constitucional demora mais tempo os efeitos da pandemia e da falta de vacinação estão se agravando.

No mercado, os investidores dizem que a equipe econômica não pode deixar o gasto em aberto na primeira PEC, que não terá compensação fiscal.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 12/02/21 - Cidade/UF: DF
Título: Agronegócios têm boas perspectivas com destaque para açúcar e etanol Impacto: Neutro

broadcast de olho nas ações

Agronegócios têm boas perspectivas com destaque para açúcar e etanol

Alvaro Carneiro

O segmento de agronegócios é constantemente apontado pelos analistas como um dos mais sólidos da Bolsa... a percepção foi corroborada novamente pelo desempenho das ações das empresas da área...

Destques
Mais em alta entre as ações indicadas na última semana

Table with 4 columns: Ação, Variação, Preço, Volume. Rows include Total ON (17,2%), Casan ON (11,2%), JBS ON (6,7%), Suzano ON (6,3%), and Boa Vista ON (6,3%).

que até mesmo o petróleo é um forte auxiliar à ideia. "Há uma tendência favorável das opções do petróleo observada no cenário internacional, com o barril sendo negociado acima dos US\$ 60, o que contribui para a elevação de preços do etanol, ao mesmo tempo em que o açúcar mantém sua tendência de alta, ao contrário do que ocorre alguns meses atrás", afirma.

A Terra Investimentos tem uma estratégia um pouco diferente, e dá destaque ao segmento de SICAgrícola. "A corporação conseguiu manter bom nível de rentabilidade em 2020. O dólar em nível elevado e a expectativa de maiores safras tendem a manter os bons resultados da empresa ao longo de 2021", diz o analista Rogério Guimarães.

No que diz respeito às alterações nas cartilhas recomendadas, a Guide se refere ao Vale ON em relação à mesma passada, que agora acompanha Odebre ON, Genial ON, Klabin Unif e Petróleo ON.

A MyCap também fez quatro mudanças em sua lista, mantendo somente Magalhães Latic ON, Euzenon Hypre ON, Brasil Unibanco ON, Euzenon ON e Movic ON.

A Miras Asset fez três trocas, retirando Casan ON, Magalhães Latic ON e Unibanco PNA para se referir às de Genial ON, Petróleo ON e Weg ON.

A Acta Investimentos entrou com o Copel PNB e Porto Seguro ON para as entradas de Embraer ON e Rede D'Or ON. A XP também fez duas trocas, com as saídas de Itambém ON e Magalhães Latic ON para as entradas de Hyster ON e Marfrig ON.

No fim, a Citrus Investimentos trouxe o Azumo ON e Hapvida ON para B3 ON e JBS ON. Sobre a JBS, o time da Orange afirma que a manutenção do dólar valorizou a ação e o real beneficiou muito a companhia. Com as vendas em expansão, a tendência é que a empresa continue se beneficiando deste cenário.

Opinião

A solução está no Congresso

JOSE MÁRCIO CAMARGO

O resultado das eleições para a presidência da Câmara e do Senado foi, particularmente positivo para o governo. Foram eleitos os dois candidatos apoiados pelo presidente da República, com suas votações de quase maioria absoluta de deputados e senadores, no primeiro turno.

Este é um resultado importante. Primeiro, porque sugere que a articulação política do governo nos Casas Legislativas foi bem-sucedida em relação ao que ocorreu no fim de 2020. Segundo, porque os conflitos entre a cúpula do Legislativo e o Executivo, principalmente na Câmara dos Deputados, viram se agravando de forma insustentável, perdurando a partir de votação no Congresso a instabilidade discorde e o congelamento de propostas de reformas importantes para estimular o crescimento da economia. Com o resultado das eleições de setembro passada, criou-se uma situação de impasse que não se resolveu até o momento.

Algumas reformas constitucionais e regras regulatórias são particularmente importantes, como as reformas tributária e administrativa, as mudanças regulatórias do setor de energia, do saneamento, das ferrovias, a autonomia do Banco Central, entre outras. Entretanto, em razão do aumento do número de casos e de mortes pela pandemia de covid-19 e a consequente reatuação de medidas de restrição à mobilidade de em alguns Estados e Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, a pressão para a reatuação de medidas emergenciais está aumentando e pode se tornar insustentável.

O problema é que não existe expectativa para que um novo programa ocioso seja criado em 2021, sem que o teto do gasto público seja rompido. Empurrar o teto poderá levar à fuga de recursos do Brasil, desvalorização cambial, aumento da inflação de preços, desaquecimento da economia e aumento do desemprego. Em outras palavras, o governo está diante de um dilema: reintroduzir o auxílio emergencial e furar o teto do gasto público, com efeitos negativos sobre a economia, ou não reintroduzir o auxílio emergencial, manter o teto e, por causa da intensificação da pandemia, a geração de desemprego e renda

será insuficiente para substituí-lo, o que levará um grande número de famílias para a pobreza.

Se não se cria nada para esse dilema: reduzir custos obrigatórios, que correspondem a 19,3% do total de gastos do Orçamento, que se destinam aos gastos previdenciários da população, ou os funcionários públicos, ou, no pior dos casos, que recebem salários acima do teto da remuneração dos outros públicos, ou, no pior dos casos, se opta por não conceder às empresas, dedicar parte significativa dos recursos dos orçamentos parlamentares para financiar o novo programa, entre outras alternativas. Essa solução exige aprovar o Orçamento e do Pacto Emergencial, dos Fundos e do Pacto Federativo, que estão paralisados no Senado sempre do relatório para serem votados.

É lá que está a saída para o impasse entre recriar o auxílio emergencial e furar o teto do gasto público

Caso essas PECs sejam aprovadas como foram enviadas para o Congresso, poderiam ser aprovados facilmente a redução do tamanho do trabalho e dos salários dos funcionários públicos, seriam proibidos novos contratos, contratações, promoções e aumentos de salários, sempre que a Repre de Cam - que proibe o governo de se apropriar para financiar gastos correntes - não estiver sendo cumprida, como ocorreu em 2020. Ao mesmo tempo, as PECs do Pacto Federativo e dos Fundos e Infraestrutura não foram aprovadas, devido a outras e desobrigações do Orçamento que hoje precisam ser obrigatoriamente direcionadas para determinadas fins. E os recursos das unidades parlamentares poderiam ser utilizados pela parte do custo do novo programa emergencial. Contudo, seria possível recriar um auxílio emergencial, maior do que o de 2020, sem furar o teto do gasto. Entretanto, o aumento de preços e a redução da desigualdade de renda.

Em outras palavras, o impasse entre recriar o auxílio emergencial e furar o teto do gasto público. A solução para o impasse no Congresso Nacional. Basta votar!

JOSE MÁRCIO CAMARGO É ECONOMISTA DO PACTO EMERGENCIAL E CHEFE DE ANÁLISE INVESTIMENTOS

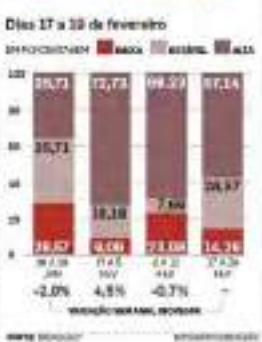
broadcast termômetro bolsa

Mercado ajusta expectativa de alta para Ibovespa

O Termômetro Bolsa de São Paulo mostra ajuste na expectativa de alta para as ações no curto prazo. A pesquisa tem por objetivo captar o sentimento de operadores, analistas e gestores para o comportamento do Ibovespa na semana seguinte.

Entre as respostas, a percepção de que a produção interna está em queda caiu de 69,2% no primeiro trimestre para 57,1%. A maioria dos que esperam queda, de 12,2%, também recuou em relação ao último trimestre (14,0%), enquanto a expectativa de estabilidade caiu de 7,6% para 25,7%. A B3 se fechou a semana com perda de 0,6%.

Expectativa para Ibovespa



mento de ações sobre Ibovespa. A grande expectativa é pela reabertura do programa de auxílio emergencial, após o relatório do Executivo. Paulo Guedes, afirmar que sua equipe está

trabalhando ativamente todo o período em cima da proposta, de forma que o pagamento do benefício possa começar já em março.

"O governo negocia com os líderes do Congresso algumas contrapartidas que poderão melhorar as perspectivas das contas públicas a médio prazo", afirma a UCA.

No apêndice, data que para a elevação de taxa do Federal Reserve (banco central americano), também se quer esperar a discussão sobre possíveis pressões inflacionárias que poderiam aumentar a assimetria de política monetária do BC americano. Aí, na sequência e na teoria, seria o impacto do resultado dos indicadores do PIB do Japão e taxa do euro, referências ao quarto trimestre. Na segunda-feira, o fim do ano nos Estados Unidos, do Dia do Presidente, e, no Brasil, não há cenário.

No campo de balanços, serão conhecidos os balanços trimestrais dos bancos do quarto trimestre do Carioca Brasil e B3 Brasil.

Editorial Econômico

Como a pandemia afetou as ocupações



A pandemia estabeleceu um novo padrão de mundo por todos lados. Em resultado de um ponto zero econômico, o número de empregados com registro em carteira aumentou no ano passado, com a abertura de 147,2 mil

vagas, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. Os números negativos são a partir de julho foram mais do que suficientes para compensar as quedas observadas em março, abril e maio. O quadro melhorou até com rapidez.

Mas quando se somam as contratações por contrato, nota-se um novo desenho do mercado. Algumas ocupações foram mais afetadas do que outras pela pandemia e pelas medidas de contenção de transmissão da covid-19.

Segundo o CAGED, o setor de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CMT), sendo como base os dados desagregados do Caged, mostrou que, das dez profissões com maior nível de ocupação no mercado de trabalho formal, apenas uma (administrador de vendas de produtos) apresentou uma queda no número de empregos em relação ao ano passado.

O crescimento social estimulou a abertura de vagas para ocupações como auxiliar de logística (aumento de 21,8%), segurança (10,7%) e embalador de produtos (12,7%). Também

profissões ligadas à agricultura, tratam-se do setor de economia que cresce no ano passado, e a contratação civil, impulsionada pela demanda de habitações em 2020, registrou crescimento de contratações.

A recuperação do comércio no último ano levou ao igualmente perceptível a abertura de vagas para diversas ocupações. Como era esperado, as contratações se concentraram em ocupações relacionadas a serviços de entrega e de atendimento a distância (o número de ajudantes de mototaxi aumentou 11,1%) e de operadores de

teleatendimento, 10,4%.

No outro ponto, ocupação se ligada ao atendimento presencial e ao transporte público foram as mais prejudicadas. O número de cobradores de metrô caiu 11,5% e o de motoristas de coletivo caiu 7,1%.

Preocupante é o impacto da pandemia sobre o mercado de trabalho de profissionais ligados à educação. Das 10 ocupações com maior redução do número de empregados, metade é de profissionais da área de educação. Foram fechados 72,2 mil postos de trabalho formal na área no ano passado.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 13/02/21 - Cidade/UF: DF
Título: Bolsonaro indica mexer em LRF para reduzir diesel Impacto: Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

SEMANA DO INVESTIMENTO DE 2021 | Economia | B3

Bolsonaro indica mexer em LRF para reduzir diesel

Pressionado por caminhoneiros, Planalto avalia brecha com novo estado de calamidade

Enedy Scheib
Adriana Paranhos; revistas

O presidente Jair Bolsonaro sinalizou ontem que pode usar um novo estado de calamidade para suspender trecho da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que obriga compensação para cortar tributos. Com a medida, ele ficaria livre para reduzir o PIS/Cofins sobre combustíveis mais acima aos caminhoneiros.

"Danado reclama 'você não reduziu imposto'. Para eu reduzir, pela Lei de Responsabilidade Fiscal que existe, eu tenho que arrastar o que eu reduzir aqui em outro lugar. Eu tenho que fazer a compensação", disse Bolsonaro a apoiadores no porta do Palácio da Alvorada. "Eu quero ver se, no caso que nós vivemos, já que muito gente não quer, situação crítica que vivemos, em parte eu concordamos, se eu posso reduzir, por exemplo, o PIS/Cofins no combustível e sem a compensação."

Na quinta-feira, durante seu Investment, Bolsonaro disse estar em uma "queda de braço" com os líderes econômicos sobre a redução do PIS/Cofins. "Pode ser que exista discussão de excepcionalidade para isso", comentou. A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que, para reduzir um tributo, o governo precise compensar essa receita a menos, aumentando outro imposto ou reduzindo despesas. A possibilidade de usar o estado de calamidade para permitir o corte de impostos é criticada por especialistas (mas aprovada pela PEC 936).

Além da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 determina que as propostas legislativas que, direta ou indiretamente, autorizam redução de receita ou aumento de despesa da União deverão ser acompanhadas de demonstrativo do impacto orçamentário. A proposta deverá demonstrar a existência de prejuízo para o cumprimento da meta fiscal, que permite um rombo de até R\$ 44,1 bilhões nas contas do governo neste ano.

Segundo apurou o Estadão, sendo a demanda do presidente é considerada difícil na área econômica, mas avalia-se que,

plificação de incentivo ou benefício tributário que implique renúncia de receita deverá ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro para ser feita e for considerada nas estimativas de receita da lei orçamentária, desde que não afete as metas de resultados fiscais previstas no Orçamento. A vantagem, nesse caso, é que a lei orçamentária não foi votada e a meta fiscal da LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias) também pode ser alterada.

Austeridade fiscal. Um erro é que a medida vai no contramão do discurso de austeridade fiscal da equipe econômica, com a perda de arrecadação (a União abria mão de parte dos tributos que recolhe) e piora do resultado das contas públicas. Bolsonaro voltou a citar ontem que, para reduzir em R\$ 500 a cobrança do imposto, é necessário compensar R\$ 700 milhões nas contas públicas. Ele citou em especial o impacto do preço do óleo diesel, principal combustível dos caminhoneiros.

"Atualmente, o diesel está em R\$ 0,33, vezes 700, dá um R\$ 231,75 bilhões. Você tira de onde? Tem que aumentar imposto onde? Inveniar uma CPMF? Não dá. Tem que ser por meio direto"

ANÁLISE Leonardo Ribeiro

Populismo fiscal

Qualquer proposta oficial de flexibilizar regras fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para ações que não sejam voltadas ao enfrentamento da pandemia é populismo. Na questão dos combustíveis, que tem a ver com a volatilidade dos preços internacionais, e não com a pandemia, o governo quer baixar PIS/Cofins sem compensação fiscal, ferindo a LRF. Nada mais nada menos do que populismo fiscal.

Regras fiscais são liturgias que servem para dar previsibilidade e transparência às contas públicas. A LRF é clara: renúncias fiscais concedidas ao longo do exercício precisam ser compensadas por medidas de redução de despesa ou de aumento de receita. Existem impostos que não precisam seguir essa liturgia, por exemplo, os do comer-

cio exterior, IPI e IOF. Não é o caso do PIS/Cofins.

No ano passado, a LRF foi alterada e esse dispositivo que exige compensação de renúncias fiscais foi flexibilizado. Em caso de calamidade pública, não precisa compensar se a medida for para enfrentar o evento que provoque a situação de emergência. O problema do preço dos combustíveis não tem nada a ver com calamidade pública, pelo menos por enquanto, e nem com a pandemia.

Portanto, o governo pode aproveitar a proposta orçamentária para introduzir essa renúncia na estimativa de receita da lei orçamentária. O que não pode é mudar as regras do jogo na área fiscal para satisfazer um ou outro setor castitivamente.

ECONOMISTA DO SENADO E ESPECIALISTA EM CONTAS PÚBLICAS

Coletar um imposto e desobrigar o outro", argumentou Bolsonaro.

Como ministro do Estado, a equipe econômica sugeriu ao presidente que, para seguir o que diz a LRF, o governo poderia limitar a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de carne com valor

mais alto, como SUVs, para pessoas com deficiência e acubar com renúncias tributárias para o setor petroquímico. As duas medidas podem garantir receita de R\$ 4 bilhões aos cofres públicos.

O chefe do Executivo repetiu que pretende editar decreto pa-

ra modificar a população a identificar a composição do preço do combustível em postos de gasolina. "Quero botar a transparência na entrada de cada posto. Isso é um decreto novo, a Petrobrás vai fazer isso para vocês saberem quem é que está pagando mais imposto do vocês", disse.

24/02/2021, ÀS 14h30 - LEILÃO ONLINE DE

APARTAMENTO EM COPACABANA

DE FRENTE PARA O MAR. AVENIDA ATLÂNTICA - 1 VAGA NA GARAGEM E ÁREA ÚTIL DE 176,63 m² DESOcupADO - LANCE INICIAL: R\$ 2.423.000,00

EMPRE SEM LANCE EM: WWW.SODRESANTORO.COM.BR

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

PARA LEMBRAR

Aumentos consecutivos

Nesta semana, a Petrobrás anunciou aumentos dos preços médios de venda de distribuidoras de gasolina, diesel e GLP, gás de cozinha, que passaram a vigorar desde terça-feira. O preço médio de venda de gasolina nas refinarias passou a ser de R\$ 2,35 por litro, refletindo o aumento médio de R\$ 0,17 por litro. Já o preço médio de venda de diesel foi para R\$ 2,24 por litro, um aumento médio de R\$ 0,25 por litro.

É a terceira alta do ano nos preços da gasolina, e a segunda no valor do litro de diesel. Desde o início do ano, a Petrobrás já levou em 226,0 preço da gasolina - em dezembro, o litro custava R\$ 1,84. Já o diesel subiu 25,0%. Com as novas altas, o litro da gasolina passou a custar mais caro que o do diesel distribuído.

Na formação do preço dos combustíveis, além do ICMS, entram também tributos federais: a Cide e o PIS/Cofins. Além disso, o preço final incorpora valores de custo e lucro da Petrobrás, distribuidora e postos de combustíveis.

Pouco depois do anúncio, o presidente Jair Bolsonaro disse que o aumento provocou uma "chubada com meio", mas que ele não poderia intervir na estatal. "Vai ser uma chubada com razão? Vai. Eu tenho influências sobre a Petrobrás? Não."

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 13/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Prévia do PIB vê tombo de 4,05% em 2020 **Impacto:** Neutro

Prévia do PIB vê tombo de 4,05% em 2020

Queda registrada pelo IBC-Br, indicador do Banco Central, foi menor do que o previsto por analistas; em dezembro, índice subiu 0,64%

Fabrizio de Castro / assúria

Em um ano marcado pela pandemia de covid-19, a atividade econômica brasileira fechou 2020 com retração de 4,05% em relação a 2019. O tombo foi dimensionado pelo Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br) na série sem ajustes sazonais, que permite comparações entre os anos.

Conhecido como uma "pré-visualização" para o Produto Interno Bruto (PIB), o IBC-Br serve

como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. De responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB do ano passado será divulgado apenas em 3 de março.

Até agora, a maior queda em um ano do PIB brasileiro foi registrada em 1990, de 4,35%, na esteira do Plano Collor 1 e do confisco do dinheiro das cadernetas de poupança.

A queda do IBC-Br em 2020 ficou menor do que as estimati-

vas do mercado consultado pelo Projeções Broadcast, que esperavam resultado entre -4,5% e -4,1%, sendo o tombo de 4,2% o mais esperado. Em junho do ano passado, o Banco Mundial chegou a prever uma queda de 8% do PIB em 2020.

O mercado, segundo pesquisa realizada pelo Banco Central com mais de 100 instituições financeiras na semana passada, estima uma retração de 4,5% para a economia brasileira em 2020. O Ministério da Economia também estima uma queda

de 4,5% e, para o BC, o tombo será de 4,4%.

No ano passado, os efeitos da pandemia sobre a economia, apesar de paralisados já em fevereiro, se intensificaram em todo o mundo a partir de março. Para conter o número de mortes, o Brasil adotou o isolamento social em boa parte do território, o que afetou a atividade econômica. Os impactos foram percebidos principalmente em março e abril. A partir de maio, o IBC-Br demonstrou reação.

Apenas em dezembro, o IBC-Br avançou 0,64% em relação a novembro, na série com ajustes sazonais, uma espécie de compensação para comparar períodos diferentes. Foi o quinto mês consecutivo de alta.

Projeções. A mediana das apostas do mercado apuradas pelo Projeções Broadcast para PIB de 2020 passou de queda de 4,3% na pesquisa publicada em janeiro para retração de 4,2% neste levantamento, feito após a divulgação do IBC-Br de dezembro, que subiu 0,64%, acima do consenso de mercado, de 0,5%. As apostas desta pesquisa são de tombo entre 4,6% e 3,7%.

Por outro lado, pioraram as estimativas para o PIB de 2021 e do primeiro trimestre. No ano, a mediana das apostas foi de 3,45% em janeiro para 3,5% agora. No primeiro trimestre, as apostas entre recuo de 1,35% e avanço de 1,10% neste o trimestre final de 2020 levaram a mediana para o crescimento, indicando retração de 0,15% na última pesquisa.

Em relatório a clientes assinado pelos economistas Solange Sbrão e Lucas Vilela, o Credit Suisse informou a mudança de sua projeção para o PIB



Cenário. Economia foi duramente afetada pela pandemia

Performances
"Em dezembro, algumas áreas performaram bem, como a indústria, que subiu 0,90. A agropecuária também pode surpreender."
Vitor Vidal
ECONOMISTA DA XP INVESTIMENTOS

de 2020, que passou de queda de 4,3% para recuo de 4,2%, mantendo o mesmo erro das medianas desta e da última pesquisa Projeções Broadcast para o PIB.

Segundo os analistas, o resultado do IBC-Br de dezembro e de 2020 (contração de 4,05%) "confirmou uma dinâmica melhor do que se esperava para a atividade econômica do último

trimestre de 2020".

A XP Investimentos também alterou suas estimativas para o ano passado. Na pesquisa de 18 de janeiro, a projeção para o PIB do quarto trimestre era de avanço de 1,66% no margem, número que agora é de 2,3%. Para o ano, o recuo de 4,6% passou a ser de 4,4%. "Em dezembro, algumas áreas performaram bem, como a indústria, que subiu 0,90%. Também a agropecuária pode acabar superando por conta da safra agrícola", diz Vitor Vidal, economista da corretora.

A Austin Ratings manteve as projeções para o PIB desde a última pesquisa. A queda em 2020 é calculada em 4,2%, e o crescimento em 2021 é estimado em 3,5%. **COLABORA ERESONY PEREIRA NEGRÃO**

CRECISP RUA PAMPLONA, 1200 - TEL (0400) (71) 3084-6000 - SP **Informe Publicitário**

COLUNA CRECISP

CRECISP e OAB-SP firmam parceria para avaliação mercadológica de imóveis

CRECISP Termo de cooperação OAB/SP x CRECISP **OAB**

11/02/2021 às 18h

A Ordem dos Advogados da Band (OAB-SP) e o mais novo órgão que reconheceu a legitimidade do setor de imóveis para realizar avaliações mercadológicas que preserva o seu trabalho com transparência, finaliza o presidente da Ordem.

PERITOS — Os corretores de imóveis avaliando

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 13/02/21 - Cidade/UF: DF

Título: CSN faz IPO de R\$ 5,2 bi de mineradora e promete redução de endividamento Impacto: Neutro

B8 | Economia | SÃO PAULO, 13 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

Negócios

Crise nos imóveis
Em NY, pandemia deixa projeto de US\$ 25 bi abandonado. Pág. B10

Caixa. Dono de 90% da unidade, grupo de Benjamin Steinbruch vai embolsar R\$ 3,6 bilhões com a venda de ações de subsidiária; mineradora também levantou mais R\$ 1 bi com o objetivo de dar continuidade a projeto de ampliação de produção de minério de ferro

CSN faz IPO de R\$ 5,2 bi de mineradora e promete redução de endividamento

Priscilla Guimarães

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Benjamin Steinbruch, concluiu ontem a abertura de capital de sua unidade de mineração, que movimentou cerca de R\$ 5,2 bilhões. Desse total, R\$ 3,6 bilhões vão para o caixa da controladora, que vendeu parte de suas ações na operação.

Tais recursos, conforme prometeu a CSN a investidores e credores, serão utilizados para a redução da dívida da companhia, acima de R\$ 30 bilhões. A estreia da ação da CSN Mineração na B3 — um dos lançamentos mais aguardados no mercado acionário e promessa de abertura de capital há mais de uma década — será na próxima quinta-feira, dia 18. A empresa chega à Bolsa avaliada em R\$ 47,5 bilhões.

A ação da CSN Mineração foi precificada em R\$ 8,50, no piso da faixa indicativa, que vai até R\$ 11,15. Apesar da oferta, comentaram frentes que acompanharam o processo, estava o fato de o preço do minério de ferro estar no piso, em função da menor produção — provocada pelas restrições impostas pela pandemia e pelo fato de a Vale ainda

estar tentando recuperar seus volumes, perdidos após o trágico de Brumadinho (MG).

Do total vendido no IPO, 70% das ações foram para investidores estrangeiros, conforme apurou o Estadão. Steinbruch — ao lado de sua filha Victoria, que deve ser a sucessora do pai — acompanha de perto todo o processo do IPO da unidade de mineração.

Pressão. O IPO da subsidiária tira uma pressão de anos que recaía sob a CSN, por conta de seu endividamento. Depois de promessas de vendas de ativos que ao longo dos anos não foram cumpridas, Steinbruch coloca uma pedra sobre o assunto ao demonstrar ao mercado que está focado em reduzir a dívida da siderúrgica, avalia analistas.

Por conta da demora, o mercado seguiu descrente de que Steinbruch fizesse algum desinvestimento, mas o executivo segue em frente com seus planos, mesmo reduzindo o preço pretendido após interação inicial com investidores. No princípio, o valor almejado para a avaliação da companhia era acima de R\$ 60 bilhões.

A venda de uma fatia de venda



Peso. Redução do endividamento da CSN, de R\$ 30 bilhões, é cobrança antiga do mercado

de mineração como forma de angariar recursos como objetivo de reduzir o nível do endividamento foi anunciada há alguns anos, juntamente com a possibilidade de o grupo se desfazer de outros ativos. A única operação que tinha sido realizada pela CSN, antes do IPO da unidade de mineração, foi a venda da fabricante de lã de Meta-

lic, há quase cinco anos. Agora, a empresa vai começar a preparar a estreia de mais uma subsidiária na Bolsa, a unidade de cimento, operação para a qual já contratou o Ibmec e o IBI.

A CSN Mineração congrega duas minas: a Namias e a famosa Casa de Pedra, produtoras de um dos minérios de maior qualidade da região produtora. A

companhia de Steinbruch tinha quase 90% da CSN Mineração. Um consórcio asiático detinha o restante. Além da CSN, foram vendedores na oferta dois sócios asiáticos, a Posco e a Japão Brasil Minério de Ferro Participações (JBMP), mas que seguem como acionistas. Após o IPO, a CSN tem agora participação de cerca de 77% na sua uni-

dade de mineração.

Expansão. Além da venda de ações dos acionistas, a CSN Mineração aproveitou a oferta para captar recursos de caixa em sua estratégia de expansão. A oferta primária, ou seja, que levará os recursos para o caixa da CSN Mineração, somou R\$ 1 bilhão.

Conforme o prospecto da oferta, a companhia pretende utilizar o recurso na execução de seus projetos de crescimento, tais como o projeto Itabirito P05 e os Projetos de Recuperação de Rejeitos de Barragem Pires e Casa de Pedra. A projeção da companhia é que seja possível acrescentar uma produção de 103 milhões de toneladas por ano, com investimento estimado em R\$ 22,7 bilhões até 2033. Sua produção anual hoje é de 23 milhões de toneladas de minério de ferro.

"Nenhuma empresa do segmento possui projetos dessa magnitude, e se a empresa conseguir implementá-los, acreditamos que será excelente para a companhia e seus acionistas", avaliam os analistas Tasso Vasconcelos, Felipe Buppenthal e Lucas Chaves, em relatório da Elyen Financial.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 13/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Cúpula do Congresso cede, e auxílio terá ajuste fiscal como contrapartida **Impacto:** Neutro

mercado

Cúpula do Congresso cede, e auxílio terá ajuste fiscal como contrapartida

Condicional a cláusula de calamidade, benefício deve voltar em março, em 3 ou 4 parcelas

Bernardo Carmona e Renato Machado

Insatisfação. Após uma nova rodada de negociações, equipe econômica e Congresso chegaram a um acordo para desativar o auxílio emergencial a partir de março, incluindo como contrapartida mecanismos de ajuste fiscal.

O auxílio emergencial deve ser pago por três meses no mesmo quantum, se necessário.

Por outro lado, em uma vitória da equipe econômica do governo federal, será incluída uma cláusula de calamidade em medidas de ajuste fiscal.

O anúncio foi feito após reunião entre o presidente da Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), ministro da Economia, Paulo Guedes, o ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Pacheco disse ser fundamental que o Congresso faça sua parte, dando andamento à agenda de reformas e ressaltando que o auxílio será liberado de acordo com a proposta de Guedes. O ministro quer inserir na PEC do Pacto o Federativo uma cláusula de calamidade de publicação para possibilitar a liberação do auxílio.

"É fundamental que haja a possibilidade de uma cláusula de calamidade pública na PEC do Pacto Federativo para que seja possível fazer a flexibilização necessária para que haja auxílio no Brasil", disse Pacheco, ressaltando que a assistência só deverá ser de ser prioridade quando a pandemia acabar.

O presidente do Senado afirmou que as equipes do Congresso e do Ministério da Economia vão trabalhar durante o feriado para finalizar a proposta, que deve ser apresentada a líderes partidários na próxima quinta-feira (18).

Segundo ele, o benefício deve ser pago em março, abril, maio e, eventualmente, junho. De acordo com membros do Ministério da Economia, o valor das parcelas pode ficar em R\$ 500. Inicialmente, Guedes defendia pagamentos de R\$ 400.

De acordo com o ministro da Economia, foi selado um compromisso para liberar o auxílio, acelerar a vacinação contra o Covid e dar andamento às reformas estruturantes.

"Estamos todos na mesma luta, com sacos em nossa mão, auxílio emergencial é um rápido possível e economias, particularmente esse marco fiscal que garante que vamos enfrentar esse guerra sem comprometer as futuras gerações",



O presidente da Câmara, Arthur Lira, Paulo Guedes e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

“O presidente é obrigado a decidir para alguma forma de auxiliar essa gente. Vamos lembrar, né, se ele disser que não vai auxiliar, ele vai tomar pau. Se ele diz que vai auxiliar, ele vai tomar pau também. Então, é uma situação difícil e julgo que ele vai buscar a melhor solução”

Hamilton Mourão
vice-presidente

afirmou Guedes.

Nas últimas semanas, por pressão do Congresso, foi instituída a negociação para que uma nova rodada do auxílio emergencial fosse liberada.

Resolvido o impasse, a equipe econômica passou a acordar discutir e elaborar alternativas para a assistência. A equipe de Guedes, no entanto, seguiu insistindo na necessidade de a liberação ser acompanhada de medidas de ajuste fiscal.

Apesar de a cláusula de calamidade, o governo poderia operar uma espécie de Orçamento de Guerra similar ao implementado em 2008. Com isso, conseguiria liberar o auxílio sem levar reformas fiscais. O chefe do ministério chegou a negociar uma proposta mais estruturada, que alteraria o nome do auxílio para BIP (Bônus de Incentivo Produtivo). O sistema seria associado à Caixa Verde e Amarela, modo de contrato trabalhista mais flexível e com encargos reduzidos.

Nesse caso, os informais ganhariam três parcelas de R\$ 200 enquanto buscam um emprego. Ao serem contratados, eles receberiam um curso de qualificação bancado pelo empregador.

O excesso de condicionantes do plano da equipe econô-

mica irritou parlamentares. A cúpula do Congresso passou a reclamar que o auxílio fosse liberado com urgência, mesmo sem ajuste no Orçamento.

Por outro lado, a cúpula do Congresso critica a vontade de articular a medida de ajuste fiscal.

Antes contrário à medida, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, mudou o tom do discurso e afirmou nesta sexta-feira (12) que a liberação da assistência seria associada ao voto da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo, que inclui mudanças fiscais e ações gêmeas de ajuste nas contas públicas.

Na segunda-feira (16), em entrevista à *GloboNews*, Pacheco havia afirmado que o auxílio é urgente e não poderia ser atrelado a medidas de aperto fiscal.

"O que não podemos é condiciona-la a realização disso fiscal ou outro programa de assistência social", afirmou em vigor de medidas desse tipo porque a emergência e a urgência da situação relativos a essa assistência social não podem esperar", afirmou Pacheco na ocasião.

Membros da equipe econômica afirmam que os estados para criação do BIP seguem o plano, mas a proposta será tratada separadamente.

Segundo uma fonte, a apresentação desse plano dependente do andamento da articulação com os deputados e senadores.

Congressistas chegaram a sugerir que o auxílio emergencial seja autorizado por meio da liberação de crédito extraordinário. O mecanismo não é contabilizado no livro de gastos, mas que limita despesas do governo. Guedes rejeitou a ideia, argumentando que seria necessário alterar outros instrumentos orçamentários, o que, segundo ele, levaria mais tempo do que aprovar o Orçamento de Guerra.

Bolsonaro 'vai tomar pau' recriando ou não benefício, diz Mourão

Daniel Carvalho

manha. Em uma linha serrada à adoração do dia seguinte pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), o vice-presidente Hamilton Mourão (PRB) criticou nesta sexta-feira (12) a criação do mercado financeiro e o previsto de recisão do auxílio emergencial. "Minha gente, a gente não pode ser escravo do merca-

do", afirmou Mourão ao chegar à Vice-Presidência.

"O presidente é obrigado a decidir para alguma forma de auxiliar essa gente. Vamos lembrar, né, se ele disser que não vai auxiliar, ele vai tomar pau. Se ele diz que vai auxiliar, ele vai tomar pau também. Então, é uma situação difícil e julgo que ele vai buscar a melhor solução", afirmou o vice-presidente.

Na quinta-feira (11), em sua live semanal, Bolsonaro disse que o mercado "fica irritadinho" com "qualquer negociação". Bolsonaro ainda questionou se "sabemos que é passar fome" ao defender a volta do benefício.

"O pessoal do mercado, qualquer coisa que se faça aqui, vocês ficam irritadinhos na porta da linha, né? Sob o dólar, cá a Bolsa. Pessoal, se o Brasil não tiver um curso, todo o mundo vai perder. Vocês também, pô", disse Bolsonaro.

"Então vamos deixar de ser irracional que não vai lesar a gente nenhum. A gente está buscando soluções. Uma das maneiras de nós diminuirmos aqui o preço do combustível é se o dólar cair aqui dentro, mas qualquer negociação, qualquer coisa na imprensa, tá atacando mesmo, irritadinho, né? Já sabe o dólar. Todo o mundo pode comisso, pessoal", prosseguiu.

Bolsonaro disse na transmissão de quinta que o mercado não pode ficar se comparando da forma atual para estimular ao governo que não concorda com a prorrogação do auxílio.

"Pessoal, vocês sabem o que é passar fome?", indagou.

Nesta sexta, Mourão disse que o Brasil ainda levará de três a quatro meses para ter uma paralisação de vacina na paz de dar início a um processo de vacinação em massa.

"Estão buscando uma solução. Em linhas gerais, eu sei que há um crédito extraordinário, a certo o título Orçamento de Guerra, ou outra dentro do nosso orçamento para atender às necessidades. Não tem outra linha de ação fora".

A Mourão também foi perguntado sobre a ideia de Bolsonaro de, nesta sexta, encaminhar ao Congresso um projeto que estabeleça que o ICMs sobre combustíveis, imposto estadual, será cobrado nas refinarias ou terá um valor fixo nos estados.

"Mas se que ser decidido dentro do Congresso. Elei, vai ser decidido lá dentro, mese como interesse dos estados. O presidente está buscando uma solução para o preço dos combustíveis, que todo o mundo que enche o tanque do carro sabe que está a tempo quinto supido", afirmou.

Depois das declarações do vice, Bolsonaro criou o projeto Aídeia (Acelerar a Indústria por meio de Incentivos Fiscais) em maio sobre a medida de preços das bombas. O texto estabelece que os estados deverão aprovar leis próprias para regulamentar a regra (leia à pág. A10).

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 13/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Inflação desacelera mais para baixa renda em janeiro, diz Ipea **Impacto:** Neutro

Inflação desacelera mais para baixa renda em janeiro, diz Ipea

Diego Garcia

NO MEIO A inflação desacelerou para todas as faixas de renda do Brasil em janeiro. O movimento foi mais intenso entre as faixas de renda mais pobres, segundo estudo publicado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) nesta sexta-feira (12).

A inflação para essa faixa recuou de 1,58% em dezembro para 0,41% em janeiro.

Segundo os critérios do Ipea, as famílias de renda mais baixa são aquelas com rendimentos domiciliares mensais menores que R\$ 1.650,00. Já os mais ricos englobam famílias com renda superior a R\$ 16.500,00.

A desaceleração decorre principalmente da queda nos preços de energia elétrica e

vestuário, que compensaram a pressão ainda forte exercida pelos preços dos alimentos — principal vilão da inflação em 2020.

Entre os mais ricos, por outro lado, o alívio proporcionado pela queda nos preços de energia elétrica não teve um impacto tão forte, diante da alta dos preços da gasolina.

Assim, a inflação nas classes de renda mais alta passou de 1,05% em dezembro para 0,29% em janeiro.

Entre os mais pobres, a deflação do grupo habitação foi de 0,24%, influenciada por retração de 3,60% nas tarifas de energia, o que compensa as altas observadas no álcool (0,25%) e botijão de gás (1,19%).

Já os itens de vestuário recuaram 2,01%, com quedas nas roupas femininas (-0,32%) e

Inflação desacelera mais entre famílias de baixa renda em janeiro



nos calçados (-0,40%).

No segmento de alimentação, houve recuos entre dezembro e janeiro nos preços de arroz (de 3,84% para 0,24%), carnes (de 1,58% para -0,08%), frango (2,75% para -0,07%), leite (1,57% para -1,15%) e óleo de soja (4,09% para -1,58%).

Apesar da desaceleração nesses subítem, a inflação do grupo alimentos e bebidas foi de 0,29% entre os mais pobres.

Os alimentos em domicílio são o grupo de maior peso na cesta de consumo das famílias mais pobres e explicam a pressão inflacionária entre esse segmento de renda.

O estudo mostrou que a inflação em 12 meses das famílias mais ricas (1,0%) continua bem abaixo do que vem sendo observado no segmento mais pobre da população (6,20%).

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 13/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Índice do BC que mede atividade econômica cai 4,05% em 2020 **Impacto:** Neutro

Índice do BC que mede atividade econômica cai 4,05% em 2020

Larissa Garcia

missas. Sob o impacto da pandemia de Covid-19, a atividade econômica caiu 4,25% em 2020, segundo o indicador IBC-Br do Banco Central divulgado nesta sexta-feira (12).

O índice foi modificado em pontos e, em dezembro, seu nível chegou próximo aos patamares de antes da crise, com 138,73.

Em janeiro, o número estava em 138,88 pontos e chegou a 140,24 em fevereiro. A partir de então, a atividade começou a cair e chegou ao menor nível em abril, com 139,65 pontos.

Em dezembro, a expansão foi de 0,84%, acima do registrado no mês anterior, de 0,59%, que foi a menor desde maio, quando a economia começou a se restabelecer após o tombocausado pela pandemia.

Em outubro, o ritmo da retomada começou a perder tração, e o índice teve alta de 0,88%, segundo informado pelo IBC na época. A série, no entanto, foi revisada, e a variação do mês passou para 0,75%.

No último trimestre do ano, a economia cresceu 3,14%.

Após o início da pandemia, o fechamento dos comércios e o distanciamento social afetaram a economia. Com a reabertura e flexibilização do distanciamento, a atividade segue em recuperação, observada desde maio.

O número mensal foi afetado com ajuste sazonal (que remove particularidades do período, como número de dias úteis) para facilitar a comparação com outros meses.

Em março, quando o vírus chegou ao país, houve redução

de 5,92% no setor produtivo. Com a população em casa, o consumo diminuiu em diversos setores, como transporte e hospedagem, e a atividade econômica despencou.

O pior resultado foi registrado em abril, quando a economia caiu 9,73%, nível mais baixo desde outubro de 2008 e maior que o de um mês e outro em toda a série histórica, iniciado em 2003.

O IBC-Br mede a atividade econômica do país e é divulgado desde março de 2010. Ele foi criado para auxiliar em decisões de política monetária, já que não existe outro dado mensal de desempenho do setor produtivo.

O indicador leva em conta o desempenho dos principais setores da economia: indústria, agropecuária e serviços.

Instituição adia pela 3ª vez norma que reduz trava bancária

BRASIL O Banco Central adiou pela terceira vez a implementação da norma que reduz a chamada trava bancária. A regra entraria em vigor na próxima quarta (17). Segundo a autoridade monetária, a medida passará a valer em 7 de junho.

Trava bancária, também chamada de alienação fiduciária de recebíveis, é uma alternativa de garantia para operações financeiras entre bancos e empresas. O mecanismo funciona assim: um lojista, por exemplo, pode pedir um empréstimo e oferecer ao banco espaguetos que tem a receber por compra de car-

tão de débito ou crédito em datas futuras.

Enquanto não quitar o empréstimo, esses valores a receber, contestados no juízo do mercado como recebíveis, não podem ser utilizados.

Com a nova regra, os registros dos recebíveis serão centralizados, e o legista será liberado para negociar nos como garantia de crédito em outras instituições que ofereçam condições melhores, não só com a que ele tem relacionamento.

Segundo o BC, uma das três empresas registradoras de recebíveis não conseguiu se adaptar a tempo, e, se o prazo não fosse prorrogado, diversos bancos em quinhentas de cartão, com volume significativo de operações, ficariam impedidos de funcionar.

"Tal fato faria com que diversas entidades credenciadoras a ele conectadas, com volume significativo de operações, ficassem provisoriamente excluídas do novo modelo de registro e negociação desses recebíveis, em virtude do tempo exigido para que elas se conectassem à outra entidade registradora declarada apta, bem como tomou prejudicado testes mais robustos e integrados de interoperabilidade", disse em nota.

A autoridade não informou, contudo, qual instituição pediu mais tempo para adaptação dos sistemas. Atualmente, existem três companhias autorizadas, a CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos), a Cere Central de Recebíveis e a TAG Registradora, do grupo Stone.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 13/02/21 - Cidade/UF: SP
Título: Mercado imobiliário espera expansão em 2021 mesmo que juros aumentem Impacto: Neutro

A18 SÁBADO, 13 DE FEVEREIRO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

mercado

Mercado imobiliário espera expansão em 2021 mesmo que juros aumentem

Crédito mais barato deve estimular vendas, mas resultado depende de recuperação da economia

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO - O mercado imobiliário está otimista com 2021. Depois de um ano surpreendentemente positivo, apesar da pandemia, as perspectivas são de expansão das vendas, da indústria e do crédito. Poderia. Entre as empresas que já divulgaram suas prévias de resultados do último trimestre, há quem reporte as melhores vendas da história — e isso em um ano atípico. Na capital paulista, as 31,4 mil unidades residenciais vendidas representaram um recorde na série histórica iniciada em 2004 pelo Secovi-SP (síndico da habitação). O estudo do setor em 4% nas 10,1 mil unidades vendidas em 2020, ano considerado excepcional. A preocupação com preços e prazo de entrega de muitas praias persiste, mas há expectativa de estabilidade ainda no próximo trimestre. No lado do consumidor, os juros abaixo de 7% facilitaram financiamentos. Mas famílias acessaram crédito e outras conseguiram, com a mesma restrição, comprar um imóvel mais caro do que podiam quando os juros passaram de dois dígitos. A Abecip (a associação de entidades de crédito) projetada de 20% na concessão de crédito neste ano, considerando o SINE (Sistema Brasileiro de Poupança e Emprestimo) e FGV (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Em 2020, os financiamentos com recursos da poupança superaram 2004, ano de boom dos imóveis. Para o presidente da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), Luiz Antonio Pinheiro, todos os segmentos terão crescimento em 2021. Uma eventual elevação da taxa básica dos juros (Selic) não preocupa o setor. "Se a Selic chegar a 3,5%, a compra não mudará e não deprimirá o mercado. Só a queda seria ruim para o setor de dois dígitos". Para o economista da Citic (Citibank Brasileira da Indústria e Construção), Sola Vias concorda, uma Selic em 4% mostraria o mesmo resultado. No setor econômico, que engloba a Casa Verde e Amarela (o antigo Minha Casa Minha Vida), o resultado deverá ser impactado pelo déficit estimado em 5,8 milhões de matrizes e pela criação de novas famílias. Na capital, segundo balanço do Secovi SP, metade do que foi lançado em 2020 foi dentro do segmento econômico.



Empreendimento em construção em Perizes, em 2020, vendas subiram 4% (Gabriel Lacerda/Imagem)

O indicador calculado pela Fipe para a Abrainc mostra comportamentos distintos entre os segmentos de médio e alto padrão e econômico e médio em novembro. Esse último teve alta de 11,7% nos lançamentos e de 16,4% nas vendas líquidas. Entre os empreendimentos mais caros, as vendas recuaram 7,6%, e o volume de novos negócios, 15,4%. Na análise da pesquisadora Ana Maria Castella, coordenadora de Projetos da Construção do Ibrac-FGV, as expectativas positivas dependerão da melhora da economia para que se confirmem. "Daqui começa com incertezas significativas. As variáveis crédito e juros serão importantes para garantir um bom desempenho, mas não serão excepcionais se a economia não melhorar", afirma. A Confederação dos empresários da construção viu a recuperação em 2020, mas o crescimento a alcançar. Em janeiro, o Índice da FGV teve recuo de 1,4 ponto. Há um limite para o desenvolvimento entre a situação do mercado imobiliário e da economia", disse Ana Maria. A Citic prevê que o PIB da construção — inclui, além de edificações, obras de infraestrutura e serviços especializados — em 2021, a aposta é crescer 4,5%, a maior

variação desde 2013. A citadora da indústria prevê alta de 10% nas vendas. Até o terceiro trimestre, a estatal registrou 8,4% de aumento nas unidades com encalhes e perda de 17,9% nos lançamentos. Para o Secovi SP, o aumento nas vendas deve ficar entre 5% e 10%, mas a perspectiva positiva não é consenso entre os sindicatos. O presidente do sindicato, disse que o aumento nos lançamentos nos últimos meses do ano condizem com um "registro otimista". Ibrac/FGV, porém, que o crescimento dependerá das condições macroeconômicas melhoradas e o preço dos insumos recuar. O custo maior de materiais primos afeta mais, segundo ele, quem trabalha no segmento econômico — o teto do antigo Minha Casa de R\$ 240 mil, deixando apertadas as margens para elevar preços. Como o crescimento não é imediato em 2020, a dependência do mesmo segmento, o risco real. "Nós vamos nos preparar para os limites da Casa Verde e Amarela, então podemos ficar em uma situação difícil". Além da empresa com criação de novos projetos iniciais da Casa Verde e Amarela, informou-se registrado no quarto trimestre seu melhor resultado em vendas, início de 29,9% em

2020. Na comparação anual, a alta foi de 15,2%. Nos lançamentos, a variação foi de 3,7%. Em sua opinião, a Direccional Informa não recede no quarto trimestre, com aumento de 20% nos lançamentos este ano. Em 12 meses, menos negócios novos foram ao mercado, mas as vendas líquidas subiram 27%. A MBV teve queda de 14,8% nos lançamentos, mas alta de 30,3% no total vendido. Por outro lado, falou segurança para lançar novos negócios. Regras de distanciamento social, que fecharam estandes, e maior lentidão na aprovação de projetos também seguraram os lançamentos. O plano de vendas tem efeito principalmente sobre o mercado de médio e alto padrão, que atende mais famílias e ao qual a demanda é menos urgente. Ainda assim, quem trabalha com esse segmento está otimista. Na Cyrela, alta de 13% nos lançamentos foi puxada pelo segmento econômico, mas o alto padrão também cresceu. Segundo a própria e relatada, as vendas líquidas subiram 2,4% no ano. Na comparação trimestral, a alta foi de 34%. Quando 2020 começou, a Bore estava preparada para um ano excepcional. Seis meses depois de obra do empreendimento Panque Global ter sido interrompida, o em-

Mercado de imóveis

Expectativa de crescimento em 2021

- PIB no PIB da construção
+10% nas vendas de imóveis
+20% na concessão de crédito

Resultados em 2020

Emprego com carteira assinada na construção civil

Table with 2 columns: Regiões (Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste, Norte, Sudest) and two columns for percentage change (Venda, em % and Variação, em %).

Registro de imóveis*

Table with 2 columns: Regiões (Estado de São Paulo, Capital, Outras capitais, Rio de Janeiro, Curitiba, Salvador, Recife) and two columns for percentage change (Número de registros em milhares and Variação em 2020, em %).

*Dados consolidados de janeiro a agosto. Fonte: Direccional Informa. Última atualização: 12/02/2021. Para mais informações, consulte o site da Direccional Informa em www.direccionalinforma.com.br.

plano seria lançado em abril. Vire a pandemia e planeje os planos. Em outubro, o plano de vendas foi aberto. "O que a gente queria não foi um estande de vendas, mas uma mostra de arte, uma experiência", disse Luciano Amari, diretor-geral da Bore. Quando foi lançado da primeira vez e tivemos que cancelar, nossa estratégia foi a de nos superar. Sabíamos que era um risco muito grande e tínhamos que acertar de primeira. O estande parece ter funcionado. Em dois meses, as duas torres chegaram a 92% dos apartamentos vendidos. Cerca de 70% dos compradores são famílias; os outros eram investidores em busca de diversificação, segundo Amari. Até agora, a receita do Panque Global — o VGV (valor geral de venda) no mercado — está em R\$ 50 milhões. O megaprojeto deu a Bore o melhor resultado de sua história. A boa notícia no mercado levou a empresa a antecipar para fevereiro o lançamento da próxima torre, programado para setembro. Para o incorporador, as condições continuam muito favoráveis para o mercado de imóveis. "Com esses juros e o fato de as pessoas perceberem que precisam de mais espaço, o setor vai crescer", disse. E quanto ao plano de lançamento maior baseado em melhor segundo Antonio Sotgiu, presidente da incorporadora que leva seu sobrenome. O empresário diz acreditar em uma melhora na interiorização do presidente Jair Bolsonaro com o Congresso para aprovação de reformas, vistas por ele como fundamentais para estimular investimentos. Para ele, as condições econômicas são favoráveis para um crescimento no negócio. Na última semana, a Selic pôs no mercado seu maior lançamento em 2021, um milhão de uso misto em Pinheiros, em linha com a diversificação da empresa de investimento — há linhas corporativas, estúdios e apartamentos de até 170 metros quadrados. No cenário de crescimento econômico, empresários apontam os preços de insumos. Há ainda preocupação com a pandemia, mas o efeito da vacinação ainda os animam. Até janeiro, o INCC-M, índice de inflação do setor, subiu 9,39%. A maior pressão vem dos materiais, com alta de 16,86%. Para Sotgiu, o mercado está assistido ou acalentado. "Tem um movimento", disse. "Mas não tem êxtase, entendendo que a lei de mercado é soberana". Como havia esboço, os preços finais ainda não subiram. O diretor de engenharia técnica da Direccional, Rafael Valadães, prevê que a cadeia de abastecimento se equilibre nos próximos meses. Segundo ele, a variação de preços está sendo diluída entre cerca de 10 itens e não chega ao valor do imóvel.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 13/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Ainda sob efeito do contágio do Natal, país pode ter repique da Covid **Impacto:** Neutro

Ainda sob efeito do contágio do Natal, país pode ter repique da Covid

Média móvel de mortes está acima de mil há 23 dias

COMUNICADO DO GLOBO
COMUNICADO DO GLOBO
COMUNICADO DO GLOBO
COMUNICADO DO GLOBO

Próximo de completar 10 milhões de casos de Covid-19, o Brasil ainda vive, em fevereiro, reflexos epidemiológicos das aglomerações nas festas de Natal. Na avaliação de especialistas, o país



está entre o contágio pelo coronavírus e o óbito pela doença, estimado em cerca de um mês e meio, ajuda a explicar parte do quadro da pandemia no país. Os efeitos do contágio. Epidemiologistas sabem que o período, a despeito do cancelamento de festividades em vários pontos do país e acompanhado de um ritmo lento de variação, apresenta um novo repique nos moldes das festas de fim de ano e agrava um cenário que já é crítico. Na última quinta-feira, 1.452 óbitos foram notifi-

cados no Brasil, o pior índice de 2020 e o mesmo maior desde o início da pandemia. Com média anual de mortes acima de mil desde 21 de janeiro, as estatísticas das secretarias estaduais de saúde apontam para um padrão sóbrio acima de 1.200 mortes diárias no país. Segundo especialistas ouvidos pelo GLOBO, se a "festa" do Natal ainda não foi paga, eventos desceados durante a próxima semana terão efeitos prolongados no epidemiológico. Para a socióloga Diga Bahia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o momento impõe cuidado. — Temos hoje um repique relacionado aos eventos de fim de ano e suas aglomerações e poderíamos esperar que acontecesse de novo em função do carnaval. Não digo em relação às festas, mas ao feriado. Hotéis ocupados, pessoas viajando, um deslocamento grande — afirma Bahia, lembrando que o relaxamento provocou repiques em

outras ocasiões.

COMPRAS NATALINAS
Mesmo em dezembro, o mês mais movimentado no Brasil desde o início da pandemia, não foi a data do Natal em si, mas as atividades do período de compras que tirou as pessoas do casa. No dia 25, a mobilidade começou a cair e, no dia 26, mais pessoas ficaram em casa, indicam dados de celulares rastreados automaticamente pelo Google. Para especialistas, a maioria dos estados do país, contágio em dezembro não tem relação direta com altas taxas de mortes por Covid-19, como se que estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e outros registaram agora. O Rio sofreu essa alta substancialmente, por ter tido grande circulação ainda em outubro, e vê agora o aumento de mortes cair um pouco. — Na maioria dos estados e casas, o Brasil se mante-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 13/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Ainda sob efeito do contágio do Natal, país pode ter repique da Covid

te em alta o tempo todo, sem diferença abrupta durante a pandemia, quase como se fosse um fenômeno natural. O vírus está à vontade o tempo inteiro, mesmo naquele momento em que houve uma redução — diz Bahia. Nessa conjuntura haverá ainda mais dificuldades com o sistema de saúde em meio a obstáculos no testagem e vacinação:

— Nosso sistema não comporta e ainda comporta a pandemia, com uma quantidade pequena de leitos. E a gente vem navegando nessa tempestade sem tópicos suficientes. Não temos um plano de vacina. Para o epidemiologista da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Lotufo, embora a movimentação nas cidades deva ser bem menor do que no de ano passado, o carnaval de 2021 poderá se somar a outros fatores que agravam a pandemia, que se estabilizou para manter

alto e preocupante. — Estamos pagando a conta do Natal, do réveillon e das férias. O risco é que, após o contágio, demora 15 a 20 dias para o aumento de) casos graves e quase um mês para (aumentar) a mortalidade. No próximo momento, o carnaval vai entrar, refinar e jogar os reflexos nas estatísticas) para março — diz Lotufo.

Às vésperas do carnaval, oito estados estão com a ocupação dos leitos de UTI para Covid-19 na rede pública igual ou acima de 80%, segundo levantamento realizado pelo GLOBO. Somando os leitos públicos de enfermagem e UTI, ao menos 26,3 mil pessoas estão internadas com Covid-19 no país, e as mortes pela doença continuam em alta no Brasil. Ontem, o país registrou o maior índice médio de mortes pela Covid-19 desde julho, com 1.068 óbitos, segundo boletim do Ministério da Saúde de imprensa.

A situação é preocupante, ainda que alguns municípios, como o Rio, estejam registrando queda no número de casos diagnosticados de Covid-19, um dado muito sujeito a falhas de notificação. Embora o monitoramento de leitos de UTI seja importante para identificar eventuais deficiências na assistência médica intensiva e acompanhar o número de pacientes da Covid-19 hospitalizados, Lotufo alerta que oscilações positivas ou negativas na taxa de ocupação não significam, necessariamente, um reflexo epidemiológico da doença. O índice pode variar mesmo quando há número maior de internações, caso a oferta de leitos seja ampliada ou muitos pacientes moram num período curto e debem leitos logo. Para o vice-presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, Alberto Chachaba, com os grandes desfiles cancelados, as autoridades precisam estar atentas para outros tipos de aglomera-

ção no carnaval.
— O que preocupa mais não são tanto as festas e os blocos. Como é uma festa de grande, mesmo com prefeituras cancelando eventos, as pessoas viajam e fazem aglomerações em cidades menores. Aqui no RJ, em Búzios, Cabo Frio e região serrana as cidades não têm uma estrutura para receber muita gente sem aglomeração — afirma o médico.
HOTÉIS MOVIMENTADOS
Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, a taxa de ocupação hoteleira no Recife é estimada em 80% no carnaval. Rio e Florianópolis têm 70% de ocupação prevista, e Fortaleza, 40% das unidades ocupadas. Apesar da comparação com os índices do ano passado, quando o coronavírus ainda não havia chegado oficialmente ao

Brasil, os números refletem uma mobilidade expressiva de turistas em um momento turístico considerado preocupante, a despeito do cancelamento de festas e blocos. Chachaba diz que as autoridades estão procurando conter a aglomeração de carnaval, mas diz que, se o isolamento social relaxar muito, como em dezembro passado, o país deve passar por mais uma fase de renascimento da pandemia. — Quando você tem aglomeração, semana depois vem o impacto no número de casos e depois no número de mortes — afirma.



Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 13/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Congresso e governo fecham acordo para recriar auxílio **Impacto:** Neutro

Congresso e governo fecham acordo para recriar auxílio

Medida será incluída na PEC do Pacto Federativo, principal proposta de Guedes

Por Redação O Globo, em Brasília

O governo e a maioria do Congresso Nacional fecharam ontem um acordo para prorrogar a extensão do auxílio emergencial. Após uma reunião, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PPAL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmaram que o benefício será viabilizado por meio de uma cláusula de calamidade a ser incluída na proposta de emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo, que prevê



Nova rodada. O deputado Arthur Lira, o ministro Paulo Guedes e o senador Rodrigo Pacheco reforçaram a importância das medidas de ajuste e da cláusula de calamidade de pace a recriação do benefício

facilitar o ajuste fiscal.

A ideia viria sendo defendida pela equipe econômica como forma de ga-

rantir que a nova rodada de repasse não desequilibrasse as contas públicas. Apesar do entendimento, o avanço da medida depende do apoio de deputa-

dos e senadores a uma PEC com medidas angustiosas, que já enfrentou resistência por parte dos parlamentares no passado. O anúncio foi feito após um almoço na residência oficial do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do senador Rodrigo Pacheco, no encontro o ministro-chefe de Secretarias de Governo, Luiz Eduardo Ramos.

— É fundamental que haja cláusula de calamidade pública nessa PEC do Pacto Federativo para que tenhamos condições para poder fazer a flexibilização necessária para o auxílio no Brasil — disse Pacheco, ao lado das outras autoridades.

CORTE DE SALÁRIOS

A PEC do Pacto Federativo já está em pauta pelo governo ao Congresso em novembro desta semana como parte de um pacote

de ajuste das contas públicas elaborado por Guedes. A proposta prevê, entre outros pontos, a possibilidade de corte de jornada e salário de servidores públicos e congelamento de gastos, com exceção do reajuste pela inflação do salário mínimo. O texto prevê ainda a criação de um Conselho Fiscal da República, que reunirá representantes dos Três Poderes para tratar de temas relacionados às finanças do país.

Já a cláusula de calamidade seria uma medida semelhante à adotada no ano passado, quando governo e Congresso editaram normas para empresas regridas fiscais e, assim, permitir gastos extras com o auxílio. Na ocasião, no entanto, a flexibilização não foi atrelada a um ponto de ajuste, como definido no texto de ontem para este ano. Após a declaração de Pacheco, Guedes reforçou a necessidade do ajuste fiscal e disse que haverá avanços. —Avançari-

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 13/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Congresso e governo fecham acordo para recriar auxílio

mos bastante exatamente no que foi dito aqui, o compromisso com a saúde, com a vacinação e o auxílio, e com a responsabilidade fiscal, o novo marco fiscal que representa o Pacto Federativo com essa cláusula de guerra. Vacina em massa, auxílio emergencial o mais rápido possível e reformas. Nós temos o senso de responsabilidade fiscal. O próximo passo do plano estabelecido ontem é uma questão ao restante do Congresso. Pacheco disse que vai submeter o assunto à reunião de líderes da próxima quinta-feira, além de conversar com o relator da PEC do Pacto Federativo, senador Márcio Bittar (MDB-AC). Segundo ele, o auxílio emergencial e a vacinação serão prioridade enquanto a pandemia não acabar. — Externamos ao ministro Guedes e ao ministro Ramos o apoio dele e a expectativa do Congresso em relação a este momento. As prioridades absolutas são vacina e auxílio emer-

gencial, que só deixarão de ser prioridade quando a pandemia acabar.

RAPIDEZ REQUER CONSENSO

Segundo o presidente do Senado, a expectativa é que a nova fase do auxílio seja paga de março a junho. Ele não detalhou, no entanto, qual seria o valor do benefício. Na quinta-feira, Guedes sinalizou, durante evento com investidores, que o repasse poderia ser de R\$ 250. Até dezembro, o auxílio era de R\$ 300. Também é provável que o programa seja voltado para cerca de metade dos trabalhadores beneficiados pela medida em 2020, com foco no que o governo chama de "invisíveis" — população vulnerável, porém fora de políticas sociais como o Bolsa Família. A aprovação de uma PEC, no entanto, deve ser um desafio, mesmo com a sinalização positiva dos presi-

dentés das Casas do Congresso. O texto precisa ter amplo apoio em votações em dois turnos na Câmara e no Senado. Nos últimos dias, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PPR), tem alertado que a aprovação rápida de uma mudança constitucional só seria possível em caso de consenso. Ontem, a oposição ao governo no Congresso já indicou que não deve aderir à proposta. O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), informou que tem uma proposta para que sejam pagas seis parcelas de R\$ 600 mensais este ano. Pelo texto, o saldo do superávit financeiro de fundos públicos em 2020 seria utilizado para bancar a prorrogação do benefício. — Não precisa mexer em nada, o governo tem de onde tirar recursos para garantir o auxílio, inclusive ao nível de R\$ 600 — disse Rocha.



Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 1/3

Título: Turistas regionais reaquecem setor no RN **Impacto:** Positivo

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/turistas-regionais-reaquecem-setor-no-rn/502834>

Turistas regionais reaquecem setor no RN

Publicado em: 2021-02-14 08:58:02

A reabertura de atividades econômicas reaqueceu o chamado turismo regional no Rio Grande do Norte. Pesquisa do Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN), feita entre os dias 5 e 20 de janeiro, mostra que 96,8% dos turistas que chegaram ao Rio Grande do Norte moram no Brasil. Cerca de 3,2% residem fora do País. Do turistas regionais, 71,6% vieram de outros Estados brasileiros e 25,2% de municípios potiguares. Dentro do grupo de viajantes nacionais, o maior número veio de São Paulo (16,2%); Paraíba (7%); Pernambuco (7%); Rio de Janeiro (6,8%); Ceará (6,6%); Minas Gerais (6,1%).

Crédito: Adriano Abreu



Majoria dos turistas que visitaram Natal no primeiro mês de 2021 mora no Brasil e chegou ao Rio Grande do Norte de veículo

saiba mais

- Cancelamento do carnaval 2021 avança economia

A pesquisa mostra, ainda, que o gasto médio diário caiu 21,14% em relação ao mesmo período do ano passado. Em janeiro deste ano, o gasto médio diário no passeio, por indivíduo, foi de R\$ 216,41. Em 2020, o valor computado foi de R\$ 274,45. Sendo que os visitantes que vieram de outros Estados e outros países são os que deixam maior receita no destino, de R\$ 240,36 a R\$ 258,14, em média, por indivíduo/dia, respectivamente. Os potiguares que estão fazendo turismo pelo Estado gastaram, em média, R\$ 143,57 por indivíduo/dia. Este ano, do total de entrevistados, 93% declararam o quanto gastaram na viagem.

O local de hospedagem é outro fator relevante no gasto do visitante. Segundo a pesquisa, aqueles que se hospedam em hotéis e flats são os que registram os maiores gastos diários por pessoa (de R\$ 297,05 a R\$ 249,49, respectivamente). Os menores gastos diários per capita foram registrados entre os visitantes que fizeram uso de albergue/acampamento (R\$ 123,00 por indivíduo/dia) ou hospedaram-se em casa de parentes e amigos (R\$ 141,81). A pesquisa ouviu 1.350 visitantes em diversas cidades turísticas do Estado.

O turismo foi um dos setores mais afetados pela pandemia da covid-19. Hotéis, bares, restaurantes e demais estabelecimentos reabriram suas portas de forma gradativa e seguindo protocolos rígidos de segurança biosegurança, após cerca de seis meses praticamente sem funcionar.

Segundo o estudo, 54,0% dos turistas que visitaram o RN, durante o período da pesquisa, eram homens; 62% tinham entre 25 a 44 anos; 69,4% possuíam ensino superior ou graduação; 77,8% viajavam com familiares; 96,8% residiam no Brasil.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 2/3
Título: Turistas regionais reaquecem setor no RN **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/turistas-regionais-reaquecem-setor-no-rn/502834>

Os resultados demonstram que a maioria dos turistas (81,2%) já visitou ou já conhecera o destino. Entre os turistas nacionais e internacionais, verificou-se que 51,8% e 51,2% deles, respectivamente, estavam visitando o Estado pela primeira vez; em uma viagem planejada com pouca antecedência - 67,8% decidiram viajar pelo Rio Grande do Norte há menos de dois meses.

Permanência

Com relação à permanência, 51,2% do público pesquisado informou que estavam realizando uma viagem mais curta, com duração de, no máximo, três dias, a lazer/fúria. Para virar ao RN, os turistas foram motivados pela qualidade do destino (43,3%) e pela variedade dos atrativos (41,1%); influenciados por comentários de parentes e amigos (43,8%). A maioria dos turistas se hospedaram em pousadas (27,7%) ou hotéis (25,7%).

Para chegar ao destino, 50,2% dos turistas utilizaram o carro como meio de transporte, seguido pelo transporte aéreo (38,4%). Outro dado investigado na pesquisa foi sobre a mobilidade interna dos turistas, sobre o modo como o visitante se locomoveu dentro do Estado. No geral, a maior taxa (45,3%) dos visitantes utilizou carro próprio para o deslocamento.

No que se refere aos locais que os turistas mais frequentaram durante o passeio, observou-se que as praias saíram como os atrativos mais visitados (34,8%); seguidas dos bares/restaurantes (28,5%); centros de artesanato (40,8%); shoppings/comércio (27%); atrativos históricos e culturais (13,7%); casas noturnas (11,4%); cidades do interior (8,7%); entre outros.

O perfil mostra ainda que 66,4% dos visitantes revelaram possuir renda mensal individual acima de três salários mínimos, sendo que a renda média foi de R\$ 4.644,85. Em 2020, a renda média tinha alcançado o valor de R\$ 5.848,25. Quando analisada a renda média dos visitantes de acordo com a origem, os turistas residentes no RN possuem rendimento médio individual de R\$ 3.887,16 enquanto que os turistas de outros Estados do país dispõem de renda média de R\$ 4.957,80. Já os turistas estrangeiros apresentaram rendimento médio de R\$ 5.870,83.

Perfil do turista

Conheça o perfil do turista que visitou o RN em 2021.

- 54,9% homens
- 62% entre 25 e 44 anos
- 69,4% com graduação
- 17,8% viajaram com familiares
- 61,2% já conheciam o destino
- 50,2% vieram de carro
- 98,8% residem no Brasil
- 25,2% eram do próprio RN

71,8% eram de outros Estados. Os principais estados são: Ceará (8,8%); Paraíba (7%); Pernambuco (7%); Rio de Janeiro (6,8%) e São Paulo (16,2%).

Atrativos mais visitados

- 54,8% praia
- 28,5% bares/restaurantes
- 40,8% centros de artesanato

Renda média mensal

• R\$ 4.644,85

Gasto médio diário individual

• R\$ 295,41

Biodiversidade

89,9% sentiram-se seguros com os protocolos de segurança

Aprovação

83,5% foi o percentual de aprovação do RN pelos visitantes

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN - **Imagem:** 3/3
Título: Turistas regionais reaquecem setor no RN **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/turistas-regionais-reaquecem-setor-no-rn/502834>

Turistas regionais reaquecem setor

«TURISMO» Levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte aponta que 96% dos turistas que visitaram Natal neste início de ano moram no Brasil. Aprovação é de 93%

A polêmica das atividades econômicas na região é chamado turismo regional no Rio Grande do Norte. Pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN), feita entre os dias 5 e 20 de janeiro, mostra que 96,8% dos turistas que visitaram o Rio Grande do Norte moram no Brasil. Cerca de 32% residem fora do País. Dos turistas regionais, 71,6% vieram de outros Estados brasileiros e 25,2% de municípios potiguaras. Dentro do grupo de viajantes nacionais, o maior número veio de São Paulo (14,2%), Paraíba (7%), Pernambuco (7%), Rio de Janeiro (6,8%), Ceará (6,6%) e Minas Gerais (6,3%).

A pesquisa mostra ainda que o gasto médio diário caiu 23,14% em relação ao mesmo período do ano passado. Em janeiro deste ano, o gasto médio diário supostivo, por indivíduo, foi de R\$ 276,44. Em 2020, o valor computado foi de R\$ 274,45. Sendo que os visitantes que vieram de outros Estados e outros países são os que deixaram maior crédito dentro do RN: R\$ 240,38 e R\$ 228,14, em média, por indivíduo/dia, respectivamente. Os potiguaras que estavam fazendo turismo pelo Estado gastaram, em média, R\$ 143,57 por indivíduo/dia. Fato esse, de acordo com a pesquisa, 95% declararam que gostariam de viajar.

O local de hospedagem é outro fator relevante no gasto do visitante. Segundo a pesquisa, aqueles que se hospedam em hotéis e flats são os que registram as maiores despesas diárias por pessoa (de R\$ 297,05 e R\$ 249,49, respectivamente). Os maiores gastos diários por capita foram registrados entre os visitantes que fizeram uso do albergue (aluguel) em R\$ 123,09 por indivíduo/dia) ou hospedaram-se em casa de parentes ou amigos (R\$ 141,83). A



Majoria dos turistas que visitaram Natal no primeiro mês de 2021 mora no Brasil e chegou ao Rio Grande do Norte de veículo. São Paulo é o principal emissor no País

pesquisa ouviu 1.350 visitantes em diversas localidades turísticas do Estado.

O turismo foi um dos setores mais afetados pela pandemia de covid-19. Hotéis, bares, restaurantes e demais estabelecimentos registram essas perdas de forma gradativa e seguiu de proporcionar serviços de segurança aos turistas, após o encerramento das atividades.

Segundo o estudo, 54,3% dos turistas que visitaram o RN, durante o período da pesquisa, eram homens; 42% tinham entre 25 e 44 anos; 69,4% possuíam ensino superior ou gradua (dos quais 77,8% viajaram com facilidade; 96,8% moram no Brasil).

Os resultados demonstram que a maioria dos turistas

(81,3%) já visitou ou já conheceu o destino. Entre os turistas nacionais e internacionais, verificou-se que 51,8% e 31,3% deles, respectivamente, estavam visitando o Estado pela primeira vez, em uma viagem planejada com pouca antecedência - 67,8% decidiram viajar pelo Rio Grande do Norte há menos de dois meses.

Permanência

Com relação à permanência, 31,2% do público pesquisado informou que estava realizando uma viagem mais curta, com duração de, no máximo, três dias, e lazer/turismo. Porém, em RN, os turistas foram notados pela qualidade do destino (43,3%) e pela variedade das atrações (41,1%); influenciados

por comentários de parentes e amigos (43,8%). A maioria dos turistas se hospedaram em pousadas (27,7%) ou hotéis (25,7%).

Para chegar ao destino, 50,2% dos turistas utilizaram o carro como meio de transporte, seguido pelo transporte aéreo (39,4%). Outro dado investigado na pesquisa foi sobre a mobilidade interna dos turistas, sobre o modo como o visitante se locomove dentro do Estado. Na geral, a maior parte (45,3%) dos visitantes utilizou como opção para o deslocamento.

No que se refere aos locais que os turistas mais frequentaram durante a estadia, observou-se que as praias seguem como os atrativos mais visitados (94,8%); seguidos das lanchonetarias (78,3%); centros de

testa (40,6%); shopping centers (27%); igrejas, bibliotecas e clubes (13,7%); centros culturais (11,4%); e centros de lazer (8,7%), entre outros.

O perfil mostra ainda que 50,4% dos visitantes revelaram possuir renda mensal individual acima de três salários mínimos, sendo que a renda média foi de R\$ 4.644,85. Em 2020, a renda média foi calculada no valor de R\$ 5.046,23. Quando analisada a renda média dos viajantes de acordo com a origem, os turistas residentes no RN possuem rendimento médio individual de R\$ 3.607,05 enquanto que os turistas de outros Estados do país dispõem de renda média de R\$ 4.957,98. Já os turistas estrangeiros apresentaram um rendimento médio de R\$ 5.870,93.

Perfil do turista

Conheça o perfil do turista que visitou o RN em 2021.

- 96,8% moram no Brasil
- 32% residem fora do País
- 71,6% vêm de outros Estados
- 25,2% de municípios potiguaras
- 36,8% residem no Brasil
- 25,2% moram no Rio Grande do Norte

71,6%

moram no Brasil. Os principais emissores são São Paulo (14,2%), Paraíba (7%), Pernambuco (7%), Rio de Janeiro (6,8%) e Ceará (6,6%).

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Cancelamento do carnaval 2021 afeta economia **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cancelamento-do-carnaval-2021-afeta-economia/502835>

Cancelamento do carnaval 2021 afeta economia

Por Redação do Tribuna do Norte

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) afirma que os setores de transportes, hospedagem e alimentação serão os mais afetados com o cancelamento do carnaval no Brasil em 2021, por causa do paralisamento das atividades. No ano anterior, a data movimentou aproximadamente R\$ 6 bilhões e gerou receita de 25 mil empregos. Excepcionalmente neste ano, a CNC não fez projeções concretas sobre o carnaval, substituído por uma lista de setores, devido às medidas e regras que são aplicadas ao festival.

©-Globe. Arquivo Globo



Carnaval no Rio de Janeiro. 2014. O carnaval teve de 70 a 80 milhões de pessoas de Rio Grande do Norte

Sobre mais

→ Turistas esperam ressarcimento sobre os R\$ 6

As companhias aéreas e a transportadora afirmam sentir o impacto da não realização da festa e da suspensão do festival em alguns estados do País. "Não há comemoração nos templos de fé, no Rio de Janeiro e em São Paulo, muitas pessoas aproveitam a maior folga do calendário para fazer suas férias, e isso naturalmente o festival também se intensifica. São pessoas que vão para o Rio de Janeiro, momentos da CNC, momentos que a festa também tem um lado econômico com cerca de R\$ 6,5 bilhões, de sua potencial de geração de receita.

De acordo com fontes, o carnaval é responsável, tradicionalmente, por 30% da festa e fechamento do turismo em fevereiro. "Em 2021, o prejuízo acaba sendo ainda maior porque o setor já vem perdendo receita desde o início do ano passado". A CNC calcula que o segmento, em sua mais recente projeção, gerou R\$ 261,3 bilhões, ou seja, a economia de 2020 - é equivalente à mais de quatro meses de fechamento. "É um índice crítico, e a recuperação vai depender, ficando, provavelmente, para 2021, 2022". "As áreas que foram afetadas no comércio, especialmente, turismo, mas, se não de viagens, não", afirma a economia da Confederação.

Fontes dizem ainda que o valor do turismo gerado cerca de R\$ 100 bilhões de receita de trabalho em 2020, em decorrência do novo cenário. "Essas pessoas não vão voltar com o carnaval, que é um momento muito importante para geração de receita para o Brasil", afirma. "Não sabemos que a situação precise todo o emprego, e cancelamento dessa data tem um forte impacto negativo. Isso considerando somente os empregos formais, pois, há empregos para os informais, a maior parte gerada informal".

Ações e vacina

A CNC, e sua Associação Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Catur) vêm se esforçando para que sejam adotadas medidas que contribuam para preservar as empresas e os empregos no setor. O presidente da Confederação, José Roberto Torres, tem defendido a adoção e implementação de medidas imediatas que permitam às empresas e aos trabalhadores enfrentar esse período crítico. Para Torres, é preciso agir no curto prazo e avaliar a situação atual para e tomar decisões acerca o processo de reestruturação da produção para o ano 19. "É isso que vai salvar a economia das coisas que já vêm acontecendo nos últimos anos", afirma.

Apreciação do destino é de 81,7%

No geral, essas empresas afirmam a proposta e não perder o tempo em um mesmo momento por 90,7% dos visitantes. Os atributos naturais do Estado tiveram 96,1% de avaliação ótima ou boa. A hospitalidade do povo teve um segundo lugar entre os itens mais bem avaliados, com 89,2% de aprovação. Nos itens menos apreciados (80,7%), passagens aéreas (81,6%), infraestrutura de destino (80,6%) e equipamentos de lazer (80,6%) também obtiveram uma boa nota. Em geral, os gostos de destino (80,2%), serviços de hospedagem por aplicativo (80,2%) e destinos rurais (80%) com avaliações de ótimo ou bom. Frente ao contexto gerado pelo cenário de saúde, a pesquisa revelou que 88,9% dos entrevistados disseram se sentir seguros com as medidas de segurança adotadas no Rio Grande do Norte. Mostra que mais de 80% responderam por 73% das respostas como excelente para o destino do destino; item também a melhor avaliação do destino (81,7%), e o fator fluxo de turistas (71,3%).

A pesquisa mostra que em torno de um terço (33,3%) dos turistas se preocupam com a situação de saúde no Rio Grande do Norte, especialmente para o caso de COVID-19. Ao mesmo tempo que a maior parte (76,6%) dos turistas do Brasil reconhecem as medidas adotadas como positivas para a COVID-19.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Ocupação hoteleira no Rio Grande do Norte cai 45% em 2020 **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ocupaa-a-o-hoteleira-no-rio-grande-do-norte-cai-45-em-2020/502833>

Ocupação hoteleira no Rio Grande do Norte cai 45% em 2020

Ricardo Araújo
Liber

A pandemia da nova coronavírus afetou em cheio a hospedagem do Turismo no Rio Grande do Norte. Um dos setores que mais atingiu no Estado. Além de sofrer desfecho do serviço do covid-19 nos meses relacionados à hospedagem no mês de 2020, a taxa de 45,24% em relação ao ano anterior. Conforme dados da Associação Brasileira do Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (ABRTOUR), o volume de ocupação foi menor a respeito do ano passado em 45,24%. No mesmo período, o Turismo em Natal e Ceará perdeu 96,21% bilhões econômicos juntamente da Conferência Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNCBT).

Chover Amê



Hotel no Rio Grande do Norte, durante o ano passado

NOTÍCIAS

- Turismo registra recuperação em 2021
- Capacidade de Natal em 2021

... em 2021, o Rio Grande do Norte ainda sofre com o alto custo das hospedagens. Além disso, há uma queda na ocupação de 10% / 10%, quanto se chegou a cerca de 65%, que se o que se espera seja de 80% na recuperação de hospedagem do longo do ano passado.

Uma redução de 45,24% em relação ao ano de 2019, o período de Natal, o primeiro a apresentar um crescimento de 10% em relação ao período anterior.

"A pandemia trouxe uma desastrosa para o turismo regional. Mesmo com o retorno para crescer em um ano de 2021, o setor ainda sofre com o alto custo das hospedagens. Além disso, há uma queda na ocupação de 10% / 10%, quanto se chegou a cerca de 65%, que se o que se espera seja de 80% na recuperação de hospedagem do longo do ano passado.

Para isso, o turismo regional precisa ser fortalecido com investimentos em Natal e Rio Grande do Norte, com o objetivo de atrair turistas para o turismo regional. A recuperação econômica e de qualificação turística, através de programas de incentivo ao turismo em 2021, deve ser o foco da estratégia de marketing para a recuperação do setor.

"O Carnaval 2021 foi um dos eventos grandes realizados em Natal e Rio Grande do Norte em 2021, o que trouxe um crescimento de 10% em relação ao período anterior. A recuperação econômica e de qualificação turística, através de programas de incentivo ao turismo em 2021, deve ser o foco da estratégia de marketing para a recuperação do setor.

De acordo com o relatório do setor, o turismo regional em Natal e Rio Grande do Norte sofreu uma queda de 45,24% em relação ao período anterior. A recuperação econômica e de qualificação turística, através de programas de incentivo ao turismo em 2021, deve ser o foco da estratégia de marketing para a recuperação do setor.

A recuperação do setor turístico em Natal e Rio Grande do Norte depende de investimentos em Natal e Rio Grande do Norte, com o objetivo de atrair turistas para o turismo regional. A recuperação econômica e de qualificação turística, através de programas de incentivo ao turismo em 2021, deve ser o foco da estratégia de marketing para a recuperação do setor.

Ocupação hoteleira

Ver estado de percentual de ocupação de hotéis e pousadas em relação a 2019/2020

- 2019 45%
- 2020 55,24%
- 2021 60,24%
- 2022 65,24%
- 2023 70,24%
- 2024 75,24%
- 2025 80,24%
- 2026 85,24%
- 2027 90,24%
- 2028 95,24%
- 2029 100,24%

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN
Título: Movimento na rodoviária cai 40% **Impacto:** Neutro
Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/movimento-na-rodovia-ria-cai-40/502872>

Movimento na rodoviária cai 40%

Publicação: 2021-02-14 09:46:00

A movimentação com o embarque e desembarque de passageiros durante o período do Carnaval no Terminal Rodoviário da Cidade da Esperança, na região Oeste da Natal, deve cair em torno de 40%. É o que estima o gerente do Terminal, Reinaldo Rocha, que está há seis meses no cargo. "A redução é significativa em comparação ao Carnaval do ano passado", disse ele. De acordo com Reinaldo Rocha, desde a sexta-feira (12) e até a quarta-feira da Cinza (17), que é quando as pessoas retornam a Natal e a outras cidades onde residem, no interior do Rio Grande do Norte e em outros estados, a estimativa é de que 18.500 pessoas embarquem e outras 18.500 desembarquem no Terminal Rodoviário da Cidade da Esperança, que até ano completo 40 anos de sua inauguração, ocorreu em 1981, no governo Lacerda Maia.

Crédito: Adriano Azeite



Estimativa era que 18,5 mil pessoas embarcariam e outras 18,5 mil desembarcariam, de sexta-feira até a quarta-feira da Cinza.

Para Rocha, o impacto no movimento de passageiros no Terminal Rodoviário "está totalmente fora do padrão" neste Carnaval, decorrência, na avaliação dele, da decisão do governo estadual de não decretar ponto facultativo e de prefeituras de Natal de não realizar carnaval este ano. Em virtude disso, Rocha explicou que não estão sendo colocados ônibus extras - "não tem demanda para isso e os que estão disponíveis são suficientes". Segundo ele, os principais destinos para fora do Rio Grande do Norte são para capitais da região Nordeste, principalmente Recife (PE), João Pessoa (PB) e Fortaleza (CE).

Rocha informou, ainda, que outros destinos mais procurados são do próprio RN, a praia de Pipa, no município de Tibau do Sul, e a praia de São Miguel do Costoso, no litoral do litoral do Natal, bem como as duas maiores cidades do interior potiguar - Mossoró, na região Oeste e Caicó, na região do Sertão. O gerente do Terminal Rodoviário também explicou que em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), providências e cuidados para segurança dos usuários estão sendo tomadas como prevenção contra a contaminação pela doença, casos de obrigatoriedade do uso de máscara, disponibilização de álcool gel 70% para higienização das mãos, orientação sobre a necessidade de distanciamento entre as pessoas. "Obedecemos todos os protocolos exigidos", afirmou Rocha.

Comparativo

No Carnaval do ano passado, que caiu na última semana de fevereiro, a previsão do movimento de passageiros no Terminal Rodoviário da Cidade da Esperança, a previsão era de que 75 mil passageiros embarcariam e desembarcariam em Natal. Na época, o então gerente do Terminal, Rodrigo Wanderley, informava que diante da procura, tinham sido colocados à disposição dos usuários 56 ônibus extras.

A pandemia de Covid-19 ainda não tinha se alastrado pelo país, embora o primeiro caso no Brasil tenha ocorrido na dia 25 de fevereiro de 2020, em São Paulo, de um homem que havia chegado da Europa, com histórico de viagem a Lombardia, na Itália. Em 13 de março do ano passado, a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) confirmou a ocorrência do primeiro caso de Covid-19 no Rio Grande do Norte, também de uma mulher que passou pela Europa.

Veículo: Tribuna do Norte - **Tipo de Mídia:** Site - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** Natal / RN

Título: Relicitação do Aeroporto de Natal deve avançar este mês, com audiência pública, mas nova empresa só deve assumir em fevereiro de 2022 **Impacto:** Neutro

Link: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/relicitaa-a-o-do-aeroporto-de-natal-dev-e-avana-ar-este-ma-s-com-audia-ncia-paoblica-mas-nova-empresa-sa-deve-assumir-em-fevereiro-de-2022/502880>

Relicitação do Aeroporto de Natal deve avançar este mês, com audiência pública, mas nova empresa só deve assumir em fevereiro de 2022

Por Redação Tribuna do Norte

Cláudio Oliveira
Repórter

Depois de mais um ano após o fechamento financeiro decorrente à perda o pedido de devolução do contrato do Aeroporto Internacional Aluízio Alves, em São Gonçalo do Amarante, no Grande Natal, a nova operadora que irá administrar o terminal só deverá assumir definitivamente em fevereiro de 2022. A nova licitação deve ocorrer até o final deste ano, mas ainda será necessário um período de transição entre as empresas. Enquanto isso, a atual operadora garante que todos os serviços serão mantidos com a mesma qualidade, mesmo com a situação financeira agravada em razão da pandemia da Covid-19.

Crédito: Afonso Júnior



Desde julho de 2019 o movimento está em queda gradativamente de forma consistente, depois de despencar a 4% no mês de abril.

saiba mais

- "O aeroporto está deficitário desde há pandemia e antes", diz Rogério Coimbra

O diretor de assuntos corporativos da Infraer, Rogério Coimbra, disse que a expectativa é de que até final deste mês de fevereiro seja realizada audiência pública sobre os estudos de viabilidade da nova concessão, do edital e contrato. Depois disso, o processo seguirá normalmente para a aprovação da Tribuna de Contas do Estado (TCE), com posterior publicação do edital que entrará em vigor no dia 1º de maio. "Até lá, seguimos responsáveis pelo aeroporto, mantendo todos comprometidos com a qualidade e segurança. A gente não consegue ter dois preços, depende do tempo que o TCE levará para aprovar, mas a estratégia é de que o leilão aconteça antes outubro e o contrato a gente siga com a transição até fevereiro", declarou o diretor.

Em nota à falta de dados no mês passado para reagir ao novo quadro, o ministro da Infraestrutura, Rogério Frota, garantiu que os estudos de viabilidade foram para a concessão do aeroporto estão em fase final e a consulta pública para o processo de nova licitação será aberta neste mês. Já o contrato, segundo disse, acontecerá até dezembro.

A Infraer venceu o leilão em 2011 com o proposta de R\$ 170 milhões, ego de 228,02% sobre o valor mínimo estipulado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e superior a do principal concorrente, Consórcio Aeroporto do Brasil, que venceu a disputa com oferta de R\$ 180 milhões (lucro de 27,9%) pelo direito de manter a obra. O mínimo estipulado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) era R\$ 51,7 milhões.

Como a Infraer não cobria quase 100% do terminal com 42 mil metros quadrados de área operacional e seu parque de embarque. De acordo de viabilidade do aeroporto a área do leilão previa um investimento de 4,3 milhões de passageiros em 2019, mas na realidade a demanda verificada foi de 2,3 milhões. Com o padrão, o número caiu para 1,05 milhão, o menor desde que começou a operar em 2014.

Por ter sido o primeiro concorrente de estar no pato, alguns sites não correspondem ao esperado. Rogério Coimbra destacou que vai deixar de ser a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país que não se concretizou. "Essa é a principal variável para avaliar o movimento de passageiros. O crescimento econômico não aconteceu na medida em que se esperava no Brasil", frisou.

O Aeroporto assumiu em 2019 prejuízos na ordem de R\$ 395,4 milhões. O valor consta no Relatório de Administração 2019 do Natal publicado pela administração do terminal aeroviário em junho passado. O balanço orçamentário 2020 está concluído somente no primeiro mês de abril, segundo o operador.

Além do PIB, outros fatores influenciaram no déficit financeiro do terminal, segundo o diretor da Infraer, Rogério Coimbra, e que embasaram na decisão de devolver o equipamento à Infra. Por questões regulatórias, as tarifas de embarque ficaram defasadas e hoje são 45% inferiores às dos aeroportos de segunda e de terceira categorias do Brasil, que foram iniciadas em 2017 e até 2021. Outro ponto é a falta de controle, única operada por uma concessionária no país, que faz falta de manutenção representam um quarto do valor das que são praticadas pelas torres de trânsito ou do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA), vinculado à Aeronáutica.

"Essa foi uma decisão intencional. Desde antes, a decisão tomada foi aderir a lei de devolução obrigável. A gente achou que era muito melhor seguir esse caminho do que eventualmente não conseguir operar o aeroporto com qualidade, não manter o padrão, entre. A concessionária finalizou um compromisso de até o final do processo manter 100% dos níveis de segurança e qualidade dos serviços", declarou Coimbra.

Mudanças no contrato

Independente da pandemia da covid-19, a Infraer informou que o Aeroporto Aluízio Alves sempre foi deficitário e apontou algumas razões para isso. Neste sentido, como garantir que haverá empresas interessadas em operá-lo após a devolução? A resposta está nas mudanças no novo contrato.

No âmbito da Lei 13.440 de 2017, que trata de devolução obrigável de concessões e de sua posterior relicitação, a empresa que devolve não pode participar do novo leilão, mas o diretor de assuntos corporativos da Infraer, Rogério Coimbra, explicou que a decisão em devolver não se deve à má qualidade do terminal. "É um dilema ético. O contrato de concessão é que tem problemas. Essa mesma empresa, com o modelo de contrato renovado, sem a lei, com tarifas corretas e novo preço é um ótimo negócio. Tenho convicção de que haverá boa concorrência e outro operador conseguirá manter a qualidade", disse.

O contrato de Infraer na Aeroporto de Brasília já é mais recente, segundo Rogério e, por isso, as condições de operacionalização são melhores, tanto que o concorrente não tem a intenção de devolvê-lo.

O preço das passagens teve o comportamento esperado pela Infraer e a localização do terminal só dificultou o movimento no início, quando os acessos ainda não estavam concluídos, segundo o diretor. Ele garante que esses dois pontos não foram responsáveis pelo déficit financeiro ou pelo movimento que sempre esteve abaixo do esperado.

Apesar de não fazer projeções sobre crescimento, Coimbra destacou que desde julho de 2020 o movimento está crescendo gradativamente de forma consistente, depois de despencar a 4% no mês de abril. "Em fevereiro e março deve ter uma queda comparada a dezembro e janeiro quando sempre tivemos dados a esse momento. Acompanhando o calendário de vacinação da covid-19 por entendermos que é o principal item para tomar o país e a operacionalidade mais segura e que pode garantir o retorno de atividades como o turismo", afirmou Rogério Coimbra.

Paralisação

A pandemia reduziu ainda mais a receita do aeroporto, mas esse efeito acaba anulado por se tratar de risco do setor público. Isso porque a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) calcula um equilíbrio para avaliar esse efeito aos aeroportos concedidos. "Mas, como independente disso, o terminal já era deficitário, segue deficitário", frisou o diretor da Infraer.

O equilíbrio aprovado pela ANAC no final do decorrido período para o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante corresponde a um prejuízo de R\$ 20.488.736,34 a ser recomposto por meio de deduções das contribuições sociais, devidas em 2020, e pela redução temporária da Tarifa de Uso das Condições e dos Assentos-Rédo e Visuais em Área Terminal de Tráfego Aéreo (TAT).

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 14/02/21 - Cidade/UF: DF

Título: Em nível recorde, dependência comercial do Brasil em relação à China deve aumentar Impacto: Neutro

B1 | ECONOMIA | 14 DE FEVEREIRO DE 2021

O ESTADO DE S. PAULO

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

SOLUÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

- VEÍCULOS - FROTAS
- MÁQUINAS OPERATRIIZES
- DESMOBILIZAÇÕES INDUSTRIAIS
- IMÓVEIS
- ARMAZEM PARA GUARDA DE BENS

35Anos
EXPERIÊNCIA
FAP & EFICIÊNCIA

MILAN LEILÕES

TEL: (11) 3045-3333 | www.milaneleicoes.com.br | E-mail: info@milaneleicoes.com.br

Comércio. Participação chinesa nas exportações brasileiras subiu quatro pontos percentuais em 2020 e já responde por quase um terço das vendas totais – apesar das críticas do governo Bolsonaro ao país asiático; com retomada forte, demanda chinesa ainda deve crescer

Em nível recorde, dependência comercial do Brasil em relação à China deve aumentar

Douglas Góes
Francisco Carlos de Azevê

Apesar das críticas abertas à China terca-se tornada quase um eixo da política externa brasileira durante os dois primeiros anos de governo do presidente Jair Bolsonaro, a dependência comercial do Brasil em relação ao país asiático bateu recorde no ano passado – e deve ficar ainda maior nos próximos anos.

A participação chinesa em tudo que o Brasil vende ao exterior vem crescendo, ano após ano, desde 2015. Mas essa tendência virou acentuada em ritmo mais lento entre 2018 e 2019, por exemplo, com falta nas exportações para o país asiático de mais de 1 ponto percentual. Com a pandemia do novo coronavírus, porém, a participação chinesa explodiu, atingindo a pontos percentuais de pouco mais de um quarto para um terço das exportações, batendo em 31,9% em 2020.

Em um ano, as vendas aos chineses subiram de US\$ 61,4 bilhões para US\$ 69,8 bilhões (além de 7%, em termos nominais), segundo dados do artigo Ministerial de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Midec), hoje ligado ao Ministério da Economia. E isso se deu enquanto o total das exportações brasileiras caiu de US\$ 225,4 bilhões, em 2019, para US\$ 203,9 bilhões em 2020, por causa da crise internacional.

Recuperação desigual. Dois fenômenos ajudam a explicar o aumento de dependência em relação à China no ano passado, diz o estrategista do Banco Citiminvest e ex-secretário nacional de Comércio Exterior, Welber Barral. “O Brasil exportou mais commodities para a China, já que a pandemia levou a demanda pelo produto, e também subiu a quantidade de outros produtos básicos demandados por além do segundo semestre.”

A expectativa do Banco Mundial é que o principal parceiro comercial do Brasil tenha crescido 28% no ano passado, enquanto a média mundial deve ser de uma queda de 4,6%.

Como efeito da retomada do país, os chineses voltaram a comprar do mundo, chegando a estoque alimentos, e a vendas de commodities brasileiras como grãos, soja, milho e algodão e a agroquímicos, mesmo em um ano de recessão mundial. “A China teve um desempenho muito bom no quarto tri-



Nova safra. Apêto dos asiáticos pelas commodities das quais o Brasil depende para ter vantagem nas exportações, como a soja, deve seguir crescendo

NEGÓCIO DA CHINA

Participação do país asiático no comércio do Brasil com o exterior é recorde



Mais vendidos em 2020*



Mais comprados em 2020*



*VALORES EM MILHÕES DE DÓLARES
Fonte: Ministério da Economia, Banco Mundial

me do ano de 2020. E um dos poucos países que devem ter crescido no ano, enquanto nos EUA, o número de mortes é assombroso e a pandemia segue descontrolada”, avalia o coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (IUPERJ), Armando Costeira. Ele lembra que o apêto chinês não pelas commodities de que o Brasil depende para ter vantagem nas suas exportações – co-

mo a soja e o minério de ferro – deve crescer também este ano, dada a recuperação do Brasil no Mundial. Estimam uma alta de 7,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e alguns analistas já projetam crescimento de 9%. Enquanto isso, a economia americana, o segundo principal destino das exportações brasileiras, pode crescer 10%, caso o presidente Joe Biden continue a ficar em prática seu pacote de estímulo de US\$ 1,9 trilhão. “A maior parte do crescimento da demanda pelos produtos brasileiros, portanto, se dará pela China, a nossa dependência vai aumentar”, reforça Costeira.

Relação comercial. Forte desatendimento pelo presidente Bolsonaro, o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e de aliados com os chineses se deve pelo alinhamento do governo brasileiro com o então presidente norte-americano Donald Trump, que reconheceu o regime comunista em agosto de 2020 no seu primeiro mandato no ano passado. Em algumas dessas demonstrações, Bolsonaro chamou de “vândalos” manifestantes pelo Instituto Liberdade, em parceria com o laboratório chinês Sinovac, e descreditou diversas vezes o tratamento contra o coronavírus. As declarações dos bolsonaristas chegaram a gerar maior entrada da diplomacia chinesa ao longo do ano. Enquanto os chineses ganham terreno nas vendas brasileiras ao exterior, no entanto, as exportações para os Estados

• Soja e algodão
“A China é uma das poucas economias que crescem, enquanto nos EUA, a covid segue descontrolada.”
Armando Costeira
COORDENADOR DE ECONOMIA

“A China é pragmática. Sabe que, assim como Trump passou, Bolsonaro também vai passar.”
Welber Barral
EX-SERVIADOR DE COMÉRCIO

Unidos caíram 27,6%, de US\$ 22,7 bilhões em 2019 para US\$ 16,5 bilhões em 2020, afetados pelo tranco no comércio internacional durante a pandemia. “Apesar dos fríos com o Brasil, a China é pragmática e se planeja para o longo prazo. Eles sabem que, da mesma forma que Trump passou, Bolsonaro também vai passar”, diz Barral. No fim de janeiro, tendo que as regras americanas o envio de matéria-prima para vacinas, o presidente fez um giro em seu discurso e pediu o governo chinês em suas redes sociais, agradecendo a contribuição para a vacina das injeções. “A revisão da postura do Brasil tem sido notável. E verdade que forçada pela necessidade de importar os insumos para a fabricação das vacinas contra a covid-19, mas é bom que o governo revise sua postura e possa estabelecer o País no primeiro lugar”, completa Barral. “Do fato, a economia chinesa voltou ao patamar anterior à

pandemia e é hoje a mais dinâmica. É a que entrega crescimento e, por isso, é natural que demandemos”, diz a economista Fabiana D’atti, coordenadora de economia do Bradesco e que também é diretora executiva do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

A China, acrescenta Fabiana, abriu sua economia antes, conseguiu atender a sua própria demanda e depois a procura mundial por bens líquidos à pandemia – minérios, frutas etc. – e depois tola a parte de equipamentos usados para as atividades de home office, eletrônicos, equipamentos eletrônicos, celular, cabos e fones. De análises avalia que a China se beneficiou ao comprar em duas pontas: primeiro, porque empurrou e confirmou equipamentos e pandemia. Em seguida, por ter gerado os estímulos para responder a crise e criar ganhar mercado. O Brasil, por sua vez, entrou na terceira global de demanda bens líquidos à pandemia, seja diretos na saúde ou tecnologia. “Não é à toa que o valor do frete da China também explodiu. Mas isso é bom, o que a gente pode perceber não é o Brasil dilatando a sua exportação, mas a China dilatar o ritmo não só do Brasil, mas do mundo inteiro”, avalia Fabiana.

Ex-diplomata defende política externa pragmática
Pág. 73

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 14/02/21 - Cidade/UF: DF
Título: WhatsApp se dobra ao BC para entrar em pagamentos Impacto: Neutro

coluna do broadcast

WhatsApp se dobra ao BC para entrar em pagamentos

Pronto de completar seis meses desde que seu serviço de pagamentos foi aprovado pelo Banco Central (BC), o WhatsApp decidiu pagar o preço do registro de seu sistema financeiro no Brasil para ter a categoria liberada. A gigante de tecnologia tem conversado com o BC para ser classifi-



WhatsApp. Em outubro, ainda uma ilusão a avaliação do aplicativo, o BC criou uma nova modalidade para instituir de pagamentos, o "iniciador de pagamentos", que basicamente...

Tem temas. Com a nova modalidade, ganha força a hipótese de que o WhatsApp poderia se expandir...

liberação. O WhatsApp decidiu apresentar a brecha e foi o pedido em dezembro. A expectativa é que o BC dê a resposta neste semestre.

União financeira. As grandes operadoras de telefonia podem chegar a um acordo sobre o projeto de criar uma carteira digital...

Pré-licença. Segundo a TIM, a regulamentação está "evoluindo, mas ainda não totalmente madura". A operadora...



Em jogo. Categorias digitais são plataformas essenciais nos aplicativos. Percebem pagamentos, transferências...

Pré-licença. Com o lançamento de conteúdos digitais corporativos, as empresas...

30 bilhões em valor de mercado

Condições. Apesar de ter atingido um valor mais baixo em negociações e negociações, a parcerias também...

Transição. Com a perspectiva de benefícios para o consumidor, nos próximos meses, a expectativa é que se comparem também...

No papel. Pelo menos na Índia, o grupo das 10 empresas se recusou a negociar a crise pandêmica. O valor de mercado...



Ti momento. A reabertura do fundo Verde, que surpreendeu o mercado pela alta demanda que recebeu...

Uma taxa a mais. Também ajudou a atração de novos clientes para o fundo próprio e multilaterado...

Pré-licença. Com o lançamento de conteúdos digitais corporativos, as empresas...



O carro elétrico, mais um desafio para a indústria

General Motors diz estudar. Um dos maiores desafios que a indústria enfrenta é a produção de baterias...



Carro elétrico: e a bateria?

Importante desafio de sua indústria elétrica é a produção de baterias para veículos elétricos...

Pré-licença. Com o lançamento de conteúdos digitais corporativos, as empresas...

Uma taxa a mais. Também ajudou a atração de novos clientes para o fundo próprio...

Pré-licença. Com o lançamento de conteúdos digitais corporativos, as empresas...

Uma taxa a mais. Também ajudou a atração de novos clientes para o fundo próprio...

Pré-licença. Com o lançamento de conteúdos digitais corporativos, as empresas...

Alto Escalão

Ex-Nextel vai para a Tempo Assist

Roberto Elias, ex-CEO da Nextel, vai para a Tempo Assist, no lugar de Gilson Marone, que passou para o conselho de administração.



Editorial Econômico

O crescimento do mercado imobiliário

Uma série de boas notícias e de recuperações. Assim é o cenário do PIB, o indicador da indústria...

Uma série de boas notícias e de recuperações. Assim é o cenário do PIB, o indicador da indústria...

Nextel Energy. O marketing foi adquirido, sob a liderança de Patricia Macedo...

Uma série de boas notícias e de recuperações. Assim é o cenário do PIB, o indicador da indústria...

Pré-licença. Com o lançamento de conteúdos digitais corporativos, as empresas...

Uma série de boas notícias e de recuperações. Assim é o cenário do PIB, o indicador da indústria...

Pré-licença. Com o lançamento de conteúdos digitais corporativos, as empresas...

Uma série de boas notícias e de recuperações. Assim é o cenário do PIB, o indicador da indústria...

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo e indústria buscam saída para Troller **Impacto:** Neutro

Governos e indústria buscam saída para Troller

Adquirida pela Ford, que deixará de produzir carros no País, fábrica fecha portas este ano

Cláudia Silva

Considerada um dos ícones da indústria automobilística do País, e criada por brasileiros em pleno Nordeste, região que não estava no mapa de grandes montadoras até início dos anos 2000, a Troller passou por dois donos nacionais e foi parar nas mãos da norte-americana Ford, que em janeiro anunciou seu fechamento para o fim do ano.

Há um esforço para salvar a marca brasileira que produz, no Ceará, o Troller T4, jipe que tem frota total em circulação de cerca de 20 mil unidades, a maioria nas mãos de fãs do modelo, os "trolleiros". Governo do Ceará, Federação das Indústrias, Ministério da Fazenda e Prefeitura de Horizonte, onde está a fábrica, buscam interessados em adquirir a empresa.

Há três grupos que declaram interesse e três que, por en-

quanto, fizeram sondagens, informa o secretário de Desenvolvimento Econômico do Ceará, Maia Junior. "Nosso papel é apenas intermediar as discussões, pois as negociações ocorrem diretamente entre a Ford e os interessados", explica ele.

Segundo Maia, o Estado pretende estender a um eventual comprador o benefício fiscal oferecido a todas as indústrias que se instalarem no Ceará, que é o prazo de 36 meses para recolhimento de 75% do valor do ICMS. O pagamento normalmente tem de ser feito em até um mês.

O secretário afirma que as três empresas que já indicou para a Ford são do setor automotivo e têm interesse só na Troller, e não nas outras duas fábricas que a Ford fecha: em janeiro em Taubaté (SP) e Camaçari (BA), onde produz os modelos Ra e EcoSport, e as unidades de motores em Taubaté (SP).

"A prioridade do Ceará é a ga-



Febre. Frota de 20 mil unidades do carro criado no Brasil está nas mãos de fãs, os 'trolleiros'

● **'Prioridade'**
"A prioridade do Ceará é a garantia da produção desse carro (...) e dos empregos." **Maia Junior**
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ

ranha da produção desse carro, que é genuinamente cearense desde o seu desenvolvimento, e a garantida em prazos de hoje (cerca de 50%). "Não queremos ninguém para construir galpões e só damos o benefício com essas garantias; fura isso não tem conversa", afirma Maia.

Artisanal. A fábrica começou a operar em 1992 após esforços

do cearense Rogério Farias. Formado em administração de empresas, nunca seguira essa profissão. Preferia criar veículos - lanternas, cunetas agrícolas, carro arábico, jipes e jipes estão em seu currículo. Antes ele foi dono - junto com o irmão Bill -, da Flyber, que produzia mais de 7 mil buggy em 10 anos.

O jipe Troller foi desenvolvido como um foco de entrada para enfrentar duras, moerros e estradas nas praias e florestas do Ceará. No início a produção era manual, com peças de diversas marcas adquiridas no mercado. O primeiro motor era do Volkswagen Santana e depois da MWM. Era fabricada de duas a três unidades por mês por uma equipe de dez pessoas.

O veículo logo ganhando adeptos, especialmente entre pilotos de rally, e os pedidos aumentaram. Farias não tinha como investir na ampliação, então associou-se, em 1997, ao empresário Mário Arraije, que ficou com 75% da empresa e depois com a totalidade. A fábrica ganhou linha de montagem para produção em série, que passou a 100 unidades ao mês.

O jipe cearense feito em fibra de vidro ganhou fama mundial em 2005, quando ficou em quarto lugar no Paris Dakar. Nos dois anos seguintes ganhou o Campeonato Mundial de Rally e chegou a ter pelo menos cem unidades exportadas para Arábia Saudita, Egito e Sudão.

Em 2002, Farias saiu do Trol-

ler e passou a produzir outros jipes que fornecia para a montadora. Hoje, aos 70 anos, tem uma empresa de elevadores residenciais desenvolvidos por ele. "Se eu tivesse finheito comprava ela de novo", diz. "Mas eu fiz algo diferente, como um veículo elétrico, que é o futuro".

Arraije comandou a Troller até 2007, quando a vendeu para a Ford. Hoje é dono de vários empreendimentos, entre os quais a Casa dos Verzes, um dos maiores grupos do setor de energia solar. Procurado, não quis falar com a reportagem.

Incentivos. A Ford adquiriu a Troller para poder transferir a fábrica de Camaçari (BA), inaugurada em 2001, beneficiada do regime automotivo especial do Norte e Nordeste, que dá isenção do IPI. Como na época o programa valia para quem já estava instalado nas regiões, foi a estratégia da montadora americana de escapar do recolhimento de alguns impostos. O mesmo fez a Fiat, que comprou uma fábrica de motores para beneficiar a unidade da Jeep aberta em 2015 em Goiânia (PE).

Hoje, o secretário Maia Junior sente que a estratégia dificulta a compra da Troller, pois o benefício está atrelado à fábrica do Ceará. "Já pedimos ao governo federal o desmembramento, do contrário quem quiser a Troller teria de comprar também a fábrica baiana para ter acesso ao incentivo."

Em 11 anos, a Ford modernizou as instalações da Troller, investiu R\$ 25 milhões em 2014 e no ano passado lançou a nova geração do T4, feita na plataforma da Ranger. O jipe também recebeu melhoramentos como câmbio automático e custa a partir de R\$ 170 mil. Tinha 1,3 mil unidades vendidas em 2020.

Em dois meses, Brasil coloca 4 fábricas de veículos à venda

O Brasil tem hoje quatro fábricas de veículos à venda, cujo fechamento foram anunciados em dezembro e janeiro. Uma é da Mercedes-Benz, que produzirá carros de luxo em Itaquaquecetuba (SP), e três da Ford na Bahia, Ceará e São Paulo.

Uma planta da Mercedes é a mais nova delas. Inaugurada em 2020, é compacta e bem equipada e, no lado, tem uma moderna pista de testes. O grupo informa que segue em busca de inter-

esse e que é primordial garantir um futuro para a fábrica. A venda é uma alternativa.

O complexo da Ford em Camaçari abriga, junto à fábrica de carros, vários fornecedores de peças que eram conectados à linha de montagem. A intenção do grupo é vender as instalações para uma empresa que mantenha a produção de veículos. Esse também era objetivo para a planta do ABC paulista, fechada em 2009. Mas, sem conseguir

um comprador do setor automotivo, a área foi vendida para uma construtora e um grupo de investidores. Está sendo preparada para ser um dos maiores centros logísticos do País.

O governo da Bahia já falou com embaixadores da Coreia do Sul, da Índia e do Japão para pedir ajuda na busca de interessados nesses países.

Para a área da fábrica de motores, em Taubaté, o desejo também é que fique com empresa

automobilística, mas as chances são ainda menores do que no Bahia. A prefeitura local indica que, com o governo federal, mantém conversas com um interessado. O governo do Estado estaria falando com dois grupos, mas nomes e setores de atuação não foram revelados.

Orgulho. O prefeito de Horizonte (CE), Manoel Gomes de Farias Neto, conhecido como Nezinho, também torce por um comprador que dê continuidade à produção da Troller que, segundo ele, "é um orgulho para a cidade, gera bons empregos, renda e arrecadação". A fábrica responde por 4% da arrecadação do município de 72 mil

habitantes.

Nesse caso, a Ford pretende vender todo o negócio, ou seja, o comprador terá direito a tudo o jipe T4. Nezinho está em seu quarto mandato e conta que, em sua primeira gestão, doou um pequeno terreno para início da operação da Troller. Horizonte tem 18 indústrias, a maior delas a VULCAB, que gera cerca de 11 mil empregos, diz.

● **Decisão**
2,5 milhões
é total de veículos a ser produzidos no País em 2021, ante capacidade de até 4,7 milhões

"Trabalhamos para que a Troller permaneça ativa, pois é uma marca cearense, horizontal, é um pedacinho do nosso território", diz Nezinho, de 61 anos.

Analistas do setor veem poucas chances de as fábricas serem adquiridas por grupos automotivos em razão da alta necessidade em que a indústria automobilística no Brasil e no mundo. O País tem capacidade para produzir de 4,5 milhões a 4,7 milhões de veículos, já descontados números da Ford. O maior volume registrado até agora foi de 3,7 milhões em 2019; neste ano, a projeção é de 2,5 milhões. A indústria mundial produziu 94 milhões de veículos em 2019 e, no ano passado, 96 milhões, e a

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: 'Será muito difícil a economia não piorar' **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

DOMINGO, 14 DE FEVEREIRO DE 2021 | Economia | B5

ENTREVISTA

Laura Karpavika, pesquisadora na FGV/CEESP

'Será muito difícil a economia não piorar'

Falta de foco do governo, tanto na luta contra a covid quanto na agenda econômica, dificultam uma recuperação

Pesquisadora na Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, a economista Laura Karpavika acha improvável não haver uma deterioração ainda maior na economia neste ano. A falta de foco do governo para lidar com a pandemia e avançar em uma agenda econômica travam a atividade no País, segundo Laura, que é doutora pela Universidade de Stony Brook. "Para pensarmos em retomada, tem de haver confiança no ambiente político, mas, nesse ambiente, faltam prioridades e um plano de ação. Isso tem impacto na economia", diz ela. A seguir, trechos da entrevista.

● **As previsões para o PIB têm recaído com a lentidão da vacinação. Qual cenário você enxerga para a economia neste ano? A pandemia deixou claro que, quando a gente sofre um choque dessa magnitude, o papel do governo é fundamental. O mercado vem revisando para baixo suas expectativas de PIB e acho que isso é coerente com**

o fato de que vemos um governo com dificuldade de regular prioridades, não só orçamentárias, mas de forma ampla, de estabelecer um plano de ação. A gente passou, no começo da pandemia, por uma dificuldade de criar um plano de testes e de rastreamento. Isso agora culminou no fato de que não temos um plano de vacinação claro. O governo não fez um debate aberto e não houve uma busca organizada pela vacina. Tem também a questão do discurso do governo. A gente viu a importância do discurso de líderes em tempos de crise para coordenar as expectativas dos agentes, para se ter um equilíbrio. Um equilíbrio de respeito à ciência, de uso de máscaras, de pressão coletiva por vacina. Para pensarmos em uma retomada sustentável, tem de haver confiança no ambiente político, mas, no ambiente, faltam prioridades e um plano de ação. Isso tem impacto na economia.

● **Dado esse cenário, o que podemos esperar para a economia até o fim do ano? No curto prazo, acho muito difícil não piorar. É difícil pensar que o fim do auxílio emergencial não vai dificultar primeiro a vida dos brasileiros e, depois, a atividade econômica. Penso**

do de uma forma mais ampla, o Brasil saiu de uma depressão com crescimentos pífios. Ainda não retomamos o nível de atividade que tínhamos antes da última recessão. Com a volta do auxílio emergencial, essa questão do curto prazo pode ser resolvida. Mas ser resolvida sem uma agenda de governo só dificulta ainda mais o nosso crescimento de longo prazo, nos deixando ainda numa situação desfavorável.

● **Está na mesa a possibilidade de se retomar o auxílio e deixá-lo de fora do teto de gastos. Como avalia isso?**

Acho positiva a retomada de um auxílio. A gente viu que o auxílio de R\$ 600 foi crucial. A redução foi importante para diminuir o aumento dos gastos. Hoje a gente precisaria de um auxílio mais focalizado. Não concordo com a ideia de o tirar do teto de gastos, porque acaba vindo remendo em cima de remendo. Uma distorção leva a outra distorção e, quando você vê, não sabe nem qual é a que está se atingindo. O teto de gastos foi muito importante para a convergência das expectativas dos agentes no momento de crise fiscal no Brasil, mas ele é um bom exemplo de que, se você tem uma regra, mas não regulamentamos



Prazo. 'Temos um ano para discutir reformas', diz Laura

Desafios

"Os partidos do Centro costumam ter um certo pragmatismo, são mais maleáveis e poucos firmados com ideologias. Se tivermos uma confirmação dessas características (por esses presidentes da Câmara e do Senado) caberá ao Executivo encaixar a agenda que deseja."

"Resolver a questão do auxílio emergencial sem uma agenda de governo só dificulta ainda mais nosso crescimento de longo prazo."

mecanismos e os gatilhos de forma adequada, a regra pode ser difícil de ser mantida no longo prazo. Citar mais um apêndice negativo para essa regra é não usá-la para o que deveria, que é para a saúde das contas públicas.

Como resolver isso?

O teto foi muito importante para manter as expectativas dos agentes alinhadas com o compromisso do governo de longo prazo, mas também precisamos alguma regra que incentive os governantes a mostrar as escolhas que fazem no Orçamento. O Orçamento público encoraja as escolhas

sociais que a gente faz. O teto mostrou que, se você não quiser ter despesas crescentes e se já tem um grande número de despesas obrigatórias, ou você arrecada mais fazendo uma reforma tributária ou corta outras coisas. O teto foi coerente por isso, mas ele não foi feito de uma forma que os gatilhos que garantem a saúde das contas públicas funcionem. Vejo como inevitável uma discussão do teto no sentido de que, sem gatilhos de corte de despesas obrigatórias, ele é uma bomba relógio, principalmente em um ambiente recessivo.

● **A chegada de Centro à presidência da Câmara dos Deputados interfere no projeto do ministro da Economia?**

Esses partidos (do Centro) costumam ter um certo pragmatismo, são mais maleáveis e pouco firmados com ideologias. Se tivermos uma confirmação dessa característica, caberá ao Executivo encaixar a agenda que deseja e saber barganhar. Mas voltamos ao problema da falta de foco do governo, principalmente na agenda econômica. No entanto, ainda não está claro se esse Centro que compõe a mesa do Congresso é pragmático. Ano que vem o foco do governo ficará nas eleições. Temos um ano para discutir as reformas administrativas e tributárias e a PEC emergencial, sem falar no auxílio emergencial e na pandemia, que importam, ao menos idealmente, outras prioridades ao governo. Portanto, eu diria que, até o momento, essa coalização entre o Executivo e os partidos de centro não trouxe nenhum quanto a uma agenda econômica sustentável. A falta de foco nessa agenda específica e a convergência de interesses em assuntos não econômicos, por ora, parecem prevalecer. / LUCIANA BYENNEKZ

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Engajar funcionários é estratégia para reter talentos **Impacto:** Neutro

Carreiras & Empregos

PARA ANUNCIAR
(11) 3855.2001

Engajar funcionário é estratégia para reter talentos

Clube do livro, almoço estendido e conselho de colaboradores ajudam na rotina para manter time motivado

Miriam Coelho
ESPECIAL PARA O DIÁRIO

Os encontros online do clube do livro criado pelo time de RH na pandemia intensificaram a sensação de pertencimento da gerente global de sustentabilidade, Georgiana Magacho, mesmo com o distanciamento físico de seus colegas de trabalho. Funcionária há quase três anos da Alparagata, ela desfruta em sua rotina desse e de outras práticas de engajamento desenvolvidas pelo grupo.

A empresa não é a única a investir em estratégias para motivar e unir os funcionários se tornou uma prática essencial para um negócio bem sucedido. Atentar ao bem-estar dos colaboradores e aos retornos positivos das iniciativas, grandes organizações apostam em programas de desenvolvimento profissional e pessoal, indo além de um simples feedback.

"Estamos tentando criar o melhor lugar para todos trabalharem. Queremos os times de alta performance mais desejados do mercado e, se a gente tiver o melhor lugar, eles não vão querer sair", afirma a vice-presidente de pessoas da Alparagata, José Roberto Daniello.

Uma das máximas seguidas pela cultura da companhia é "ser inspirado pelas pessoas". No dia a dia, essa ideia não se



“ME VEJO NUM PAPEL TANTO DE RECEBER CONTEÚDO QUANTO DE AJUDAR A COMPANHIA A CONSTRUIR”

Georgiana Magacho
GERENTE GLOBAL DE RECURSOS HUMANOS DA ALPARAGATA

limita aos consumidores, sendo expandida para o modo como a organização lida com o pessoal interno. Para tanto, a empresa investiu no que chama de "RH do Futuro", um setor protagonista dentro da estrutura que investe cada vez mais na jornada dos colaboradores.

A criação recente de uma universidade corporativa, na qual os funcionários são motivados a participar ativamente, sintetiza a estratégia promovida pela marca. "Me vejo num papel tanto de receber conteúdo quanto de ajudar a companhia a construir", conta Georgiana. A gerente acredita que a iniciativa ajuda no seu desenvolvimento profissional e pessoal, principalmente no autoconhecimento.

Na Kimberly-Clark, o prota-

gonismo interno também é a bola da vez. A multinacional acredita que um colaborador motivado e engajado tem uma visão mais integrada e unificada dos objetivos do negócio. Por isso, aposta em rituais de gestão e comunicação, com processos claros de metas e compartilhamento de resultados.

A ideia é deixar em evidência a contribuição individual e sua importância para a companhia como um todo. "Temos um time mais produtivo, que, com uma cultura bem enraizada, se sente mais confiante para tomar decisões e tomar decisões", diz a diretora de RH da empresa, Alessandra Moreira.

Algo a dizer. Ouvir o que os funcionários têm a dizer pode

fixar toda a diferença. Esse é um dos pilares da estratégia aplicada pelo Magazine Luiza, colocado em prática com a criação do conselho de colaboradores e o estímulo aos canais de comunicação. A cultura da empresa estabelece que sugestões e recomendações são bem vistas, além de promover a participação do pessoal na definição de questões.

"O calendário de feriados, por exemplo, não é definido sem escutar esses conselheiros. Precisamos saber se o time está com um volume de trabalho muito grande, se estão cansados ou estressados", conta o diretor de Gestão de Pessoas, Luiz Felipe Massola.

Para a varejista, o engajamento é fundamental porque expan-

de a atuação do colaborador, criando um sentimento de integração traduzido numa preocupação pela empresa como um todo. "Ele não só vai fazer aquilo que é necessário no dia a dia, como também vai buscar soluções até para outras áreas."

Parte do time Magalu há quase três décadas, o gerente de Auditoria Alexandre Buck é testemunha dessa política e acredita que ela ajuda a desenvolver o funcionário. "Comecei no interior de São Paulo, fiz carreira na loja depois no escritório", conta. "A empresa tem uma cultura de clima muito forte, a área de gestão de pessoas fomenta muito o desenvolvimento."

Atenção especial ao que o time tem a dizer também é um dos mandamentos seguidos pe-

la Vivo. A companhia realiza com constância "pulsos de motivações", pesquisas anônimas que ajudam a identificar os principais pontos a serem trabalhados internamente.

A valorização de identidades e personalidades diversas também está no DNA do negócio. "Quebramos paradigmas do dress code com a campanha interna 'Ven de você', estimulando cada indivíduo a ser ele mesmo tanto nas atitudes quanto na maneira de se vestir", explica a vice-presidente de pessoas, Nive Ribeiro.

O perfil de trabalho da multinacional Philip Morris exige uma preocupação extra com a autonomia do pessoal. De costura, muitas vezes direto, com o varejista e o consumidor requer profissionais calibrados com o propósito da empresa e prontos para tomar decisões acertadas.

"O engajamento é fundamental para que o trabalho descentralizado funcione, cada um tem que estar como se fosse o dono de uma pequena célula da empresa", afirma o diretor de Pessoas e Cultura da multinacional, Gabriel Frank.

Entre as ações adotadas pela Natura & Co. América Latina na pandemia, os horários de almoço mais longos, das 12h às 14h, e as lives com dicas de autogestão fizeram diferença na rotina da coordenadora de Engenharia de Inovação, Juliana Rin. "Sou mãe, meu companheiro é super presente, mas, mesmo assim, essas práticas me ajudaram bastante a manter o foco e sanidade mental."

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Relações entre contágio de Covid-19 e trabalho deverá parar na Justiça **Impacto:** Neutro

Relação entre contágio de Covid-19 e trabalho deverá parar na Justiça

Gov. e Ministério Público do Trabalho divergem sobre critérios para que a doença por coronavírus seja considerada ocupacional



Trabalhadores em ônibus na capital paulista durante a pandemia. *Associação: G. P. de Oliveira*

Thiago Bassoli

assista. Sem um critério claro para definir quando a contaminação por Covid-19 tem consideração de trabalho, empregado e empregador devem acatar o termo de uma decisão sobre o termo judicial, na avaliação dos peritos.

De acordo com o artigo 202 da Constituição Federal, o órgão ligada às questões trabalhistas é a Justiça do Trabalho, na avaliação dos peritos.

Uma nota técnica do Ministério da Economia afirma que a doença não é considerada ocupacional, a menos que haja uma relação direta de trabalho.

Em dezembro de 2020, o Ministério da Saúde lançou uma nota técnica de política de benefícios previdenciários, a respeito da doença.

O MPT (Ministério Público do Trabalho), por sua vez, defende a forma contrária, a orientação é que os procedimentos previstos em lei de doença ocupacional, a partir do momento em que a relação entre o trabalho e a contaminação.

Diante disso, o Ministério do Trabalho defende a Justiça do Trabalho, por sua vez, defende a forma contrária, a orientação é que os procedimentos previstos em lei de doença ocupacional, a partir do momento em que a relação entre o trabalho e a contaminação.

"Não vai acabar seguindo para o Judiciário, mas a contaminação do trabalhador por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio", afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

"Não vai acabar seguindo para o Judiciário, mas a contaminação do trabalhador por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio", afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

Em março deste ano, o Ministério do Trabalho defende a forma contrária, a orientação é que os procedimentos previstos em lei de doença ocupacional, a partir do momento em que a relação entre o trabalho e a contaminação.

MPT defende que a doença ocupacional é aquela que ocorre no trabalho, mas não é considerada ocupacional, a menos que haja uma relação direta de trabalho.

Segundo o artigo 202 da Constituição Federal, o órgão ligada às questões trabalhistas é a Justiça do Trabalho, na avaliação dos peritos.

Uma nota técnica do Ministério da Economia afirma que a doença não é considerada ocupacional, a menos que haja uma relação direta de trabalho.

Em dezembro de 2020, o Ministério da Saúde lançou uma nota técnica de política de benefícios previdenciários, a respeito da doença.

O MPT (Ministério Público do Trabalho), por sua vez, defende a forma contrária, a orientação é que os procedimentos previstos em lei de doença ocupacional, a partir do momento em que a relação entre o trabalho e a contaminação.

Diante disso, o Ministério do Trabalho defende a Justiça do Trabalho, por sua vez, defende a forma contrária, a orientação é que os procedimentos previstos em lei de doença ocupacional, a partir do momento em que a relação entre o trabalho e a contaminação.

"Não vai acabar seguindo para o Judiciário, mas a contaminação do trabalhador por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio", afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

"Não vai acabar seguindo para o Judiciário, mas a contaminação do trabalhador por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio", afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

Em março deste ano, o Ministério do Trabalho defende a forma contrária, a orientação é que os procedimentos previstos em lei de doença ocupacional, a partir do momento em que a relação entre o trabalho e a contaminação.

Em março deste ano, o Ministério do Trabalho defende a forma contrária, a orientação é que os procedimentos previstos em lei de doença ocupacional, a partir do momento em que a relação entre o trabalho e a contaminação.

“A contaminação por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio”, afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

“A contaminação por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio”, afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

“A contaminação por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio”, afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

“A contaminação por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio”, afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

“A contaminação por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio”, afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

“A contaminação por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio”, afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

“A contaminação por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio”, afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

“A contaminação por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio”, afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

“A contaminação por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio”, afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

“A contaminação por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio”, afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

perigo. Ou seja, ele tem de provar que não adquiriu a doença no trabalho, o que não é tarefa fácil, devido ao contágio da doença por coronavírus, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio”, afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

De acordo com o especialista, ainda não há previsão de julgamento, por uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, de um caso que aponta a Covid-19 como doença ocupacional.

Segundo o artigo 202 da Constituição Federal, o órgão ligada às questões trabalhistas é a Justiça do Trabalho, na avaliação dos peritos.

Uma nota técnica do Ministério da Economia afirma que a doença não é considerada ocupacional, a menos que haja uma relação direta de trabalho.

Em dezembro de 2020, o Ministério da Saúde lançou uma nota técnica de política de benefícios previdenciários, a respeito da doença.

O MPT (Ministério Público do Trabalho), por sua vez, defende a forma contrária, a orientação é que os procedimentos previstos em lei de doença ocupacional, a partir do momento em que a relação entre o trabalho e a contaminação.

Diante disso, o Ministério do Trabalho defende a Justiça do Trabalho, por sua vez, defende a forma contrária, a orientação é que os procedimentos previstos em lei de doença ocupacional, a partir do momento em que a relação entre o trabalho e a contaminação.

"Não vai acabar seguindo para o Judiciário, mas a contaminação do trabalhador por Covid-19 é uma questão médica e tecnológica hoje de peritos, é muito difícil não permitir determinar em que momento ocorreu o contágio", afirma Thiago Bassoli, professor de direito de trabalho e previdenciário do FGV Direito SP.

Em março deste ano, o Ministério do Trabalho defende a forma contrária, a orientação é que os procedimentos previstos em lei de doença ocupacional, a partir do momento em que a relação entre o trabalho e a contaminação.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 14/02/21 - Cidade/UF: SP
Título: Pressão na pandemia torna urgente falar de saúde mental no trabalho Impacto: Neutro

mercado



Tatiane Martins, estagiária na GSA, que diz que voltou a 'passar no chão' com frequência depois da empresa após frustração na pandemia.

Pressão na pandemia torna urgente falar de saúde mental no trabalho

Empresas com programas de atenção ao funcionário notam aumento do desempenho e queda em custos

Fernanda Ruggieri

Até hoje, a Previdência Social sofre com a falta de recursos para pagar benefícios de trabalho. Com um apoio limitado, especialmente por causa do impacto da pandemia na rotina laboral, essa crise se tornou ainda mais crítica e ganhou contornos preocupantes no fim da lista de prioridades das empresas. É a opinião da chefe executiva de recursos humanos da GSA, Tatiane Martins.

"Até que agora não dá para todos entenderem que a coisa não é para ficar [sic] assim, que a questão é a qualidade. E agora as empresas estão pensando: que tipo de benefícios elas podem oferecer para melhorar a produtividade? Isso é uma preocupação que não dá para ignorar", disse Martins.

Segundo dados divulgados recentemente, o Brasil tem uma taxa de desemprego de 13,1%, o maior índice em mais de 10 anos. Com a pandemia, a situação piorou, com o desemprego chegando a 14,7% em novembro. Entre os que foram afetados, muitos não conseguiram voltar ao trabalho.

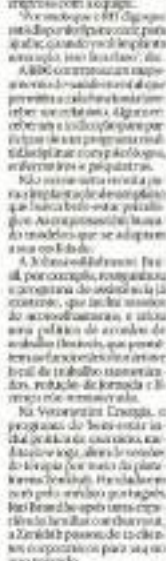
Com a pandemia, a empresa registrou uma redução de 20% e a maioria de pelo menos uma hora por semana. Quem ajudou a melhorar os resultados foi o investimento em programas de saúde mental.

Na GSA, o programa de saúde mental é oferecido por meio de uma parceria com a empresa de saúde mental da GSA, a GSA Saúde Mental. O programa oferece suporte psicológico e emocional para os funcionários.

Na GSA, o programa de saúde mental é oferecido por meio de uma parceria com a empresa de saúde mental da GSA, a GSA Saúde Mental. O programa oferece suporte psicológico e emocional para os funcionários.

É importante falar com os gestores para que eles tenham uma visão mais ampla da situação. É preciso falar com eles para que eles possam entender a importância da saúde mental no trabalho.

Impacto da pandemia de Covid-19 na rotina dos trabalhadores



Impacto da pandemia de Covid-19 na rotina dos trabalhadores



Quando se trata de saúde mental, a maioria das empresas ainda não tem um programa estruturado. No entanto, aquelas que possuem programas de saúde mental relatam uma melhoria no desempenho dos funcionários e uma redução nos custos operacionais.

US\$ 16 trilhões: O Brasil investiu para a economia mundial entre 2020 e 2021. Isso é um recorde para a América Latina.

Segundo a pesquisa, 60% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua saúde mental. Além disso, 40% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua produtividade.

De acordo com a pesquisa, 60% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua saúde mental. Além disso, 40% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua produtividade.

Segundo a pesquisa, 60% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua saúde mental. Além disso, 40% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua produtividade.

Segundo a pesquisa, 60% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua saúde mental. Além disso, 40% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua produtividade.

Segundo a pesquisa, 60% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua saúde mental. Além disso, 40% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua produtividade.

Segundo a pesquisa, 60% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua saúde mental. Além disso, 40% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua produtividade.

Segundo a pesquisa, 60% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua saúde mental. Além disso, 40% dos trabalhadores afirmam que a pandemia afetou sua produtividade.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 14/02/21 - Cidade/UF: SP
Título: Consultores aguardam mais estrangeiros nas privatizações Impacto: Neutro

Consultores aguardam mais estrangeiros nas privatizações

Gás, saneamento e transporte estão entre setores incluídos na rodada de vendas, concessões e PPPs de 2021

Sheyla Santos

SÃO PAULO - Pelo menos 11 editais de privatização dos setores de energia elétrica, abastecimento, portos, tecnologia, ativos imobiliários e da área de gás natural serão lançados até o fim de 2021, de acordo com a lista de projetos de desestatização organizada pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A relação inclui empresas em todo o território nacional. Estão listadas a Impresa Gestão de Ativos, a Datarea (empresa de tecnologia de informações da Previdência e Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados).

No caso de projetos de concessões, há cinco operações já anunciadas — Parque Nacional do Iguaçu (PNIG), ativos de saneamento em Porto Alegre (RS) e rodovias no Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

As chamadas PPPs (parcerias público-privadas) previstas para este ano contam com projetos de iluminação pública na cidade de Curitiba (PR) e de saneamento no estado de Ceará.

Existe grande expectativa também em relação às privatizações de empresas pelo governo federal (sem partido), com destaque para Eletrobras Corretos.

Segundo os especialistas, a nova rodada de desestatização tende a desviar a participação estrangeira em ativos nacionais. A percepção é que a queda nos investimentos estrangeiros diretos em 2020 teria sido uma reação pontual à pandemia, e o movimento de saída de algumas empresas do Brasil ocorreu em setores localizados, que não tinham boas condições de mercado, como o automotivo.

"Há excesso de liquidez no mercado internacional, aumento do capital investido. Há frentes de atuação em programas de privatização do governo federal, concessões estaduais e municipais. Com a aprovação do marco legal do gás, é possível que a privatização do setor acelere na 'terra estadaçal', de Luiz Claudio Campos, responsável pe-

la área de governo e setor público no Brasil e América do Sul na consultoria EY.

O apetite estrangeiro pelo Brasil tem crescido especialmente entre os fundos de investimentos, segundo Maurizio Eloni, sócio da área de governo da consultoria KPMG. Fundos soberanos e de pensão, como o GIC, de Singapura, e os canadenses CDIPQ e CPPIB, que antes buscavam ativos nos EUA, Europa e Japão, começaram a investir em países em desenvolvimento.

O líder da área de governo e serviços públicos da consultoria Deloitte, Elias de Souza, conta que boa parte das operações anunciadas no Brasil já estão no radar de investimentos estrangeiros, especialmente as de saneamento. O tamanho do apetite, porém, vai depender da forma como esses ativos serão ofertados.

"Questões como liberação do financiamento, modelo de venda e estimativa de retorno da variação cambial influenciam o interesse do investidor", diz.

Os estrangeiros têm atuação relevante nas privatizações brasileiras desde os anos 1990. De novo, companhias privatizadas nesse período, em anos cinco têm 15% ou mais das ações nas mãos de investidores estrangeiros.

A Vale, que atua como mineradora global, tem 75% das ações decididos por acionistas no exterior. Na Eletrobras, terceira maior fabricante de máquinas comerciais do mundo, com escritórios, unidades industriais e centros de distribuição de peças e serviços nas Américas, África, Ásia e Europa, 35,9% das ações estão com estrangeiros.

No caso das concessões, a antiga Eletrobrás, que opera a capital paulista, já foi o grupo americano AES e depois foi assumida pela italiana ACIPRI, outra empresa de energia que atua no território do estado de São Paulo, com 84% de capital nas mãos dos chineses da State Grid (veja infográfico ao lado).

Apesar disso, há uma participação de estrangeiros em empresas brasileiras ainda é um tema que inspira debates — no mercado, na academia e

Principais acionistas por empresas

Filial (por departamento), em %

Investimentos brasileiro Investimentos/controlado estrangeiro



*Empresa subsidiária do Brasil por meio de participação societária. **Por meio de participação societária. ***Empresa controlada por meio de participação societária. Fonte: dados de empresas listadas em 2020. Fonte: Bloomberg.

me no governo, onde há uma abertura nacionalista que pressiona pelo aumento do Estado e do capital nacional em áreas consideradas sensíveis, como energia nuclear.

Para um grupo de especialistas, como Eloni, da KPMG, o aumento da participação estrangeira em companhias nacionais se mostrou positiva, pois fortaleceu a internacionalização das empresas e a modernização da cultura e da gestão dos negócios.

"Essa abertura trouxe empresas nas cadeias globais e aprimorou seus processos de governança e transparência, liberando o Estado para concentrar esforços em serviços de assistência social, saúde, educação e segurança nacional", afirma.

Outra corrente, porém, defende que as privatizações precisam ser mais criteriosas e pensadas como parte de uma política pública. O economista e professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas) Nelson Marconi, que atua na campanha de Ciro Gomes (PDT) na eleição presidencial de 2022, defende que o governo preserve empresas em setores estratégicos para o desenvolvimento do país.

"Os americanos estão impedindo o comprador estrangeiro de empresas tecnológicas estratégicas, e agente aqui está privatizando, por exemplo, a Celtec (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada), empresa pública de semicondutores no Rio Grande do Sul", afirma.

Tempos estrangeiros têm seus interesses também em outros países na forma de distribuir a produção. Eloni deixa, muitas vezes, para desenvolver o que é mais estratégico em sua matriz e produzir em outros países, as etapas menos relevantes."

Falência da Love Story, ícone paulista da boêmia, é decretada

SÃO PAULO - A Justiça de São Paulo decretou a falência da boate Love Story, tradicional casa noturna no centro da capital paulista.

A boate que se tornou um ícone da boêmia paulistana enfrentou problemas financeiros e a pandemia da Covid-19 agravou a situação.

Conhecida como "A Casa de todas as Casais", a Love Story havia entrado com pedido de recuperação judicial em agosto de 2020, quando tinha R\$ 17 milhão em dívidas.

Sem poder funcionar em razão da pandemia, a Love Story descobriu o plano de recuperação, o que resultou no decreto de falência.

A sentença foi expedida no terça (9) pelo juiz Marcelo Barbosa Sacramento, do 2º Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo. O magistrado destacou a falta de perspectiva de retomada das suas atividades e disse que a boate já havia deixado de pagar a credores em 2019, o que caracterizou "absoluto descaso".

"O administrador judicial destaca que nem sequer a documentação estava sendo apresentada. Não há apresentação de informações, sequer pela recuperanda, apesar das diversas intimações a tanto", escreveu Marcelo Sacramento.

Procurada, a Love Story não respondeu.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/3
Título: Na contramão da crise, crédito para casa própria baterá novo recorde em 2021 **Impacto:** Neutro

< Continuar no 1

Na contramão da crise, crédito para casa própria baterá novo recorde em 2021

Expansão esperada é de 27%, com juros baixos e novas linhas

FELLYNINE/EP/AGF/PH/BLA/RINA/NOTICIAS/IMPRESSO/02/21/21

Depois de bater recorde no ano passado, o financiamento imobiliário deve continuar crescendo em 2021 mesmo sem forte recuperação da economia e com uma possível alta nos juros. A Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) projeta alta de 27% na concessão de crédito para casa própria este ano, ultrapassando R \$150 bilhões. Apesar da crise gerada pela pandemia, a quarentena aumentou o interesse das famílias por imóveis mais confortáveis. Dar esse passo ficou mais fácil com os

juros em queda livre e o surgimento de novos tipos de financiamento, que ampliaram o acesso ao crédito. Em 2020, foram R\$ 124 bilhões de recursos da poupança financiando imóveis novos e usados, alta de 57% em relação ao ano anterior. Cristiane Portela, presidente da Abecip, avalia que a expansão se deve principalmente à queda do custo financeiro a reboque da taxa básica de juros (Selic), atualmente no seu patamar mais baixo: 2% ao ano. Mesmo que se confirme a expectativa dos economistas de que o Banco Central volte



Equilíbrio. Juros baixos levaram Paulo Cezar a financiar um imóvel na planta no Rio, mas ele priorizou previsibilidade

a subir Selic este ano, a depender da inflação e da recuperação da economia, ela acredita que os financiamentos continuarão atraentes, impulsionando o mercado imobiliário.

— As taxas, sem dívida, estão na melhor condição que já tivemos. Uma queda de 11% para 7%, em média, significa prestação de R \$500 a R \$400 mais barata. O custo se aproximou do aluguel — diz Portela. A mudança de comportamento das famílias, que passaram a ficar mais tempo em casa, move a busca por imóveis mais amplos, com sonhos de consumo como home office e áreas de lazer para crianças. A diversificação criou linhas de crédito com custo financeiro mais baixo, ampliando o acesso de quem conseguiu manter emprego e renda na pandemia. Mas aumentou a necessidade de se informar e planejar para identificar a melhor opção para cada perfil de

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/3
Título: Na contramão da crise, crédito para casa própria baterá novo recorde em 2021

renda, contexto familiar ou estratégia, novas opções de compra imóvel para investir.

NOVOS TIPOS DE CORREÇÃO

Se antes o comprador tinha à disposição só o financiamento com juros fixos mais a Taxa Referencial (TR) com opções de amortização SAC ou Price, hoje os bancos oferecem opções que vão das taxas pré-fixadas às linhas indexadas à inflação medida pelo IPCA ou ao rendimento da poupança, que embutem mais risco. São quatro as principais bases de correção de contratos de financiamento de imóveis disponíveis atualmente. Uma das mais antigas é aquela taxa fixa com ou sem correção pela Taxa Referencial (TR), atualmente zerada. Antigamente que as prestações praticamente não mudam, mas, os juros são mais altos: 8% em média.

As outras opções têm taxas mais baixas e correção com índices flutuantes, o que pode ser arriscado em financiamentos longos. Naquele corrige a dívida pela inflação, as taxas são a partir de 2,95% mais o IPCA (4,52% em 2020). A modalidade mais recente é aquela com correção atrelada ao rendimento da caderneta de poupança. A taxa para o comprador parte de 3,99% mais variação da poupança.

A queda nos juros foi decisiva para o autônomo Paulo Cezar, de 55 anos, assinar o contrato de compra de um apartamento na planta na Zona Oeste do Rio. Com uma entrada de 30%, ele financiou o restante em 30 anos, com juros de 6,5% anuais. Preferiu ser conservador e ficar com a taxa fixa mais TR, um pouco mais alta que as disponíveis: — Bati o martel para a compra quando soube qual seria a taxa de juros. Já tenho um imóvel sei que qual-

quer 0,5% nos juros representa uma grande diferença no valor final, mas a previsibilidade é importante. Antes de fazer uma dívida de longo prazo como essa, tentar olhar para o futuro pode ser a chave do sucesso. Myriam Lund, professora de Finanças da FGV, frisa que é preciso levar em consideração a previsibilidade da taxa fixa mais TR, que ela recomenda: — Trazem menos risco. As que oferecem correção pela inflação ou poupança podem parecer mais vantajosas, mas se os índices subirem, como há sinalização no mercado agora, pode haver um descolamento da capacidade de pagamento. O presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz Antônio França, concorda que as linhas com juros mais TR são as mais seguras para uma dívida longa, mesmo com prestações mais altas.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 14/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 3/3
Título: Na contramão da crise, crédito para casa própria baterá novo recorde em 2021

CHANCE DE CURTO PRAZO

Correr algum risco para pagar menos, no entanto, pode valer apenas se o financiamento for de curto prazo. Foi o que pensaram o engenheiro Thiago Pereira, de 40 anos, e a mulher dele, a empresária Alessandra Pereira, de 38. Com a pandemia, ele passou a trabalhar em casa, dividindo até mesmo o jantar com a filha Isabela, de 8, que faz aulas on-line. Dona de um acalme estético, Alessandra voltou a sair para trabalhar, mas concordou com o marido de que era necessário um acasa maior, com espaço para hóspedes e escritório. Decidiram trocar o apartamento atual de dois quartos na Zona Oeste de São Paulo por outro com três e od obro do tamanho na Zona Oeste, com direito avaranda gourmet—um velho sonho — e área de lazer no condomínio. Optaram pelo contrato com correção pela poupança, mesmo sa-



Mais espaço. Thiago e Alessandra Pereira vão se mudar com a filha Isabela, 8 anos, para um apartamento maior em SP

bendo do risco. A diferença na taxa pesou por permitir financiar um imóvel de padrão mais alto enquanto não vendem o atual. — Contratamos juros de 5,2%. A outra opção com taxa fixa mais TR seria de 6,9%. Calculamos o risco e a ideia é terminar de pagar tudo em até cinco anos para mitigar um

eventual aumento de juros e correção. Se a intenção fosse pagar em 30 anos, optariamos pela taxa fixa —conta Thiago.

FOCO NA PRESTAÇÃO

O professor da FGV e especialista em mercado imobiliário Paulo Pôr to aval iaque financiamento com IPCA seria indicado para prazos curtos e, de preferência, para imóveis de até R\$ 500 mil. Para Gilson Oliveira, professor do MBA em Finanças do Insue RJ, a decisão deve contemplar uma avaliação sobre renda e despesas da família no longo prazo: — Um financiamento pode caber no bolso agora, mas não lá na frente. Ainda mais com as perspectivas de aumento dos juros futuros e da taxa Selic. André Barros, da Morar Mais-Imobiliária, tem observado que muito compradores não olham para os riscos das taxas variáveis. O foco fica na van-

tagem de pagar uma prestação que cabe no bolso: —A correção pelo IPCA foi uma grande novidade. O cliente consegue comprar um imóvel mais caro ou reduzir a parcela. Mas, se houver uma reversão no cenário, ele pode sentir o aumento mais tarde.

MAIS PERTO DA CASA NOVA
Novas lutas e juro baixo ampliam crédito

O Globo
14 fev 2021 (21)

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Empresas deverão ter mais escritórios na mesma cidade **Impacto:** Neutro

O ESTADO DE S. PAULO

SEMPANA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2021 | Economia | B3

Empresas deverão ter mais escritórios na mesma cidade

Qualicorp, de planos de saúde, terá diferentes espaços e também modelo em que funcionário trabalhará 100% do tempo em casa

Fernando Soffier

Uma tendência que começa a se desenhar na capital paulista, na vida pós-home office, é a de múltiplos escritórios para uma mesma empresa. Segundo Roberto Puriño, diretor da H.I., companhia especializada em propriedades corporativas, esta será uma forma de reduzir deslocamentos dos funcionários e também de economizar com aluguel. Isso porque, assim como a taxa de disponibilidade de imóveis pode variar muito entre as regiões de São Paulo - de médio 1% a médio 5% (veja quadro na pág. B1) -, os preços são bastante díspares entre os bairros.

"A gente está vendo um momento de dispersão, um processo de aprendizado forte e muito rápido durante a pandemia. O home office é uma possibilidade bastante forte, que está sendo calibrada, assim como a descentralização dos escritórios", diz Puriño.

A administradora de planos de saúde Qualicorp está testando novas formas de trabalhar com sua equipe de 2,3 mil funcionários - chamados internamente de "Qualis". "Tivemos muita segurança em mudar porque o nível de avaliação foi muito bom. O home office que tivemos em pesquisas internas foi de 98%", explica Flávia Rosolani, diretora de pessoas e cultura da companhia.

O processo de apostar em um nível bastante elevado de trabalho remoto permitiu que a empresa devolvesse 12 dos 15 andares que ocupava anteriormente

● **Equipe engajada**
"Tivemos muita segurança em mudar porque o nível de avaliação favorável ao home office que tivemos em pesquisas internas foi de 98%."

Flávia Rosolani
DIRETORA DE PESSOAS E CULTURA DA QUALICORP

em sua principal sede - o que resultou na redução do espaço total em mais de dois terços. Agora, a sede terá apenas 30% de escritórios disponíveis ou seja, a presença de cada funcionário no escritório terá de ser muito bem planejada.

A redução de escritórios, no entanto, deverá ser da ordem de 40%, explica a executiva. Isso porque a empresa está criando uma estrutura de trabalho separada, em outro local, denominada "espaço do corretor", que será dedicada aos vendedores.

Em casa, para sempre. Desta forma, grande parte dos trabalhadores da Qualicorp vai ficar em casa a maior parte do tempo, com presença no escritório permitida uma ou duas vezes na semana. Já outras vezes, como os de atendimento ao cliente, deverão ser 100% remotos - ou, no termo usado pela Qualicorp, "home based".

A companhia fez 800 contratações durante a pandemia, sendo que algumas pessoas já en-



Tempo. Orlando diz que, ao trabalhar em casa, 'economiza' duas horas de deslocamento

tram nessa nova modalidade a distância. É o caso do supervisor de relacionamento Orlando João do Nascimento, de 38 anos, que entrou na companhia há seis meses.

Após confinado à sua "casa/escritório" por causa da pandemia, Orlando tinha planos bem diferentes para 2020. Depois de ser desligado do emprego anterior, no fim de 2019, pro-

gramou separar tiramano no bônus. "Queriu viajar, colocar a mochila nas costas, ganhar o mundo." Quando deu por si, após a explosão do coronavírus, viu-se sozinho e sem emprego. Decidiu voltar a correria do trabalho.

"Como eu moro sozinho, estava me sentindo muito só nessa pandemia. E assim que eu recebi o emprego, mesmo estan-

do distante, eu não me senti mais sozinho", conta. Além disso, ele gastaria cerca de duas horas no transporte coletivo para ir de São Miguel Paulista, onde mora, ao escritório central da Qualicorp. "Agora, eu acordo às 5h30, faço meus exercícios, tomo café da manhã e estou pronto para trabalhar às 7h. Se poder continuar assim (para sempre), eu continuo."

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: Governo quer poupar R\$ 500 mi com imóveis **Impacto:** Neutro

Governo quer poupar R\$ 500 mi com imóveis

Economia sugere que diferentes órgãos usem a mesma estrutura para economizar

Loevana Rodrigues / BRASÍLIA

O governo pretende economizar R\$ 500 milhões em 2021 com o compartilhamento de imóveis entre órgãos públicos. No último ano, o Ministério da Economia mapeou os prédios alugados e prontos

da administração pública e viu que é possível juntar diferentes órgãos em uma mesma estrutura.

Com a pandemia colocando muitos servidores para trabalhar de casa, o movimento ganhou força e o ideia é que ministérios e autarquias ocupem um



'Inquilino' A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), criada em 2020, foi instalada no Ministério da Economia

mesmo local e dividam despesas como aluguel, água, energia elétrica, vigilância e manutenção predial.

No próxima semana, será pu-

blizada uma prioridade com regras para esse estilo, como modelos de termos de compartilhamento a serem firmados entre as instituições e critérios para a divisão de despesas proporcionalmente à área ou população ocupada por cada órgão.

De acordo com o secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Pass de Andrade, já era possível que dois órgãos compartilhassem uma mesma estrutura, mas isso dependia de negociação entre eles. Agora, o próprio ministério, juntamente com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), identificou as unidades possíveis e negou a ser publicado trata os critérios para o custo das despesas.

"Percebemos que não existe racionalização dos espaços. Falta ao Estado práticas que aproximem o racional da administração pública de como é feito na iniciativa privada", afirmou o secretário.

Antes mesmo de a portaria ser publicada, o governo já promoveu algumas mudanças. Em Salvador (BA), por exemplo, a estrutura do Ilumina foi para dentro do prédio do Banco Central, o que gerou uma economia anual de R\$ 1,5 milhões. No Rio de Janeiro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foi realocado também para o prédio do Banco Central, com economia estimada de R\$ 1,5 milhão por ano.

Custos. A consultoria jurídica da União migrou para o imóvel da Procuradoria-Geral da União em Santa Catarina, cortando gastos de R\$ 900 mil por ano. Também em Santa Catarina, a Escola da Advocacia-Geral da União passou a funcionar no imóvel ocupado pela Procura-

COMPARTILHIAMENTO DE IMÓVEIS

Já implementados

Em Salvador (BA)
O Ilumina migrou para o prédio do Banco Central (BC). Economia estimada: R\$ 1,5 milhões/ano.

Rio de Janeiro (RJ)
O IPEA foi realocado para o prédio do BC. Economia estimada: R\$ 1,5 milhões/ano.

Florianópolis (SC)
Consultoria Jurídica da União passou para imóvel que também é ocupado pela Procuradoria da União no Estado

Economia estimada: R\$ 500 milhões/ano

Em Florianópolis (SC)
A Escola da Advocacia-Geral da União passou para imóvel ocupado pela Procuradoria Federal no Estado. Economia estimada: R\$ 360 milhões/ano.

Brasília (DF)
A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), criada no ano passado, foi instalada no prédio do Ministério da Economia. Não foi estimada a economia

do no Federal no Estado, subindo R\$ 360 mil por ano.

"Estamos trabalhando com um sistema inteligente de softwares para fazer o cruzamento de suas possibilidades de compartilhamento. Na medida em que oportunidades estão sendo identificadas, entramos em contato com os órgãos, ao nível de esperarmos a vontade de cada um", acrescenta o secretário de Gestão, Cristiano Rocha Heckert.

A lógica também vale para novos órgãos: em Brasília, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), criada no ano passado, foi instalada no prédio do Ministério da Economia. "Se fosse no passado, uma nova autarquia significaria um novo prédio alugado", diz Heckert.

Coworking. O governo tem planos de abrir espaços de coworking, inicialmente no Distrito Federal. A ideia é ter um local para trabalho compartilhado

do no Esplanada dos Ministérios, onde estão as sedes dos principais órgãos públicos, um segundo na Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e outros em diferentes pontos do Distrito Federal, com o objetivo de ficar mais perto das casas dos servidores.

"Nada como a experiência empírica para mostrar para o burocrata que tudo é possível. Usar espaços de coworking é uma tendência no mundo todo. O governo não tem a mesma velocidade do setor privado, mas viu que continuam funcionando (com serviços em trabalho remoto), atendendo o público e em outros lugares, até com melhor qualidade", diz Andrade.

A expectativa é que essas iniciativas sejam devolvidas nos próximos meses. Atualmente, são 4.122 prédios ocupados em todo o País, dos quais 2.163 são alugados.

PRÊMIO MASTER IMOBILIÁRIO 2021

Grandes líderes se superam em momentos desafiadores!



FAÇA SUA INSCRIÇÃO ATÉ 5 DE MARÇO



Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 15/02/21 - Cidade/UF: DF
Título: Os investimentos para quando o carnaval passar Impacto: Neutro



Na web
Acesso exclusivo para assinantes
www.estadao.com.br

Os investimentos para quando o carnaval passar

Quais são as perspectivas um ano após a pandemia mexer com o desempenho dos principais ativos

Jeanne Andrade

Há quem diga que, no Brasil, as coisas só acontecem após o carnaval. De fato, os primeiros efeitos da pandemia do coronavírus na Bolsa brasileira só foram sentidos no primeiro pregão após o feriado, em 26 de fevereiro de 2020. Naquela data, o Ibovespa, principal índice de ações da B3, caiu 7% e deu o pontapé inicial para a sequência de baixas que fariam o indicador fechar o mês seguinte com uma queda histórica de 29,9%, até 73.019,80 pontos.

É não foi só o Ibovespa que teve seu desempenho afetado. A maior crise ambiental da história recente passou para baixo a performance dos fundos imobiliários e até mesmo a bolsa de valores, que sofreu com os cortes na Selic, a taxa básica de juros da economia, atualmente em 2%. As exceções foram as moedas fortes e os metais, que dispararam mais de 30% com os investidores buscando maior proteção em meio a um cenário de alta incerteza.

Hoje, um carnaval depois, muitos indicadores conseguiram se recuperar do tombo. O Ibovespa é um defas, com alta de 2,36% no acumulado dos últimos 12 meses — até sexta-feira, 12 de fevereiro. Euro e o dólar também não perderam a

estabilidade e continuaram com retornos expressivos no período, de 36,84%, 31,42% e 22,52%, respectivamente, segundo dados da Economistia.

Com o início 'veracruzal' do ano de 2021 nesta semana, os investidores sentem que é crucial entender, já que o cenário para as diversas classes de ativos pode mudar. Além, é claro, de avaliar o risco de uma das grandes lições de investimentos que a crise do coronavírus deixou.

Moedas e Metais Crises econômicas sempre criaram uma migração em massa para moedas fortes ou metais. O dólar, por exemplo, chegou a bater os R\$ 5,04 em 8 de maio de 2020, em uma valorização de 46,7% em relação a cotação de 1º de janeiro do período, de R\$ 3,41. Já o euro chegou ao pico de R\$ 6,78 em outubro (nove meses antes), e parou em R\$ 4,90.

Em relação aos metais, o ouro, como era de se esperar, também foi um dos protagonistas durante a crise. Considerado "reserva de valor", ou seja, pouco sujeito à desvalorização (já que é um recurso escasso), o metal foi amplamente buscado por investidores que queriam preservar o poder de compra.

"As moedas podem se apreciar ou depreciar conforme as emissões, mas um grama de ouro sempre será um grama de ouro", avalia. "A experiência recente com o coronavírus nos leva a dar mais importância à administração de risco do que a

busca por rentabilidade, até porque esses 'carnes negros' estão por aí visados. Temos que estar preparados para esses riscos trágicos, mas que podem acontecer", afirma. "Fase é a grande aprendizagem, para quem ainda não tinha."

Entretanto, apesar do salto em 2020, a valorização das moedas em 2021 vai depender principalmente do cenário político no Brasil. "Se no âmbito político as reformas estruturais não forem endereçadas, o mercado vai entender que o questão está sem solução e o real pode se depreciar ainda mais", afirma Leonardo Milano, sócio e economista da VLG.

Bolsa de valores Apesar de ter sofrido durante o ano passado como outros mercados, a

Bolsa de valores, apesar de ter sofrido durante o ano passado como outros mercados, a bolsa conseguiu superar os impactos da pandemia e já se aproxima dos 120 mil pontos — nível em que estava no início de 2020. Contudo, o investidor ainda precisa ter cautela.

"A bolsa é reflexo da economia real. Se ela está indo bem, as empresas estão lucrando bastante, gerando lucro, pagando mais dividendos, e isso atrai o investidor a aplicar na B3", diz Milano. "O PIB global aparentemente continua em recuperação, o que é bom, mas a grande pergunta é o cenário doméstico e a economia real."

Para Gustavo Benetti, head de renda variável da Messer Investimentos, a Bolsa ainda está



Aprendizagem. Balancear os riscos é uma das grandes lições de investimentos da crise

cheia de oportunidades. "Tem muita empresa obtendo capital na bolsa, tem muita empresa desvalorizada, ativos que ainda não se recuperaram, então há muitas oportunidades para crescer", explica.

Renda fixa Um dos setores para a Bolsa chegar aos 120 mil pontos de Ibovespa foram os cortes na taxa de juros básica da economia, que desde agosto de 2020 está em 2% ao ano, na mínima histórica. Dessa forma, a renda fixa indexada à Selic, como Tesouro Selic, teve a rentabilidade drasticamente reduzida. Para o Prosepio, que rende 70%

do Juro básico, os cortes foram a última gota de água no copo.

"A rentabilidade que rende 7% é pós-fixada com liquidez, mas existem os títulos prefixados mais longos que pagam entre 9% a 10% ao ano, e tem os títulos que pagam inflação + 4,5%, basta o investidor se habituar ao que já realidade nos países desenvolvidos", afirma Milano. "Então para ter retornos mais altos na renda fixa, o investidor terá que abandonar a liquidez."

Fundos imobiliários No levantamento da Economistia, o IFIX foi o único índice a continuar no vermelho, -3,9%. Com

ativos ligados à economia real, muitos fundos imobiliários sofreram em 2020 em decorrência, principalmente, da redução da receita vinda dos alugueiros e da venda dos imóveis. Mas o investimento continua sendo um atrativo entre os especialistas.

Para Carvalho, o setor imobiliário é um mercado-chave no mundo desenvolvido. "Tem rentabilidades interessantes, mas em épocas de inflação podem subir, eles ficam mais protegidos, porque muitas vezes os aluguéis são reajustados pelo IPCA. E são ativos muito práticos, flexíveis, rápidos e etc", diz. "Acho que tem bom futuro."



FABIO GALLO



Você conhece o seu investimento?

No mundo ideal todo investidor busca pelo equilíbrio entre risco e retorno, essa é uma máxima admitindo-se que o investidor decide aplicar o seu dinheiro de forma racional. Assim, os agentes financeiros devem oferecer uma variedade de produtos que permitam às pessoas fazerem as suas opções de acordo com os seus objetivos e o seu apetite a risco. Por seu lado, os agentes ganham dinheiro com taxas e spreads sobre as operações realizadas. Quanto maior a sua base de clientes e

maior volume de produtos financeiros vendidos maior o lucro. Perfeito. Tudo funcionando como deve ser. Bom, as coisas não são bem assim, a realidade se impõe de maneira que o final pode não ser feliz. Primeiro porque o mercado acaba dando espaço para as fraudes, pirâmides financeiras, gurus e outras situações que trazem prejuízos a muitas pessoas. Essas situações são caso de polícia. No entanto, o mercado pode trazer muitos prejuízos aos investidores pela falta de conhecimento sobre como os produtos financeiros funcionam e são estruturados. Mesmo no caso de negócios legítimos, produtos tecnicamente corretos muitas vezes são vendidos a investidores do varejo e que por falta de conhecimento entram em investimentos com maior risco relativo ao retorno prometido, e pior, acabam tendo prejuízos. Um tipo de investimento que chama a atenção são os COEs (Certificados de Ope-

rações Estruturadas). O COE é um produto que reúne renda fixa com renda variável. Uma operação que pode conter ações, locais e no exterior, moeda, derivativos, e outros ativos de forma diversificada, enfim uma construção de engenharia financeira que promete trazer ganhos e proteger capital ao mesmo tempo. Esse produto é oferecido em duas modalidades: Capital Protegido, quando o valor principal investido é garantido, e Capital em Risco, quando há possibilidade de perda até o limite do valor nominal investido. Embora tecnicamente bem estruturados, não fica claro para o investidor todo o risco correto, a despeito das limitações desses produtos trazerem detalhes do investimento. Os cálculos financeiros envolvidos são complexos e o retorno esperado não é explícito. Essas coisas os bancos sabem fazer, você não. Um estudo realizado por professores da

EESP/FGV, denominado "O Retorno Esperado dos COEs", publicado em outubro de 2010, conclui que nove em cada dez, dos 284 COEs pesquisados, foram vendidos com retorno esperado abaixo da taxa livre de risco. Em outros termos, o investidor aplicou o seu dinheiro em uma aplicação financeira com retorno esperado abaixo do que poderia ser obtido no Tesouro Direto. Isso não decreta que o COE seja uma operação financeira ruim, mas como todos as outras opções de investimentos devem ser analisadas com cuidado e o investidor deve fazer sua opção de maneira consciente. Fica o alerta, pesquise sobre o que está sendo oferecido a você, tire todas as dúvidas e somente invista quando estiver sabendo qual o retorno prometido e risco que vai correr.

Veículo: Estadão - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/02/21 - **Cidade/UF:** DF
Título: 'investir fora do País é expansão de horizonte' **Impacto:** Neutro

ENTREVISTA

Marcus Gonçalves, CEO da Franklin Templeton



'Investir fora do País é expansão de horizonte'

Especialista fala também sobre oportunidades no mercado local e como a política será decisiva para economia brasileira

Isaac de Oliveira

O cenário global de extrema liquidez, juros baixos por longo tempo e dólar com potencial de queda contribuem para deixar o Brasil atrativo. A avaliação é de Marcus Gonçalves, CEO da Franklin Templeton no País. Porém, ele acredita que é necessário avançar nas pautas internas para que o mercado local permaneça sendo um bom negócio.

Apesar da nova configuração da presidência da Câmara e do Senado ter correspondido às expectativas do mercado, Gonçalves se diz cauteloso. "Não sabemos como essa nova confluência política vai impactar a questão fiscal", explica o gestor, citando a discussão do novo auxílio emergencial. "A po-

pularidade do governo reage muito em sincronia com esse tipo de pauta."

No mundo, a Franklin detém mais de US\$ 1,4 trilhão de ativos sob gestão.

● **Quais setores vão estar nas carteiras da gestora?**

Alguns setores ligados ao crescimento global, como siderurgia e mineração, vão se beneficiar. Temos essas posições na carteira e devemos manter. Os bancos brasileiros, historicamente, são muito eficientes e têm um padrão mundial de qualidade de gestão e de corte de custos. A forma como esses bancos conseguiram se ajustar é impressionante. Acreditamos que eles vão seguir pressionados por causa da revolução de fintechs. De alguma forma, eles vão ter que se especializar mais, buscar nichos onde eles têm diferencial competitivo. Mas, como são empresas muito bem geridas, manteremos na carteira. Além disso, gostamos de toda a parte de nova economia, novas tendên-

cias que envolvem, por exemplo, comércio eletrônico, tudo que traz inovação, tecnologia, processos e aumento de produtividade.

● **E quais empresas ou setores ficarão de fora?**

Não excluimos nenhum setor. Muitas vezes acontece de ter boas empresas em setores que às vezes não estão na moda. Um exemplo que falei é banco. O setor está pressionado, mas a gestão é muito boa e eles conseguem tirar leite de pedra. Hoje, as nossas posições principais são mineração, siderurgia, bancos e comércio eletrônico. Além disso, temos previdência, que estão entre as megatendências devido ao envelhecimento populacional. O que também nos faz olhar muito para o setor de saúde (laboratórios, hospitais, plano de saúde, seguros), que tem um caminho interessante para crescer e se desenvolver muito ao longo dos próximos anos.

● **Sobre as tarefas domésticas,**

como as novas presidências no Congresso melhoram as perspectivas de investimentos, já que o mercado esperava a vitória de nomes alinhados ao governo para passar as reformas?

O mercado teve reação otimista e inclusive antecipou. Do nosso lado, somos mais cautelosos e temos monitorado com um pouco mais de cuidado porque não sabemos como essa nova confluência política vai impactar a questão fiscal. Por exemplo, tem a discussão do novo auxílio emergencial, se sai ou não. Isso tem um apelo muito forte, sobretudo nas regiões mais pobres do País. Afinal de contas, a popularidade do governo reage muito em sincronia com esse tipo de pauta. Mas o governo entende a necessidade de ter um fiscal equilibrado. O próprio BC coloca isso como uma pré-condição para manter o juro onde está. Também sabemos que sempre existe uma grande preocupação com reeleição, que está batendo à porta. Outra coisa importante de se colocar é o risco de pressão inflacionária.

● **Falando em eleição, a expectativa é a de que o cenário político continue hostil. O investidor deve usar ativos no exterior como proteção?**

Tento abordar isso com uma lógica independente. Não se deve atrelar tanto o investimento no exterior com relação à proteção e às intempéries locais. Acaba sendo um efeito colateral quando acontece. Mas ele se justifica independentemente disso. Ainda que tenhamos surpresas positivas, por exemplo, se o Congresso resolver aprovar todas as reformas que o Paulo Guedes mandou, ou privatizar empresas, nada disso inviabiliza investimento no exterior. Então não são auto-excludentes. O fato de o brasileiro começar a investir fora tem mais a ver com a expansão do horizonte de oportunidades.

Veículo: Estadão - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 15/02/21 - Cidade/UF: DF
Título: Após 'onda' de devoluções, total de escritórios disponíveis em SP sobre 50% Impacto: Neutro

Includes newspaper masthead 'E&N ECONOMIA & NEGÓCIOS', a logo for 'INCLUI CLASSIFICAÇÕES', and an advertisement for 'RS SERVIÇOS' with contact information and a list of services like 'LIMPEZA + RECEPÇÃO + PORTARIA'.

Vida corporativa. Com avaliação positiva do home office, empresas tomam coragem para devolver um tempo ou mesmo a totalidade de seus espaços corporativos; com isso, índice de escritórios sem inquilino, que era de 13,8% no 1º trimestre de 2020, agora chega a 20%

Após 'onda' de devoluções, total de escritórios disponíveis em SP sobe 50%

Fernando Schiffrer

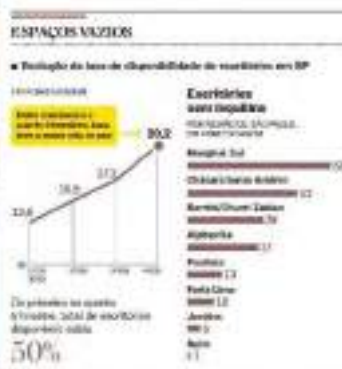
A medida que o home office foi adotado pelas empresas na maioria das primeiras semanas da covid-19, não parou de se repetir no mesmo ritmo até agora, quando já se deslindam os perigos de escritórios que abrigavam os primeiros meses do ano. Neste início de 2021, com o predomínio prático e completo do home office, a resposta a essa questão parece já estar clara. A onda de devoluções de escritórios já começou e, segundo especialistas em real estate imobiliário, deverá se repetir com força.



Reforma. Winandy, do SMG, modernização de escritórios

O movimento das empresas se refletiu imediatamente em dois outros mercados. De acordo com uma pesquisa realizada em conjunto com a imobiliária corretora ILL, a taxa de ocupação de escritórios em São Paulo caiu 10 pontos percentuais em relação ao período anterior. O índice de ocupação de escritórios em São Paulo caiu 10 pontos percentuais em relação ao período anterior. O índice de ocupação de escritórios em São Paulo caiu 10 pontos percentuais em relação ao período anterior.

Além disso, a taxa de ocupação de escritórios em São Paulo caiu 10 pontos percentuais em relação ao período anterior. O índice de ocupação de escritórios em São Paulo caiu 10 pontos percentuais em relação ao período anterior. O índice de ocupação de escritórios em São Paulo caiu 10 pontos percentuais em relação ao período anterior.



Alguns especialistas que já começaram a voltar para o trabalho presencial, mas ainda estão aguardando a chegada de outros colegas. Algumas empresas que já começaram a voltar para o trabalho presencial, mas ainda estão aguardando a chegada de outros colegas. Algumas empresas que já começaram a voltar para o trabalho presencial, mas ainda estão aguardando a chegada de outros colegas.

Alguns especialistas que já começaram a voltar para o trabalho presencial, mas ainda estão aguardando a chegada de outros colegas. Algumas empresas que já começaram a voltar para o trabalho presencial, mas ainda estão aguardando a chegada de outros colegas. Algumas empresas que já começaram a voltar para o trabalho presencial, mas ainda estão aguardando a chegada de outros colegas.

Empresas radicalizam e adotam home office para 100% da equipe

De ritmo na economia em tempos de incertezas, companhias testam medidas para garantir rentabilidade em 2021. Algumas empresas adotaram o home office para 100% da equipe. Outras adotaram medidas para garantir rentabilidade em 2021. Algumas empresas adotaram o home office para 100% da equipe.

Real estate advertisement for 'SODRÉ SANTORO' featuring a 'LEILÃO SOMENTE ONLINE DE 23 IMÓVEIS, DIA 24/02/2021 - 18h'. It lists various properties for sale, including apartments, houses, and commercial buildings, with details on location and price.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 15/02/21 - Cidade/UF: DF
Título: Dívida global bate recorde, traz risco de crise e põe crescimento em xeque Impacto: Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

SEGUNDA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2021 A11

mercado

Dívida global bate recorde, traz risco de crise e põe crescimento em xeque

Débitos elevados de governos derrubam economias desde os anos 1980, alerta Banco Mundial

Fernando Canzian

Alargando o Apocalipse da Covid-19, o mundo se prepara para um período de endividamento de governos e empresas e busca o mundo ao redor do volume de dívidas da história. Como consequência, o crescimento global nos próximos meses pode ser ainda menor do que antes da pandemia, com elevado risco de crises financeiras pelo caminho.

Em 2020 e 2019, as economias avançadas já apresentaram baixos crescimentos, de 2,6% ao ano em média. Desde os anos 1980, todos os tipos de endividamento — e o atual foi extremamente rápido — acabaram levando a crises em várias partes do mundo.

Atualmente perto de US\$ 280 trilhões, as dívidas globais atingiram em 2020, em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) mundial, mais do que empresas, cidadãos e países deviam no final da Segunda Guerra — conflito que, entre 1939 e 1945, causou perdas humanas sem precedentes, mas seguiu por fase de forte crescimento.

Segundo o IIF (Institute of International Finance, que reúne 400 bancos em 70 países), a dívida global aumentou mais rápido nos últimos anos e além do que se previa após o início da pandemia.

Sem precedentes na comparação com períodos anteriores, o salto de 2016 até ao fim de 2020 foi superior a US\$ 50 trilhões (mais de US\$ 15 trilhões só no ano passado). Em 2020 e 2016, o aumento havia sido de US\$ 6 trilhões.

Normal, o mundo deve hoje, em média, o equivalente a cerca de 166% de tudo o que produz, em um ano — 47% do PIB nos países ricos e 92% nos em desenvolvimento.

Para governos de nações emergentes como Brasil, esgotamento de débitos exigirá, já em 2021, um grande esforço de refinanciamento. Junta, as 30 maiores nações em desenvolvimento têm cerca de US\$ 7 trilhões em débitos estando vencendo neste ano.

No Brasil, com R\$ 5 trilhões de dívida pública federal, R\$ 1,4 trilhão (28%) vem em 2021.

No período em prazo, cada vez mais curto, a dívida brasileira pode aumentar e o Banco Central iniciar um processo de afeta dos juros, o que dependa da inflação — pressionada não pelo aumento da atividade, mas pelo valor do dólar e dos preços de commodities agrícolas, cotadas no mundo americano.

Segundo organismos internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e o IIF a dívida global no panorama atual tem potencial para desacelerar o ritmo de crescimento mundial e, a medida que uma diminuição de créditos privados aumente, obriga governos a se endividar mais para resgatar os falidos.

Uma crise silenciosa está ganhando força e pode prejudicar a recuperação nos próximos anos. Embora esse tipo de crise nem sempre inclua pânico e corridas, múltiplos custos implícitos, afirma Carmen Reinhart, economista-chefe do Banco Mundial.

A reestruturação e a recapitalização dos bancos para restaurar a solvência podem ser caras para governos e contribuintes, e os novos empréstimos tendem a permanecer depósitos, reduzindo a atividade.

Se tal resultado não for alcançado, a crise de crédito também tem efeitos distributivos, porque atinge de forma mais aguda as pequenas e médias empresas e as famílias de baixa renda.

Extenso trabalho do Banco Mundial em anos recentes que todas as grandes ondas de endividamento no passado terminaram em "crises financeiras", sobretudo no setor emergente — incluindo a crise da dívida dos países latino-americanos nos anos 1980 e a asiática, em meados dos anos 1990 e o estouro da "bolha" dos créditos "subprime" nos Estados Unidos no final dos anos 2000.

O Banco Mundial já costuma dizer que o mundo se encaminhava para algo parecido anos mesmo da disparada do endividamento com a Covid-19.

Paralelo a João Sampaio, chefe do Centro de Estudos Monetários da IGV, Ifoe e ex-diretor da Dívida Pública e Mercado Aberto do Banco Central, o endividamento global eleva "compromisso futuro".

Empresas e indivíduos investem menos, e, nesse caso, não importa que o crédito tomado seja a curto prazo. O principal da dívida precisa ser pago, o que implica novos depósitos, investimentos e mesmo a captação de outros fundos no futuro.

Segundo José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do FMI, o endividamento público muito elevado e não somente o empresarial, torna-se um risco para a atividade futura.

Quem compra os papéis de governos [e pessoas físicas e empresas] não aposta na economia ou em seu crescimento, mas na proteção de seu dinheiro, e acaba saindo do

endividamento e os países que emitem dívida", afirma Gonçalves.

Isso geraria uma espécie de círculo vicioso, com os governos tendo que pagar cada vez mais dinheiro no mercado para estimular uma atividade econômica que não decida.

Na semana passada, por exemplo, os governos de Espanha e Portugal ofereceram ao mercado títulos españois por US\$ 6 bilhões, pagando juros anuais de 10%. Apesar da oferta "limitada", a demanda de investidores explodiu e passou de US\$ 2 bilhões.

Atualmente, os Estados Unidos e a zona do euro financiam suas políticas expansionistas pagando taxas de juros negativas (abaixo da inflação) nos títulos que vendem ao mercado.

Crises do endividamento recorde também são grandes para o setor bancário, pois a crise provocada pela pandemia causada pela Covid-19 levou a dezenas de países a flexibilizar regulamentações e a exigir menos provisões para o risco de inadimplência, assim como a reduzir o rigor na classificação de risco de débitos antes considerados de difícil recebimento.

As mudanças sugerem que a extensão da inadimplência, e a precariedade de muitos créditos a receber pelos bancos, pode estar hoje subestimada, o que tende a se agravar em um contexto de economia em baixo crescimento.

Em relatório recente, o FMI sugere que, "como o esperado aumento das falências, parte da dívida privada pode migrar para o setor público por meio de resgates financeiros" — aumentando o endividamento estatal.

Para Guyon Davies, do fundo americano Palcrum Asset Management, algumas categorias de endividamento causam mais preocupação. Em outras, as dívidas corporativas nos Estados Unidos e de empresas voltadas ao consumo mais prejudicadas pelas medidas de distanciamento social adotadas contra a Covid-19, são brechas na Europa.

Nas economias avançadas, os bancos centrais vêm estimulando o aumento das dívidas privadas por meio da compra de seus títulos, como forma de manter as empresas à tona e financiar projetos de ajuda.

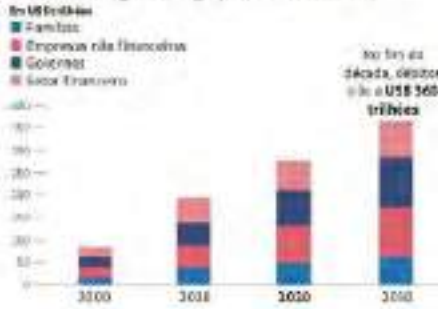
Somente nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed), o banco central americano, aumentou de US\$ 4,3 trilhões, em fevereiro de 2020, para US\$ 7,4 trilhões, neste ano, a compra desses papéis.

Mundo nunca deveu tanto; Brasil concentra vencimentos em 2021

Dívida global supera o pós-Segunda Guerra em relação ao PIB



Endividamento global avança quase US\$ 300 trilhões



Emergências têm vencimentos concentrados em 2021



No Brasil, R\$ 1,4 tr de dívida pública vence em 12 meses; 2021 concentrará maior soma



Vencimento de 12 meses representa 27,4% percento do total de dívidas em vencimento em 2021. Fonte: IGV, Ifoe, Anuário Financeiro



Assim, além de as dívidas dos governos crescerem de forma acelerada na pandemia, empresas e bancos perderam uma tendência de menos endividamento que ocorre desde o fim dos anos 2000. Apesar, o mundo sofreu sua maior crise financeira no último ano, desde o crash da bolsa de Wall Street em 2008.

Em artigo há algumas semanas no jornal The Washington Post, Lawrence Summers, ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, ex-presidente da Universidade Harvard e defensor da aplicação de políticas fiscais expansionistas, afirmou que, desta vez, devido à escala dos incentivos, os Estados Unidos podem estar correndo um risco de instabilidade financeira e de valor do dólar.

Em relatório recente, o FMI também alertou para o risco de aumento da inflação, apesar da baixa atividade econômica, se os bancos centrais continuarem muito agressivos em suas políticas de injeção de liquidez, como o Fed vem fazendo.

"Nesse contexto, as expectativas de inflação podem aumentar muito rapidamente, uma vez que os governos aumentem a injeção em grandes de finanças", diz o FMI.

O Fundo afirma que "a credibilidade pode ser prejudicada quando os bancos centrais que os bancos centrais consideram a política monetária para manter baixos os custos dos empréstimos dos governos em vez de garantir a estabilidade de preços".

João Sampaio lembra, no entanto, que, nos nove anos que antecederam a crise, quando a pandemia se instalou, a inflação aumentou nos países desenvolvidos de 1,5%, abaixo dos 2% geralmente perseguidos como meta.

Assim, seria bastante provável que o mundo já estivesse se movendo — antes mesmo da Covid-19 — em um processo conhecido como "estagnação secular".

Embora no fim dos anos 1990, o ritmo foi resgatado por Summers em 2003, considerando que o mundo rico enfrentava desaceleração da produtividade, menor intensidade de capital por projeto lucrativo, envelhecimento e baixo crescimento populacional.

O aumento da expectativa de vida e a piora da distribuição de renda também seriam fatores que iriam aumentar e estimular o consumo — fatores que inibem o crescimento global antes mesmo da nova mancha de dívidas criada pela pandemia.

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/02/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Mais de 40 milhões deverão receber auxílio, calcula governo **Impacto:** Neutro

FOLHA DE SÃO PAULO ***

SEGUNDA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2021 **A13**

mercado



O ministro Paulo Guedes (Economia) após reunião com Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, na sexta (12).
Gustavo M. G. / G. F. / F. / F. / F.

Mais de 40 milhões deverão receber auxílio, calcula governo

Custo será de ao menos R\$ 24 bilhões; em 2020, 67 milhões foram beneficiados

Fábio Pupo e
Renata Machado

auxílio. A recriação do auxílio emergencial vai atender mais pessoas do que o inicialmente previsto. Segundo estimativas da equipe econômica, o programa deve chegar a mais de 40 milhões de indivíduos em 2021.

Mesmo assim, o auxílio deve contemplar uma população menor que a de 2020. No dia 4, o ministro Paulo Gue-

des (Economia) previa contemplar 30 milhões de brasileiros no auxílio emergencial.

O objetivo do Ministério da Economia é fazer uma filtragem e desmar o programa mais focado, direcionando recursos aos mais pobres.

De acordo com pessoas com conhecimento da negociação ouvidas pela Folha, a ideia parte da premissa de que 75% dos recebedores do auxílio em 2020 representavam a parcela de 50% da população bra-

sileira com menos recursos.

O novo programa seria voltado a essa parcela de 75% de recebedores mais pobres.

Apesar de ser reencenado nos bastidores um pagamento para mais de 40 milhões, o percentual representaria ao menos 50 milhões — considerando os dados atualizados em dezembro pela Caixa (67 milhões receberam o auxílio emergencial).

De qualquer forma, a pasta buscar fazer as regras atende-

rem os mais carentes enquanto poupar recursos em relação ao programa de 2020 — que teve até servidores e militares recebendo o dinheiro, infringindo as regras previstas.

A quantidade de pessoas a receber o auxílio inclui os beneficiários do Bolsa Família, que devem receber um aumento para obter o mesmo que os demais atendidos.

Apesar de pressões entre congressistas por um valor mais alto, a equipe econômica

insiste em que a quantia a ser paga deve ficar entre R\$ 200 e R\$ 250 por beneficiário.

Valores como de R\$ 300 são rejeitados sob a ótica de que todo o país seria empobrecido por consequências de um programa mais caro (como a inflação e aumento de juros).

A equipe também estudou eliminar o pagamento em dinheiro para mães solteiras, feito no ano passado — casos em que foi possível obter R\$ 1.000, em vez dos R\$ 600 pagos nas cinco primeiras parcelas, e R\$ 600, em vez de R\$ 300 nas últimas quatro. A última parcela foi referente a dezembro de 2020.

O programa costaria no mínimo entre R\$ 8 bilhões e R\$ 12,5 bilhões por mês, considerando a variabilidade populacional e valor do benefício previstas nas regras em estudo.

O Ministério da Economia vem dizendo que busca um programa que dure somente três ou quatro meses, o que levaria o custo mínimo a um número entre R\$ 24 bilhões e R\$ 30 bilhões. Em 2020, foram R\$ 30 bilhões.

Para liberar esse montante, o governo precisa alterar a Constituição de forma a obter segurança jurídica para a operação por causa de dois fatores principais. Hoje, regras fiscais impedem o país de criar um programa que dependa de tantos recursos de dívida — por isso, é necessária uma flexibilização nas normas.

Outro argumento é que há contradições sobre a hipótese de os efeitos da pandemia serem previsíveis ou imprevisíveis em 2021, visto que o novo coronavírus chegou ao país há quase um ano.

A interpretação faz diferença porque o auxílio será criado por meio de crédito extraordinário — dispositivo que libera recursos fora do Orçamento tradicional e fora do

teto de gastos, algo permitido pela Constituição somente para despesas urgentes e imprevisíveis (como em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública).

Como não há consenso técnico sobre encerrar a pandemia como algo previsível ou não, uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para liberar gastos neste ano entraria a discussão.

O instrumento usado em 2020 foi a PEC da Guerra, que flexibilizou as regras fiscais e vigora até o fim do ano.

Agora, Guedes prefere uma cláusula de calamidade pública a ser inserida na PEC do Pacto Federativo — proposta elaborada por ele que tramita desde novembro de 2019 no Congresso e restá despesas públicas.

O objetivo de Guedes é liberar os recursos, mas com uma contrapartida fiscal. O Ministério da Economia ficou de "compacitar" a PEC do Pacto Federativo com a cláusula de calamidade pública e apresentar uma versão a representantes do Congresso.

A partir daí, começam as discussões com o Legislativo para definir a estrutura final do texto.

A expectativa da equipe econômica é de aprovação definitiva em três semanas e de o auxílio começar a ser pago ainda em março.

Do lado do Congresso, a perspectiva é que a proposta seja apresentada na reunião de líderes de baseada do Senado, na quinta-feira (18).

Após reunião na sexta (12), Guedes, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciaram o acordo pelo qual o auxílio ficou atrelado à aprovação da PEC do Pacto Federativo.

Veículo: Folha de São Paulo - Tipo de Mídia: Jornal - Data: 15/02/21 - Cidade/UF: SP

Título: Saiba como fugir do 'risco Brasil' e diversificar investimentos no exterior Impacto: Neutro

Saiba como fugir do 'risco Brasil' e diversificar investimentos no exterior

Deterioração fiscal e ganho menor com queda nos juros levam brasileiros a aplicar fora do país

Júlia Moura

São Paulo - Para fugir do chamado "risco Brasil", especialistas aconselham que brasileiros invistam direta ou indiretamente no exterior ou mesmo mantenham uma conta com reservas lá fora.

Entre 2007 a 2019, o capital de investidores pessoa física no exterior saltou 207%, de acordo com dados do Banco Central, indo de US\$ 31,25 bilhões para US\$ 39,27 bilhões no período.

Tratar em alta a deterioração das contas públicas aumentam a percepção de risco local. Além disso, com a queda de juros, o Brasil perde vantagem em relação a determinados países, onde os investimentos são menos arriscados ou pagam mais.

"O mercado exterior é mais líquido e diverso", diz Laisla Lueska, sócio-gerente do fundo Octante Crédito Privado.

Segundo ele, até debêntures de empresas brasileiras no exterior pagam uma remuneração maior que no Brasil.

"Elas pagam muito mais porque estão competindo com empresas do mundo inteiro", diz Lueska.

Outros países nos quais títulos de dívida têm um retorno maior são México, Peru e Colômbia, afirma o gestor.

"O Brasil tem o 2% do mercado financeiro global. Deitar dinheiro aqui é estar sujeito aos pontos positivos e negativos do país, e cada nação tem problemas em tempos diferentes. É importante diversificar para reduzir os riscos", diz Gisela Colosio de Andrade, conselheira da Hancjar.

Com a discussão em torno da volta do auxílio emergencial, o risco país medido pelo CDS decinou anos acumulando de 7,7% neste ano, após saltar 43,6% em 2020 com a pandemia de Covid-19.

O CDS funciona como um termômetro informal da confiança dos investidores em relação a economia, especialmente em emergências. Se o indicador sobe, é um sinal de que os investidores temem o futuro financeiro do país. Se ele cai, o mercado otimista sinaliza aumento da confiança em relação a capacidade de o país saldar suas dívidas.

A situação econômica atual também preocupa. O desemprego e a inflação altas e a desaceleração na recuperação com a alta nos novos casos de Covid-19 devem impactar

o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2021, bem como o real, a segunda moeda emergente que mais se desvalorizou em 2020, mas apenas do peso argentino.

Segundo o boletim Focus do BC, que reúne estatísticas do mercado, o PIB deve crescer 3,47% em 2021, e o dólar deve terminar o ano a R\$ 5,21. As expectativas para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo, inflação oficial no país) e para o taxa básica de juros (Selic) são 3,60% e 3,50%, respectivamente.

Hoje o dólar comercial está a R\$ 5,3740, e o turismo, a R\$ 5,3321.

Nas semanas passadas, o Santander Brasil revisou suas estimativas para o dólar, em meio à deterioração das condições financeiras diante de riscos fiscais e do inerte retorno do auxílio emergencial. O banco agora projeta que o dólar fechará o ano em R\$ 5,20. Antes, a previsão era de R\$ 4,60.

Para o BTG, o dólar fechará o ano em R\$ 4,90, considerando manutenção do teto de gastos, uma rodada de auxílio emergencial mais restrita que a do ano passado, evolução das reformas tributária e administrativa, cumprimento do plano nacional de vacinação, política monetária estável nos EUA, alta da Selic para 3,75%, elevação da demanda por commodities e um pacote fiscal americano entre US\$ 1 trilhão e US\$ 1,3 trilhão.

Já o Bank of America estima que o dólar fechará 2021 em R\$ 5,30.

Considere maneiras de investir seu patrimônio no exterior.

Para acessar mais opções de investimentos em outros países, o investidor brasileiro precisa abrir uma conta em uma corretora no exterior, o que pode ser feito pela internet.

São exigidos praticamente os mesmos documentos necessários para abrir em corretora brasileira: passaporte ou documento de identificação e comprovante de residência. Algumas instituições podem exigir cópia do Imposto de Renda.

Com a conta aberta, é necessário emitir os recursos para fora do país, preferencialmente em dólares, com incidência

conta em moeda estrangeira em algumas situações, como no caso de embaixadas, consulado, concretiza de câmbio e agências de turismo.

O dólar, como qualquer outra moeda, tem seus riscos. Comprar a divisa é apostar na economia dos Estados Unidos, assim como o euro depende da economia da Europa, e a libra, do Reino Unido.

Com juros próximos de zero nos Estados Unidos e uma emenda de ajuda monetária e fiscal do governo para frear um tombão ainda maior na economia, o mercado tem uma forte alta da inflação no país, o que poderia desvalorizar a moeda americana. O investidor, então, deve estar atento aos movimentos do mercado.

BDR e ETF

Outro método para acessar outros mercados é via BDR (recibo depositário de ações, na sigla em inglês) e ETF (fundo de índice). Ambos são negociados em reais na Bolsa de Valores Brasileira da mesma forma que ações.

O BDR permite que o brasileiro invista em ações listadas fora da Bolsa brasileira por meio de um recibo. O BDR é um certificado emitido por algum banco que representa ações de empresas como Apple, Tesla, Amazon, entre outras. Além da variação do papel, ele reflete a flutuação diária no câmbio.

Já o ETF dá a possibilidade de investir indiretamente em um índice acionário estrangeiro, como o americano S&P 500. Há ETFs no Brasil que replicam o mercado de ações de outras regiões também, como China e Europa.

Fundos de investimento também são uma opção para acessar ativos de outros países.

Corretoras no exterior

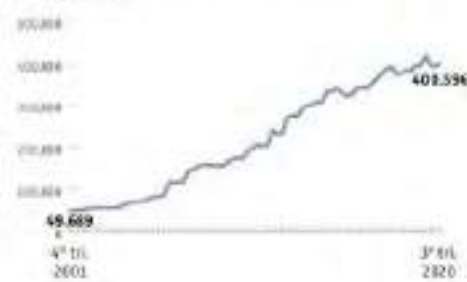
Para acessar mais opções de investimentos em outros países, o investidor brasileiro precisa abrir uma conta em uma corretora no exterior, o que pode ser feito pela internet.

São exigidos praticamente os mesmos documentos necessários para abrir em corretora brasileira: passaporte ou documento de identificação e comprovante de residência. Algumas instituições podem exigir cópia do Imposto de Renda.

Com a conta aberta, é necessário emitir os recursos para fora do país, preferencialmente em dólares, com incidência

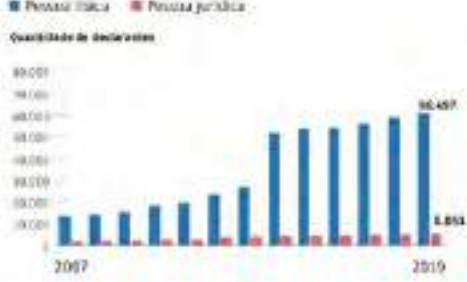
Brasileiro investe mais no exterior

Estoque de Investimentos diretos no exterior em US\$ milhões

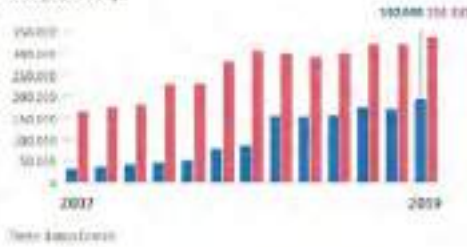


Capitais brasileiros no exterior

Quantidade de declarações



Valor US\$ milhões



do IOF (Imposto sobre operações financeiras).

"Pelo custo, valem a pena transferências a partir de US\$ 500", diz Alexandre Luzzi, cofundador da Remessa Online, fintech brasileira de transferências internacionais.

Segundo ele, 20% a 25% das transferências feitas via Remessa Online são para corretoras no exterior, principalmente EUA, Europa e Austrália.

Devidores investidos devem ser informados ao Banco Central, de acordo com o calendário de declarações de capitais no exterior. As aplicações também devem ser reportadas à Receita Federal na declaração do Imposto de Renda, e,

quando há ganho, os valores são tributados aqui no Brasil.

Cada corretora tem um custo por transação, e também pode haver custo para manutenção da conta.

Segundo Simone Degregazzi Swick, diretora de câmbio da Vedda Investimentos, os mercados de ações mais recomendados são EUA, China, Europa, com foco em Alemanha e Reino Unido.

Para escolher o ativo, é preciso estudar e entender sua natureza, riscos e setor.

"Se não for o caso, melhor aplicar em fundos de ações, com gestores especializados, que fazem essa escolha das ações para o investidor, além

do acompanhamento e da substituição de posições, conforme o mercado", diz Simone.

Conta bancária no exterior

Desde os acordos de 13 de setembro, aumentaram as restrições e a requisição de documentos para a abertura de contas de estrangeiros no exterior para conter o financiamento do terrorismo e lavagem de dinheiro.

De acordo com Simone, da Vedda, para abrir uma conta em bancos tradicionais dos EUA, como Goldman Sachs e Bank Of America, é preciso que algum conhecido faça a ponte com o gerente.

Em bancos digitais e fintechs, o processo é menos burocrático, mas, mesmo com a abertura de sistemas disponíveis, pode ser necessário comparecer a uma sede física para dar continuidade ao processo.

A dica de Gisela, da Hancjar, é escolher bancos com mesas dedicadas a clientes brasileiros.

"Todos os bancos exigem nível de passaporte e de comprovante de renda. Se o cliente chegar de paradas, pedem também comprovante de renda de porventura", diz.

Uma alternativa mais simples é abrir a conta no exterior por um braço de um banco brasileiro nesse país.

Gisela aconselha a depositar alguns poucos, até a conta chegar a US\$ 50 mil ou US\$ 100 mil.

Offshore

Para o público de alta renda, a criação de uma offshore pode ser uma alternativa na redução de custos.

Segundo especialistas, com uma quantia no exterior acima de US\$ 500 mil, já é vantajoso abrir uma offshore.

"Você gasta US\$ 3.200 para abrir uma offshore, e US\$ 1.500 a US\$ 2.000 de manutenção, além de US\$ 1.500 de custos fixos. São aproximadamente US\$ 6.000 ao ano. Para quem tem dinheiro, a estrutura offshore é a mais lógica", afirma Gisela.

Uma offshore é uma empresa aberta no exterior. A preferência, geralmente, é por países com menos tributações, como Panamá, Bahamas e Ilhas Cayman.

"A maior parte está nas Bahamas e nas Ilhas Cayman porque é mais barato. A empresa que estiver lá pode ter conta bancária em qualquer país", afirma Simone, da Vedda Investimentos.

Para abrir a empresa, é preciso procurar um escritório de advocacia ou empresas especializadas nesse serviço.

Abri-uma offshore não é ilegal, desde que feito segundo as leis do Brasil e do país em que a companhia está sediada.

Também é preciso prestar contas à Receita Federal e pagar os impostos devidos.

Lucy Moura

Veículo: Folha de São Paulo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/02/21 - **Cidade/UF:** SP
Título: Como o pequeno empresário pode gerir e motivar a equipe mesmo sem um RH **Impacto:** Neutro

A16 SEGUNDA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2021

FOLHA DE S.PAULO ***

mpme

Como o pequeno empresário pode gerir e motivar a equipe mesmo sem um RH

Relação de proximidade com os funcionários exige mais esforço para manter o profissionalismo

Dante Ferrazoli

Para o pequeno empresário, não há uma fórmula mágica para gerir e motivar a equipe mesmo sem um departamento de recursos humanos. Uma opção é ficar atento às práticas do mercado para tentar adaptá-las à sua realidade.

"Tem que conversar, trocar ideias com gente das grandes empresas e ver quais práticas motivacionais são possíveis de trazer para a sua", diz Victor Richardi Martins, da Cláudio Consultoria e professor do Núcleo de Pessoas da ESPM. Ele cita como exemplo a adoção de uma cultura de trabalho mais flexível e o uso de ferramentas digitais para facilitar a comunicação e o trabalho remoto.

"Por que não posso, em uma equipe pequena, criar um banco de horas e deixar que quem queira seja mais cedo numa sexta? Isso torna a empresa mais legal para se trabalhar e motiva o colaborador".

A empresária Vanessa Toriçco, 46, coo de uma pequena empresa de diagnóstico automotivo em São Paulo, entende que uma empresa, independentemente do tamanho, não precisa ter uma gestão de pessoas. Ela acredita que a gestão deve ser feita por quem conhece o negócio e não apenas por quem conhece a gestão.

Uma das mudanças implementadas por ela no negócio foi conhecer melhor o perfil comportamental de cada funcionário para inseri-los nas áreas mais adequadas.



A empresária Vanessa Toriçco no Centro de Diagnóstico Automotivo Toriçco, na zona leste de São Paulo. (Foto: Ezequiel Pellegrini)

"Tem que ter muita comunicação, saber tudo que acontece na empresa. Assim você os motiva e faz com que se sintam mais responsáveis", diz ela. Seu maior orgulho é estar com os mesmos oito funcionários desde 2014.

Incentivos adaptados à realidade de uma pequena empresa também fazem parte de suas táticas para engajar a equipe. Vanessa promove festas de aniversário dos funcionários e até já pagou uma viagem de avião para um deles, que sonhava com isso. O destino foi Ouro Preto (MG).

"Assim ganho a confiança da equipe para os momentos delicados. No ano passado, dei-lhes claro que minha única promessa seria pagar salários em dia e não demitir ninguém", diz. Por causa da pandemia, a oficina teve queda de faturamento em 2020. Outro ponto importante no gestão é deixar claro que, por mais que esteja uma emergência, situação com os pequenos negócios, ali a relação é profissional, com hierarquia.

Na Altrus, plataforma que conecta quem quer doar a

uma causa social a programas destinados a esse fim, a importância da gestão de pessoas foi percebida, sobretudo, durante o processo de contratação de pessoas para a empresa — período em que ela decidiu não contratar ninguém.

Com uma equipe de cinco pessoas e sem RH, Cássio Falcão, fundador, conta que a relação entre todos na empresa é bastante próxima.

"Por mais que sejamos quase uma família, é importante lembrar a todos que temos metas, que precisamos atingir

elas para, juntos, conseguirmos os objetivos. Se alguém não estiver trabalhando bem, temos que cobrar, mas, com respeito, tentar entender o que está acontecendo e descobrir como melhorar".

A Altrus existe desde 2015 e mudou de nome em 2020. Se antes era apenas uma plataforma de conexão entre pessoas físicas e jurídicas, o objetivo agora é ser a plataforma oficial de empresas que queiram dar a seus funcionários a chance de fazer essas doações. Com isso, espera faturar cerca de R\$ 20 mil nos próximos meses, e depois escalar.

Como ser um líder eficiente

Trate funcionários como funcionários
Não sequeletras em reuniões, não consuma contratos familiares e amigos, mas é muito importante lembrar que, durante o expediente, a relação é profissional, com cobranças e metas.

Saiba que não se pode fazer tudo...
Pequenas empresas não conseguem ter tudo de delegar tarefas importantes porque acham que só elas podem fazer as bem. Isso pode se tornar um impedimento para o crescimento do negócio. É necessário descobrir com o que os funcionários se identificam para dar a eles as funções mais compatíveis.

...mas se tem de fazer muito
O empresário não pode ser um generalista, mas deve ter em mente que precisa ser um generalista, já que não tem grandes departamentos. Precisa saber rogar entre a compra de papel higiênico para funcionários e a assinatura de contratos com parceiros.

Economize e priorize
Com os recursos limitados, o gestor precisa, ainda mais do que nas grandes empresas, estar atento a prioridades de investimento e a processos que podem ser substituídos.

Estimule os funcionários de acordo com a sua realidade
Incentivos adaptados à realidade de uma pequena empresa também fazem parte de suas táticas para engajar a equipe.

Fonte: Ezequiel Pellegrini, Victor Richardi Martins, da Cláudio Consultoria e professor do Núcleo de Pessoas da ESPM, da São Paulo.

Estresse pandêmico aumenta demanda por serviços de bem-estar

Fátima G. Pinho

As empresas de bem-estar corporativo que conseguiram adaptar rapidamente ao mundo digital experimentaram um crescimento acelerado na pandemia, em razão da adoção focada e prolongada do home office.

Fundador da Yoga nos Empresas, o administrador Ricardo Carneiro, 40, sofreu um ataque assim que a quarentena começou: muitos contratos foram suspensos e o faturamento caiu 60%.

Assim, acordos foram retomados com a oferta de aulas de yoga online e novos formatos conquistados. Hoje, o negócio já fatura 50% mais do que no período pré-pandemia.

"Os gestores perceberam que os colaboradores estão com nível de estresse alto, cuidando da casa, dos filhos e sem interação social. Sem falar nos infectados pela Covid, que precisam fazer exercícios respiratórios para recuperar a capacidade pulmonar", diz.

Há dois formatos de aula que podem ser contratados: o

gratuito e o não vivo, com transmissão pelo Instagram. A rede Jenny Merlin, por exemplo, pediu a companhia uma agenda de lives semanais, aberta aos 10 mil funcionários.

"Podemos indicar não somente o colaborador, mas seus dependentes", conta Nêrison Lima, analista de benefícios da empresa. Priorizar o mercado corporativo, segundo a especialista, é vantajoso. Ele cobra R\$ 180 pela sessão de 10 minutos e os contratos são mais longos, de até um ano. O preço é o mesmo

para aulas remotas e presenciais — o formato online dispensa deslocamento até os clientes, mas requer investimento em tecnologia.

Fundada em 2019, a MindWell, que oferece programas de meditação e mindfulness (atenção plena), também experimentou crescimento durante a pandemia.

Segundo os fundadores, Alexandre Ayres, 51, e Wagner Lima, 47, o número de contratos pulou de 3 para 20, e o faturamento chegou a R\$ 1 milhão, um aumento de 400%.

Agilidade da migração para o digital, eles dizem, foi fundamental. Palestras sobre os benefícios da meditação, workshops para lideranças e sessões de diferentes técnicas meditativas passaram a ser transmitidas em lives.

A dupla também acaba de lançar um aplicativo com sessões guiadas de meditação, cujo acesso é permitido a apenas aos funcionários das empresas clientes.

Uma hábito que melhora a concentração, estimula a criatividade, aprimora o processo

de tomada de decisão e, consequentemente, gera reflexos nos resultados da empresa", diz Alexandre Ayres.

O grande desafio para negócios do ramo é falar a mesma língua do mercado corporativo de acordo com a consultoria de marketing do Sebrae-SP Caroline Mizroc.

"Muitos deles quebraram porque não conseguiram se adequar ao universo online e continuaram apequoados ao contrato não no plano. E um setor que exige objetividade e agilidade", afirma.

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 1/2
Título: Pandemia impulsiona consórcios **Impacto:** Neutro

Continuação

Pandemia impulsiona consórcios

Consórcios ressurtem e já têm quase 8 milhões de participantes

PRÁTICA DE FINANCIAMENTO

O setor de consórcios fechou 2020 com 7,83 milhões de participante ativos, um recorde, e em 14 meses negócios atingiu R\$ 163,63 bilhões, alta de 21,2% frente a 2019, segundo dados da Associação Brasileira de Administradores de Consórcios (Abac). Na avaliação do mercado, a pandemia levou as pessoas a se preocuparem mais com futuro. E o sistema sanarista financeiramente atrelado, mesmo em um

cenário de juros altos. Esse cenário levou os bancos a oferecerem novos produtos, de olho em quem quer opções de investimento ou poupar para um fim específico.



Obrigação de guardar dinheiro. A empresária Bibiana Pereira Curvelo se adapta aos consórcios. Já está no terceiro, de automóvel. 'Vejo como um investimento. Assim, eu faço uma poupança forçada'

— O consumidor fica mais atento à sua finança na pandemia. Quem não perdeu o emprego analisa o que estava fazendo pelo seu futuro, e o consórcio é um modelo econômico de acumulação de patrimônio — diz Paulo Roberto Rossi, presidente da Abac.

Apesar de a taxa básica de juros, o Selic, estar na mínima histórica de 2%, o crédito ficou restrito e ainda é caro para a classe média, principalmente a mais baixa. Pelo lado do investimento, a renda fixa perdeu rentabilidade. Esses fatores tornam o consórcio, em que se paga uma parcela mensal para adquirir um bem ou serviço de valor predeterminado, uma boa opção.

— O produto ainda é visto para acumulação de capital. Muitos brasileiros que tinham recursos para investir fiaram seus produtos em títulos de fácil redenção. Ao mesmo tempo, hou-

ve uma modernização em sua apresentação, com mais empresas oferecendo, o que impulsiona o setor — diz Heverton Petecó, presidente da Wia, uma gestora de canais de distribuição de produtos financeiros.

BANCOS AMPLIAM LEQUE

A maior parte dos consórcios em 2020 foi para a aquisição de veículos leves, com 3,84 milhões de participantes. Depois vêm motocicletas, com 2,24 milhões de pessoas, e carta de crédito, com 1,04 milhão. No entanto, os segmentos que mais cresceram foram de eletroeletrônicos e outros bens móveis físicos, com 80,6%, e serviços, com 20,2%.

O Banco do Brasil (BB) fechou 2020 com 1,2 milhão de novos ativos e, para este ano, planeja focar no segmento de imóveis e reduzir a taxa de administração

Veículo: O Globo - **Tipo de Mídia:** Jornal - **Data:** 15/02/21 - **Cidade/UF:** Brasília / DF - **Imagem:** 2/2
Título: Pandemia impulsiona consórcios

ção nos produtos com prazo entre 48 meses e 60 meses.

Já o Itaú Unibanco, depois de entrar nos segmentos de veículos pesados e de motos, preferiu esticar em serviços, como procedimentos cirúrgicos, e eletrônicos, de celulares a placas fotovoltaicas.

— Com o trabalho remoto, as pessoas passaram a planejar mais, avaliar alternativas de investimentos, comparar preços e começaram a poupar para finalidades específicas — conta o presidente da BB Consórcio, Renato Ribeiro.

Segundo Ribeiro, mesmo a base por consórcios classificados como serviços, como cirurgia plástica, tratamento odontológico, realização de cursos, reformas de apartamento e viagens. Houve aumento nas vendas de consórcios

de eletroeletrônicos e veículos pesados, na esteira do desempenho da operação, alta de motocicletas, na vinda da explosão do delivery na pandemia. Entre julho e novembro, a venda de consórcios cresceu 17,2% frente ao mesmo período de 2019. No segundo semestre, o volume negociado chegou a R\$ 86,6 bilhões, um aumento de 6,5% em relação ao anterior.

O diretor de Crédito Imobiliário e Consórcios do Itaú Unibanco, Danilo Caffaro, conta que, no início da pandemia, houve oscilação, mas que o desempenho empresarial no segundo semestre. Entre agosto e outubro, as vendas resultaram 55% em relação aos primeiros meses de 2020.

Especialistas em finanças apontam que o consórcio, em geral, é mais barato que o financiamento de um bem, além de não exigir entrada, mas levan-

do que só é remunerado para quem não tem pressa, já que o sorfelo pode ocorrer só no fim do prazo.

— Antes age não há taxa de juros. Então tem um custo financeiro mais baixo. Em contrapartida, não se tem o bem de imediato — afirma Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anafe).

O consórcio ainda é interessante para quem não tem disciplina para poupar.

— A verdade é que as pessoas não conseguem guardar dinheiro, porque muitas "sobra". Mas, quando há a obrigação de guardar boleto do consórcio, elas pouparam — diz Myrian Lund, planejadora financeira e professora da Fundação Itaú Unibanco (FGV).

A empresária Bibiana Pereira Curvelo,

de 43 anos, sabe que se investisse sempre o mesmo valor teria um retorno financeiro maior, mas admite não ter tanta disciplina.

— Já estou no meu terceiro consórcio de veículo, vejo como um investimento. Assim, eu faço uma poupança forçada. Toda mês pago o boleto por débito automático. Se eu for contemplada agora, posso trocar o carro. Se for daqui a um três anos, posso comprar pelo o meu filho, que vai tirar carteira de motorista.

PLANEJAMENTO É ESSENCIAL

O consórcio ainda é predominantemente usado pela classe C para adquirir patrimônio. Mas tem atraído classes mais altas, que o veem como investimento. Em 2020, o ticket médio anual contratado cresceu 13,6%, para

R\$ 54,28 mil, segundo a Abac.

Apesar de o consórcio não ter incidência de juros, é preciso estar atento aos custos. É cobrada uma taxa de administração, para gerir o cartório, que varia de acordo com o banco ou administrador, e, por vezes, um valor para o fundo de reserva e um seguro. Além disso, as parcelas são reajustadas, para manter o valor de compra do bem.

— Antes de entrar, é preciso se planejar para pagar as parcelas. O não pagamento pode ter incidência de juros e até levar à saída do consórcio — ressalta Myrian Lund.

Oliveira, da Anafe, aconselha ainda a pesquisar, no Abac e no Banco Central, se o consórcio tem reclamações, como detona no entrego.

Clippings

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
12/02/21	FACISC	Site		SC	Facisc promove Seminário Internacional sobre a gestão de resíduos sólidos no dia 16/2	Positivo	Matéria		A			
12/02/21	Hilneth Correia	Site			Fecomércio RN compõe primeiro Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda	Positivo	Matéria		B			
12/02/21	Senadinho Macaíba	Site		RN	Fecomércio RN compõe primeiro Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda	Positivo	Matéria		B			
12/02/21	Estadão	Jornal		DF	Agronegócios têm boas perspectivas com destaque para açúcar e etanol	Neutro	Matéria		A			
13/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Cancelamento do carnaval diminui lucro de ambulantes	Neutro	Matéria		A			
13/02/21	Estadão	Jornal		DF	Novo marco fiscal deve garantir o retorno do auxílio	Neutro	Matéria		A			
13/02/21	Estadão	Jornal		DF	Bolsonaro indica mexer em LRF para reduzir diesel	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
13/02/21	Estadão	Jornal		DF	Prévia do PIB vê tombo de 4,05% em 2020	Neutro	Matéria		A			
13/02/21	Estadão	Jornal		DF	CSN faz IPO de R\$ 5,2 bi de mineradora e promete redução de endividamento	Neutro	Matéria		A			
13/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Cúpula do Congresso cede, e auxílio terá ajuste fiscal como contrapartida	Neutro	Matéria		A			
13/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Inflação desacelera mais para baixa renda em janeiro, diz Ipea	Neutro	Matéria		A			
13/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Índice do BC que mede atividade econômica cai 4,05% em 2020	Neutro	Matéria		A			
13/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Mercado imobiliário espera expansão em 2021 mesmo que juros aumentem	Neutro	Matéria		A			
13/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Ainda sob efeito do contágio do Natal, país pode ter repique da Covid	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
13/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Congresso e governo fecham acordo para recriar auxílio	Neutro	Matéria		A			
14/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Turistas regionais reaquecem setor no RN	Positivo	Matéria		A			
14/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Cancelamento do carnaval 2021 afeta economia	Neutro	Matéria		A			
14/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Ocupação hoteleira no Rio Grande do Norte cai 45% em 2020	Neutro	Matéria		A			
14/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Movimento na rodoviária cai 40%	Neutro	Matéria		A			
14/02/21	Tribuna do Norte	Site	Natal	RN	Relicitação do Aeroporto de Natal deve avançar este mês, com audiência pública, mas nova empresa só deve assumir em fevereiro de 2022	Neutro	Matéria		A			
14/02/21	Estadão	Jornal		DF	Em nível recorde, dependência comercial do Brasil em relação à China deve aumentar	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
14/02/21	Estadão	Jornal		DF	WhatsApp se dobra ao BC para entrar em pagamentos	Neutro	Matéria		A			
14/02/21	Estadão	Jornal		DF	Governo e indústria buscam saída para Troller	Neutro	Matéria		A			
14/02/21	Estadão	Jornal		DF	'Será muito difícil a economia não piorar'	Neutro	Entrevista		A			
14/02/21	Estadão	Jornal		DF	Engajar funcionários é estratégia para reter talentos	Neutro	Matéria		A			
14/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Relações entre contágio de Covid-19 e trabalho deverá parar na Justiça	Neutro	Matéria		A			
14/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Pressão na pandemia torna urgente falar de saúde mental no trabalho	Neutro	Matéria		A			
14/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Consultores aguardam mais estrangeiros nas privatizações	Neutro	Matéria		A			
14/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Na contramão da crise, crédito para casa própria baterá novo recorde em 2021	Neutro	Matéria		A			

Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat.	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
15/02/21	Estadão	Jornal		DF	Empresas deverão ter mais escritórios na mesma cidade	Neutro	Matéria		A			
15/02/21	Estadão	Jornal		DF	Governo quer poupar R\$ 500 mi com imóveis	Neutro	Matéria		A			
15/02/21	Estadão	Jornal		DF	Os investimentos para quando o carnaval passar	Neutro	Matéria		A			
15/02/21	Estadão	Jornal		DF	'investir fora do País é expansão de horizonte'	Neutro	Entrevista		A			
15/02/21	Estadão	Jornal		DF	Após 'onda' de devoluções, total de escritórios disponíveis em SP sobre 50%	Neutro	Matéria		A			
15/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Dívida global bate recorde, traz risco de crise e põe crescimento em xeque	Neutro	Matéria		A			
15/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		DF	Governo mapeia críticas de empresários às propostas de reforma	Neutro	Matéria		A			
15/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Mais de 40 milhões deverão receber auxílio, calcula governo	Neutro	Matéria		A			



Data	Veículo	Tipo Mídia	Cidade	UF	Título	Impacto	Tipo Publicação	Tipo Clipping	Cat	Pgs.	Centim./Minut.	Valor Editorial
15/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Saiba como fugir do 'risco Brasil' e diversificar investimentos no exterior	Neutro	Matéria		A			
15/02/21	Folha de São Paulo	Jornal		SP	Como o pequeno empresário pode gerir e motivar a equipe mesmo sem um RH	Neutro	Matéria		A			
15/02/21	O Globo	Jornal	Brasília	DF	Pandemia impulsiona consórcios	Neutro	Matéria		A			

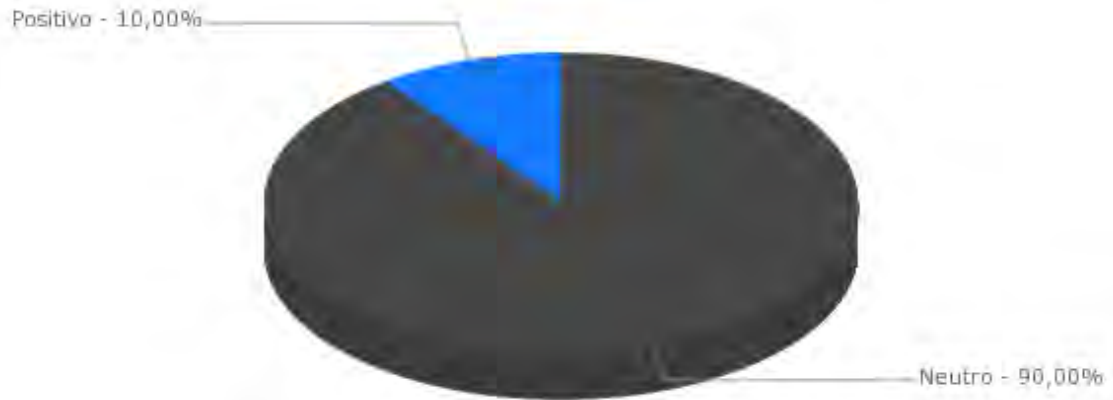
Qtde.: 40

Clippings por Tipo de Mídia



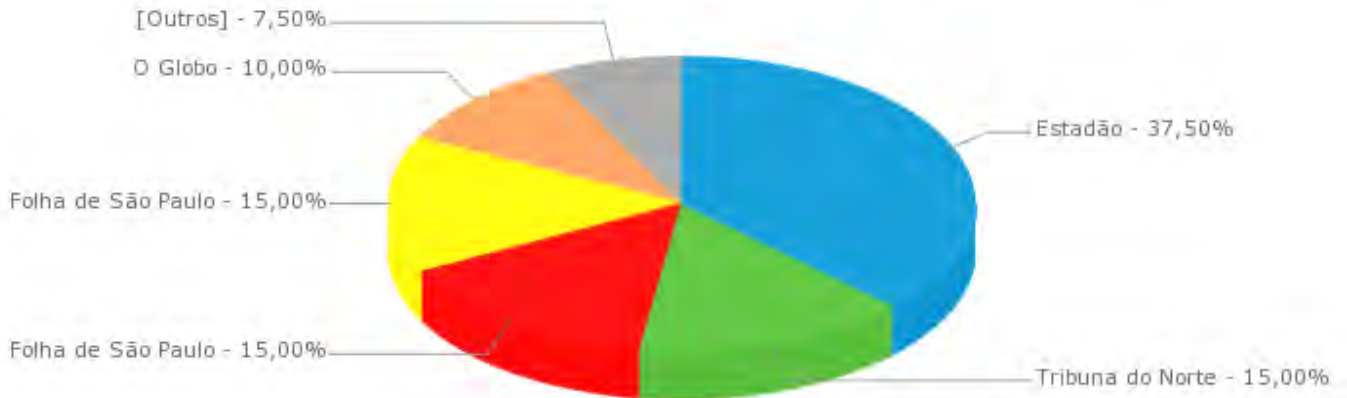
Tipo de Mídia	Qtde.	%
Jornal	31	77,50 %
Site	9	22,50 %
		Total: 40

Clippings por Impacto



Impacto	Qtde.	%
Neutro	36	90,00 %
Positivo	4	10,00 %
		Total: 40

Clippings por Veículo



Veículo	Tipo de Mídia	Qtde.	%
Estadão	Jornal	15	37,50 %
Tribuna do Norte	Site	6	15,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	6	15,00 %
Folha de São Paulo	Jornal	6	15,00 %
O Globo	Jornal	4	10,00 %
Hilneth Correia	Site	1	2,50 %
Senadinho Macaíba	Site	1	2,50 %
FACISC	Site	1	2,50 %
Total:			40